

R&C

2025

Índice

1.	Mensagem da Administração	4
2.	Principais indicadores	7
2.1	Principais realizações	9
3.	Modelo de Governo e Estratégia	11
3.1	Modelo de governação corporativa e estrutura accionista	11
3.2	Órgãos sociais em funções e comissões	11
3.3	Estrutura do modelo de governação	12
3.4	Estratégia e modelo de negócio	13
3.5	Sustentabilidade	15
4.	Enquadramento macroeconómico e financeiro	17
4.1	Enquadramento internacional	17
4.2	Enquadramento nacional	20
5.	Actividade e resultados	29
5.1	Correspondentes e bancos liquidadores	29
5.2	Originação e estruturação de operações no mercado primário	30
5.3	Negociação e vendas de operações no mercado secundário	32
5.4	Clientes e carteira sob custódia	33
5.5	Tecnologias, segurança e inovação	34
5.6	Marketing e comunicação	37
5.7	Capital humano	43
5.8	Análise financeira	47
6.	Gestão de risco	51
6.1	Principais registos e incertezas	51
6.2	Governo e organização da gestão do risco da ÁUREA	53
6.3	Risco de Balanço e Mercado	56
1.4	Risco de Liquidez	57
6.4	Risco de Crédito e Contraparte	58
6.5	Adequação do Capital	58
6.6	Risco Operacional	59
6.7	Risco Estratégico	61
6.8	Gestão de risco reputacional	61
6.9	Função de <i>Compliance</i> na ÁUREA	62
6.10	Função de Auditoria Interna da ÁUREA	64
7.	Aplicação dos resultados	66
8.	Aprovação do conselho de administração	68
9.	Demonstrações Financeiras e Anexo às Demonstrações Financeiras	70
9.1	Demonstrações Financeiras	70
9.2	Anexo às Demonstrações Financeiras	74
10.	Parecer do auditor externo	102
11.	Parecer do conselho fiscal	106
12.	Relatório Anual do Governo Societário	109



01

Mensagem da
Administração

1. Mensagem da Administração

Caros Accionistas, Clientes, Colaboradores e Parceiros,

É com elevado sentido de responsabilidade e confiança que apresentamos o Relatório e Contas de 2025, num momento que reforça o papel determinante da ÁUREA no fortalecimento do mercado de capitais angolano. Num ano marcado por desafios significativos para a economia nacional, Angola registou um crescimento do PIB de 2,15%, impulsionado sobretudo pelos sectores não petrolíferos, como a indústria transformadora, agro-pecuária, silvicultura e comércio, que continuam a afirmar-se como motores de diversificação económica.

Este progresso aconteceu apesar de um ambiente externo adverso, caracterizado pela redução dos preços internacionais do petróleo, taxas de juro globalmente elevadas, uma produção petrolífera abaixo do esperado e um pesado serviço da dívida pública. Ainda assim, a inflação apresentou uma desaceleração expressiva, reduzindo-se de 27,50% em 2024 para cerca de 15,70% em 2025, sinalizando avanços no equilíbrio económico.

Foi neste contexto exigente, mas também repleto de oportunidades, que a ÁUREA demonstrou a força do seu modelo de negócio, a resiliência da sua estratégia e a capacidade de antecipar necessidades dos investidores e do mercado. O exercício de 2025 reafirmou a confiança naquilo que somos e naquilo que estamos a construir. O resultado líquido de Kz 2,45 mil milhões, o património sob custódia acima de Kz 5,1 biliões, o crescimento de 35% no número de contas de custódia e o processamento de mais de Kz 666 mil milhões em pagamentos traduzem não apenas desempenho financeiro, mas sobretudo a confiança crescente no nosso papel enquanto instituição de referência.

A nossa actuação no mercado primário reforçou essa posição, através da participação e liderança em operações estruturantes que contribuíram directamente para o desenvolvimento do mercado de capitais. As emissões BAI Sénior Bonds 2025–2027, ETU Energias 2025–2030 e Griner 2025–2028, bem como a participação na Oferta Pública de Venda do BFA, demonstram a capacidade da ÁUREA de apoiar emissores, diversificar oportunidades para investidores e elevar a sofisticação dos instrumentos financeiros disponíveis no país.

O ano de 2025 ficou igualmente marcado por avanços importantes no domínio da inovação. O lançamento do canal de abertura de conta de custódia online representa um passo decisivo para tornar os serviços financeiros mais acessíveis, digitais e eficientes, reforçando a segurança, a rapidez e a conformidade dos nossos processos. De igual modo, aprofundámos parcerias estratégicas com instituições de reconhecida reputação, ampliando a oferta de soluções e contribuindo para um ecossistema financeiro mais dinâmico e inclusivo.

Este progresso só é possível graças ao nosso capital humano, que permanece no centro da nossa estratégia. Em 2025, crescemos para 49 colaboradores e investimos mais de 5.129 horas em formação, promovendo competências, ética, excelência e uma cultura

RELATÓRIO E CONTAS – 2025

organizacional focada no impacto. Também reforçámos o nosso compromisso com a literacia financeira, lançando a revista de banda desenhada da mascote AUREANA e estando na génese da criação da revista Prisma Económico, iniciativas que promovem acesso democrático à informação e ajudam cidadãos e investidores a tomarem decisões mais seguras e conscientes.

O caminho que percorremos reflecte o nosso compromisso com boas práticas de governação, transparência, gestão de risco e responsabilidade. A ÁUREA continua a alinhar-se com padrões internacionais de supervisão, compliance e ética, reforçando a confiança dos nossos *stakeholders* e assegurando um crescimento sólido, sustentável e orientado para o futuro.

À medida que avançamos para 2026 e para os anos seguintes, renovamos a nossa confiança no potencial de crescimento do mercado de capitais angolano e na capacidade única da ÁUREA para ser protagonista dessa transformação. Continuaremos a acelerar a digitalização, a apostar na eficiência operacional, a ampliar produtos e parcerias, e a integrar cada vez mais factores ESG na nossa actuação.

A nossa visão permanece clara: contribuir activamente para um mercado mais robusto, inclusivo, transparente e capaz de gerar valor sustentável para todos.

Em nome do Conselho de Administração, expressamos o nosso profundo agradecimento a todos os Accionistas, Clientes, Colaboradores e Parceiros pela confiança, parceria e dedicação.

É convosco que continuamos a construir o futuro.

Ana Regina Jacinto Silva Correia Victor

Presidente do Conselho de Administração

Kelson Lobo Ivo Cardoso

Presidente da Comissão Executiva

The background of the slide features a dark, semi-transparent financial chart, likely a candlestick or bar chart, overlaid on a grid. The chart is positioned diagonally across the frame. Faint numerical values are visible on the chart, including '3.432', '4.72', and '69.178'.

02

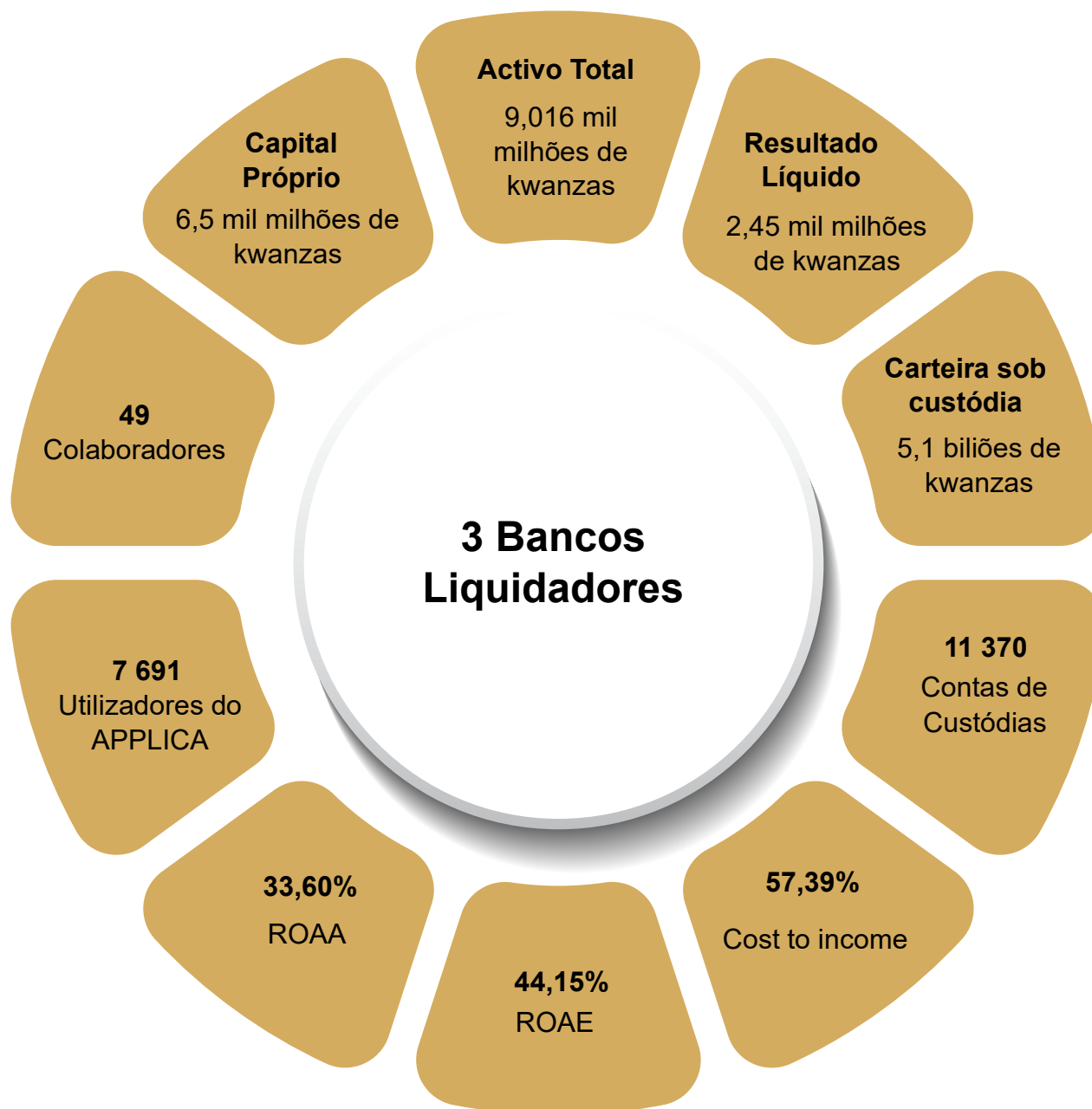
Principais
Indicadores

RELATÓRIO E CONTAS – 2025

2. Principais indicadores

Valores em milhares de kwanzas	dez/23	dez/24	dez/25	Variações	
				Abs	%
Balanço					
Activo Total	1 973 860	5 596 161	9 016 878	3 420 718	61,13%
Caixa e Disponibilidades	289 546	391 255	803 712	412 457	105,42%
Aplicações de liquidez	631 030	2 252 051	3 293 801	1 041 750	46,26%
Títulos e valores mobiliários	94 975	1 613 790	3 679 050	2 065 260	127,98%
Passivo corrente e não corrente	237 442	1 249 221	2 241 006	991 784	79,39%
Fundos próprios	1 736 418	4 346 939	6 775 873	2 428 933	55,88%
Resultados					
Margem financeira	40 448	416 029	693 341	277 312	66,66%
Resultado da Intermediação financeira	1 090 663	5 469 419	6 663 488	1 194 069	21,83%
Custos Administrativos	-1 387 712	-2 860 014	-4 222 081	-1 362 068	47,62%
Resultado líquido	-273 745	2 601 892	2 455 331	-146 562	-5,63%
Extrapatrimoniais					
Títulos representativos de capital social - Acções	1 164 141 602	1 547 731 434	2 453 885 498	906 154 064	58,55%
Obrigações do tesouro MN	1 047 483 466	1 416 774 225	1 848 262 134	431 487 909	30,46%
Obrigações do tesouro ME	189 099 008	507 958 464	606 776 927	98 818 463	19,45%
Obrigações corporativas	65 159 110	63 849 540	192 541 080	128 691 540	201,55%
Unidades de participação	0	4 153 100	4 155 850	2 750	0,07%
Obrigações do tesouro fraccionadas	593 000	0	0	0	0,00%
Funcionamento					
(Nº) Colaboradores	26	44	49	5	11,36%
(N.º) Contas de custódia	5 089	8 417	11 370	2 953	35,08%
(N.º) Utilizadores APPLICA	6	4 724	7 691	2 967	62,81%
Produtividade e eficiência					
(Nº) Contas de custódia por colaborador	196	191	232	41	21,30%
Receitas por conta de custódia	222	699	647	-52	-7,46%
Receitas por colaborador	43 504	133 760	150 139	16 379	12,25%
Custos administrativos por colaborador	53 374	65 000	86 165	21 165	32,56%
(%) Cost-to-income	127,24%	48,59%	57,39%	9 p.p	-18,10%
Rentabilidade					
(%) ROAA	-13,87%	68,74%	33,60%	(35,14) p.p	-51,11%
(%) ROAE	-15,76%	85,54%	44,15%	(41,39) p.p	-48,39%
Adequação de capital					
Fundos próprios regulamentares	1 157 719	3 873 431	6 323 541	2 450 110	63,25%
Activos ponderados pelo risco	1 377 887	1 232 394	971 444	-260 950	-21,17%
(%) Rácios de Solvabilidade Regulamentar	84,02%	314,30%	650,94%	69 p.p	107,11%
Liquidez e gestão de fundos					
EBITDA	-132 296	3 309 132	3 536 247	227 115	6,86%
(%) Endividamento	12,03%	22,32%	24,85%	2,53 p.p	11,34%
(%) Liquidez imediata	123,85%	31,41%	35,92%	4,51 p.p	14,36%
Concentração da carteira sob custódia = Top 20	74,42%	69,61%	61,91%	(7,70) p.p	-11,06%

RELATÓRIO E CONTAS – 2025



RELATÓRIO E CONTAS – 2025

2.1 Principais realizações

1

Prémios Tchiluanda 2025:

- Desenvolvimento e Inovação Tecnológica;
- Maior Montante Negociado na Bolsa de Acções;
- Contributo e Dedicção na Estruturação de OPVs;
- Maior Número de Contas de Custódia.

5

Participação como agente de intermediação na Oferta Pública de Venda de Acções do BFA.

2

Reforço da infra-estrutura tecnológica com implementação de centros de dados e sistema de recuperação de informação.

6

Conclusão da primeira emissão de subscrição particular do Empréstimo Obrigacionista da ETU Energias e GRINER 2025-2028.

3

Parceria com o desportista Carlos Morais.

7

Comercialização de Unidades de Participação via APPLICA.

4

Lançamento plataforma da abertura de conta online.

8

Lançamento da Banda Desenhada (BD) AUREANA.

9

Estruturação e Colocação da Oferta Pública de Obrigações Corporativas “BAI 2026-2031”.

03

Modelo de Governo
e Estratégia

3. Modelo de Governo e Estratégia

3.1 Modelo de governação corporativa e estrutura accionista

A ÁUREA reconhece a importância da adequada governação corporativa, assumindo o compromisso de seguir um modelo que assegure e proteja, de forma equilibrada e sustentável, os interesses dos accionistas, clientes/investidores, colaboradores, fornecedores, bem como a sociedade como um todo.

A ÁUREA cumpre rigorosamente as leis e regulamentos do país aplicáveis à sua actividade, e observa as regras e outros normativos emitidos pelas autoridades reguladoras, como a Comissão do Mercado de Capitais, a Autoridade Geral Tributária, o Banco Nacional de Angola entre outros. A ÁUREA prima pela transparência e clareza na maneira como se comunica com o mercado relativamente à sua actividade, situação financeira e resultados.

O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, à data, é de Kz 610 000 000,00 (seiscentos e dez milhões de kwanzas) dividido por 6 100 acções ordinárias, com o valor nominal de Kz 100 000,00 (cem mil kwanzas) cada.

A estrutura accionista da ÁUREA mantém-se disseminada, com cinco (5) accionistas, dos quais um (1) é detentor de participações iguais a 99,60%.

A estrutura accionista é a seguinte:



3.2 Órgãos sociais em funções e comissões

Assembleia Geral	
Presidente	Hélder Miguel P. J. De Aguiar
Secretário	Alexandre Augusto Borges Morgado
Conselho Fiscal	
Presidente	Gilchrist Bento Cambinda Adolfo
Membro	Indira Fundanga Rodrigues C. Veríssimo e Costa
Membro	João Migi Araújo Mocono
Membro suplente	Por eleger
Membro suplente	Por eleger
Conselho de Administração	
Presidente do Conselho de Administração	Ana Regina Jacinto Silva Correia Victor
Administradora Não Executiva	Ana Edite de Andrade Teles Carreira
Presidente da Comissão Executiva	Kelson Lobo Ivo Cardoso
Administrador Executivo	Francisco Manuel Pascoal De Brito
Administrador Executivo	Francisco da Costa Jinga Figueira
Auditor Externo	
UHY	

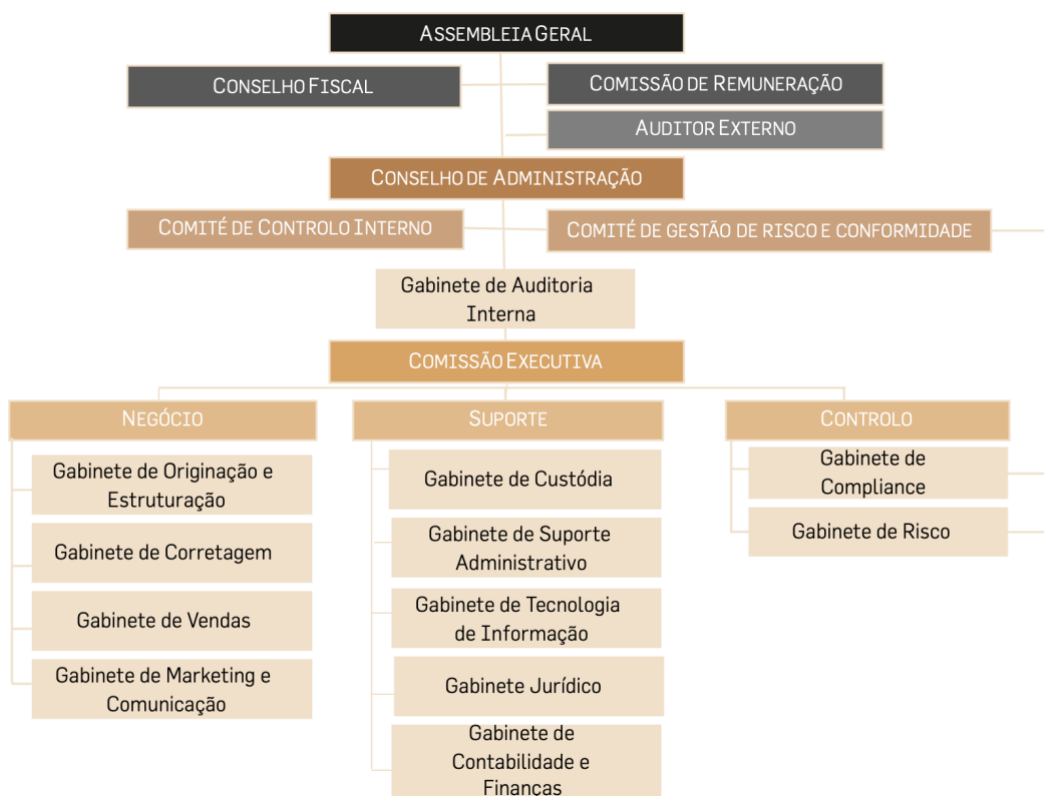
3.3 Estrutura do modelo de governação



Conselho de Administração

A ÁUREA tem uma estrutura organizacional transparente e claramente definida, adequada à dimensão, natureza e complexidade da actividade por si desenvolvida, o que permite a implementação de um sistema de controlo interno adequado e eficaz, capaz de assegurar que a gestão e o controlo das operações são efectuados de uma forma prudente.

O organograma da ÁUREA está, assim, definido:



A duração dos mandatos dos membros dos Órgãos Sociais é de quatro anos, sendo que o presente finda a 31 de Dezembro de 2025. Encontram-se disponíveis no Portal institucional da ÁUREA, os Estatutos, os Regulamentos do CA, da CE, do CF e das Comissões Especializadas do CA, as Políticas, bem como a composição dos membros dos Órgãos Sociais.

3.4 Estratégia e modelo de negócio

Missão, Visão e Valores

A missão, visão e valores são elementos fundamentais da ÁUREA para assegurar os objectivos e são eles que definem a actividade da Distribuidora, a postura no mercado e a relação e posicionamento com todos os parceiros.

Neste contexto, a missão, visão e valores da ÁUREA, sistematizados de seguida, são vectores basilares de actuação e de garantia de verdadeiro sucesso:

Missão		Visão
Contribuir para a transformação do mercado de capitais angolano, apresentando soluções inovadoras na originação e comercialização de produtos e serviços financeiros.		Ser a referência no mercado de capitais, distinguindo-nos por uma actuação independente, pela inovação da nossa oferta e excelência das nossas pessoas.
Valores		
	Transparência	A prática da transparência é um dos pilares da conduta ética e indispensável na construção de um clima de confiança no mercado de capitais.
	Respeito	Respeitamos os nossos accionistas, colaboradores, clientes e parceiros. Somos parte de uma mesma história!
	Integração	Trabalhamos para o maior envolvimento entre os vários agentes, promovendo transacções e o desenvolvimento do mercado de capitais angolano.
	Inovação	Apostamos na digitalização e desmaterialização dos serviços financeiros.
	Independência	Pretendemos operar com total independência, através de uma estrutura dedicada aos nossos clientes.
	Qualidade da oferta	Incorporamos uma gama de serviços, especializando e diversificando a nossa actividade.

Plano estratégico 2024-2027

Tendo em consideração as prioridades do Plano Estratégico, foram definidos 5 eixos estratégicos ambiciosos que visam reforçar a posição da ÁUREA em termos de eficiência, rentabilidade, crescimento, inovação, clientes, colaboradores e sistemas de informação.

O Plano é sustentado pelo desenvolvimento de cinco (5) eixos estratégicos distribuídos por dezassete (17) Iniciativas Estratégicas, que, por sua vez, estão compostas por cerca de sessenta e nove (69) Planos de Acção, podendo ser sistematizado da seguinte forma:

1

Colocar a eficiência no centro de negócio.

2

Impulsionar a rentabilidade do negócio core.

3

Consolidar e modernizar a estrutura de governo e o sistema de controlo interno alinhados as melhores práticas internacionais.

4

Optimizar a arquitectura dos sistemas de informação e de segurança.

5

Fomentar uma cultura de excelência, alto desempenho e bem-estar dos colaboradores.

1.1 Sustentabilidade

A ÁUREA SDVM, S.A. reconhece a importância da sustentabilidade como um pilar essencial para o desenvolvimento empresarial e social. Como parte do Grupo Financeiro BAI, adoptamos uma estratégia de sustentabilidade que reflecte os princípios e valores do Grupo, reforçando o nosso compromisso com práticas responsáveis e alinhadas ao futuro.

Tratando-se de uma empresa jovem, a ÁUREA possui uma estrutura em crescimento e recursos que demandam foco estratégico. Este contexto levou o Conselho de Administração da ÁUREA a optar por uma abordagem alinhada com o 8º Objectivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU: "Trabalho Digno e Crescimento Económico". Esta decisão reflecte a nossa ambição de contribuir activamente para uma economia inclusiva, sustentável e resiliente.

A estratégia de sustentabilidade da ÁUREA foi desenvolvida em consonância com a Política de Sustentabilidade do Grupo Financeiro BAI. Este alinhamento permite-nos adoptar as melhores práticas do mercado financeiro e garantir uma abordagem consistente com os princípios do Grupo.

A estratégia definida prioriza acções que: (i) Promovam condições de trabalho seguras e dignas para todos os nossos colaboradores; (ii) Fomentem a criação de emprego e o desenvolvimento de competências locais; (iii) Incentivem práticas empresariais sustentáveis que estimulem o crescimento económico sustentável.

Com foco na sua estratégia de sustentabilidade e para a garantia do alcance dos seus objectivos, a ÁUREA compromete-se a:

- Implementar programas ambiciosos de capacitação profissional para os seus colaboradores;
- Monitorar continuamente as condições de trabalho para assegurar o bem-estar dos colaboradores;
- Desenvolver acções de comunicação sobre a sustentabilidade para os seus colaboradores;
- Apoiar a inclusão de jovens talentos no mercado de trabalho através do seu Programa de Estágios;
- Implementar um Programa de Literacia Financeira;
- Desenvolver acções ligadas à redução do uso de plástico consumo de água e energia eléctrica nas nossas instalações;
- Promover parcerias estratégicas que fortaleçam a economia local e impulsionem o desenvolvimento social.

Para a garantir a eficácia e o impacto das nossas acções, foram igualmente adoptadas métricas claras e mensuráveis.

Estamos cientes de que a sustentabilidade é uma jornada contínua e por isso a ÁUREA reafirma o seu compromisso com o progresso responsável, buscando constantemente formas inovadoras de contribuir para um futuro mais justo e próspero.



04

Enquadramento
Macroeconómico
e Financeiro

4. Enquadramento macroeconómico e financeiro

4.1 Enquadramento internacional

O enquadramento macroeconómico internacional em 2025 manteve-se caracterizado por elevados níveis de incerteza geopolítica e por uma progressiva reconfiguração das relações comerciais globais. Este contexto ocorreu num ambiente em que os principais bancos centrais prosseguiram, ainda que de forma cautelosa, o processo de normalização das condições monetárias iniciado em 2024.

De acordo com as projecções divulgadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), em Outubro de 2025, o Produto Interno Bruto (PIB) mundial deverá registar um crescimento de cerca de 3,2% em 2025, após uma expansão de 3,3% em 2024, antecipando-se uma ligeira desaceleração para 3,1% em 2026. Este desempenho reflecte um crescimento moderado das economias avançadas, estimado em cerca de 1,6%, com destaque para os Estados Unidos da América, cuja economia deverá crescer aproximadamente 2,0%, sustentada por um consumo resiliente e pelo dinamismo do investimento em Inteligência Artificial. Em contraste, a Zona Euro deverá registar um crescimento mais contido, em torno de 1,2%, condicionado pela persistente fragilidade da indústria alemã.

Apesar do aumento da fragmentação do comércio internacional e da volatilidade dos fluxos de investimento, a economia global mantém um ritmo de expansão moderado e relativamente equilibrado entre os diferentes blocos económicos, sendo, contudo, as perspectivas geralmente mais favoráveis nas economias emergentes e em desenvolvimento, cujo crescimento deverá situar-se em torno de 4,2%.

No caso específico da África Subsaariana, as projecções do FMI apontam para um cenário de relativa resiliência, não obstante a instabilidade externa e a elevada volatilidade dos preços do petróleo. Para 2025, prevê-se um crescimento económico de 4,1%, com aceleração para 4,4% em 2026, suportado pelo reforço da actividade não-petrolífera, pelo aumento do investimento privado e pela manutenção de políticas macroeconómicas prudentes na região.

Tabela 1. Previsões do crescimento do PIB mundial (%)

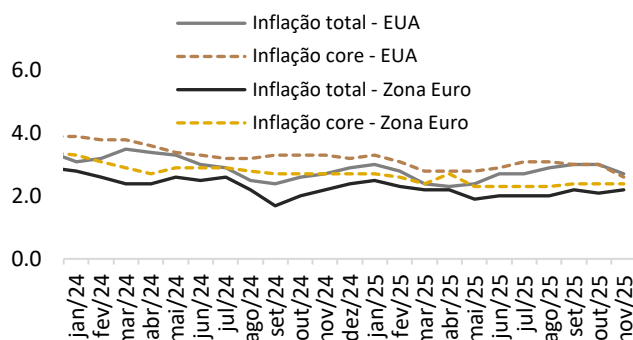
Regiões	2024	Projeções Out.25		diferenças face a Abril.25	
		2025	2026	2025	2026
Mundo	3,3	3,2	3,1	0,4	0,1
Economias avançadas	1,8	1,6	1,6	0,2	0,1
EUA	2,8	2,0	2,1	0,2	0,4
Zona Euro	0,9	1,2	1,1	0,4	-0,1
Economias emergentes	4,3	4,2	4,0	0,5	0,1
China	5	4,8	4,2	0,8	0,2
Índia	6,5	6,6	6,2	0,4	2,2
África subsariana	4,1	4,1	4,4	0,3	0,2
Nigéria	4,1	3,9	4,2	0,9	1,5
África do Sul	0,5	1,1	1,2	0,1	-0,1

Fonte: FMI

No que respeita à evolução dos preços, a inflação homóloga na Zona Euro, medida pelo Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), fixou-se em 2,2% em Novembro de 2025, enquanto a inflação subjacente, excluindo energia e bens alimentares não transformados, se situou em 2,4%. Apesar de esta evolução reflectir uma relativa estabilidade face ao período homólogo, em termos médios anuais mantém-se uma trajectória descendente, em linha com a tendência observada nos últimos três anos. O contributo negativo da componente energética contrasta com a persistência de

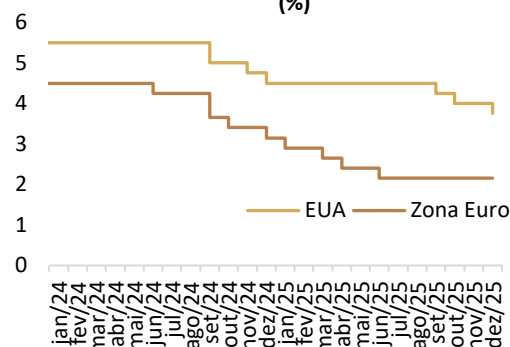
pressões inflacionistas nos bens alimentares e nos serviços, o que explica a manutenção da inflação core em níveis superiores aos da inflação global.

Gráfico 1. Taxa de inflação nos EUA e Zona Euro (%)



Fonte: Bloomberg

Gráfico 2. Taxas de juro EUA e Zona Euro (%)



Fonte: Bloomberg

No plano da política monetária, o Banco Central Europeu (BCE) reduziu as taxas de juro directoras ao longo do primeiro semestre de 2025 em cortes sucessivos de 25 p.b., fixando, desde Junho, a taxa de refinanciamento em 2,15%, a facilidade de cedência de liquidez em 2,40% e a facilidade de depósito em 2,00%. Após este ciclo de descidas, o BCE entrou numa fase de pausa estratégica, com expectativas de manutenção das taxas pelo menos até 2026, permanecendo eventuais ajustamentos dependentes da evolução da inflação e das condições financeiras.

Nos Estados Unidos, a inflação homóloga do IPC situou-se em 2,7% em Novembro de 2025, ainda acima da meta de 2%. Perante a desaceleração da inflação e sinais de moderação do mercado de trabalho, a Reserva Federal iniciou em 2025 um ciclo de flexibilização, reduzindo a federal funds rate para o intervalo 3,50%–3,75%, após três cortes de 25 p.b. A Reserva Federal manteve uma comunicação prudente, reafirmando que as decisões futuras dependerão dos dados económicos, tendo igualmente abrandado a redução do balanço e anunciado o fim do *quantitative tightening* a partir de Dezembro de 2025.

• Mercados financeiros

Em 2025, os mercados financeiros internacionais foram marcados pela coexistência de factores de suporte e de risco. A consolidação do processo desinflationista, o início da flexibilização monetária nas economias avançadas e a melhoria dos resultados empresariais, sobretudo no sector tecnológico, sustentaram a evolução positiva dos mercados. Em sentido contrário, destacaram-se os riscos associados ao agravamento das tensões comerciais, à incerteza política e orçamental nos EUA e em França e à persistência de instabilidade geopolítica.

Nos mercados de dívida soberana, os cortes das taxas directoras pelo BCE e pela Reserva Federal conduziram a uma descida das rendibilidades de curto prazo e a uma normalização gradual das curvas. Ainda assim, as taxas de longo prazo mantiveram-se elevadas, particularmente na União Europeia, reflectindo prémios de risco mais elevados associados às incertezas fiscais e comerciais.

Nos EUA, em Dezembro de 2025, as yields das obrigações do Tesouro a 2 e 10 anos situaram-se em 3,540% e 4,143%, respectivamente. Na Zona Euro, observaram-se descidas nas maturidades curtas

e aumentos nas mais longas, com as obrigações alemãs à 2 anos em 2,16% e as de 10 anos em 2,861%. Na França, o agravamento do risco político e orçamental levou à revisão em baixa do rating soberano e a um aumento significativo das yields à 10 anos, para 3,581%.

No mercado monetário, as taxas Euribor acompanharam o ciclo de redução das taxas do BCE, registando descidas generalizadas entre 20 e 60 p.b. face ao final de 2024, proporcionando um alívio gradual dos custos de financiamento. Contudo, a ligeira subida da Euribor a 12 meses em Novembro sinalizou uma menor expectativa de novos cortes significativos no curto prazo.

Gráfico 3. Prémios de risco da dívida soberanas da Europa - 10 anos (pbs)

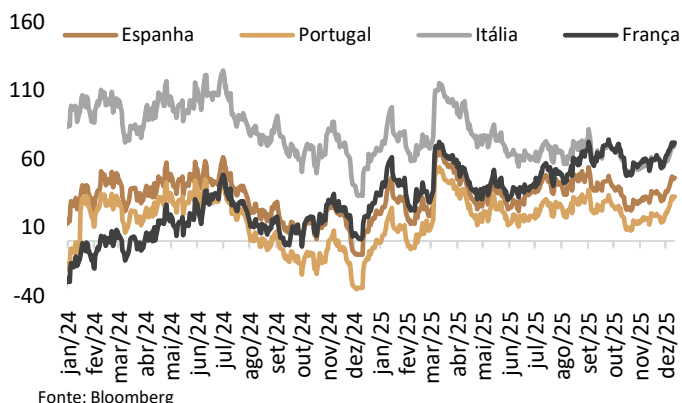
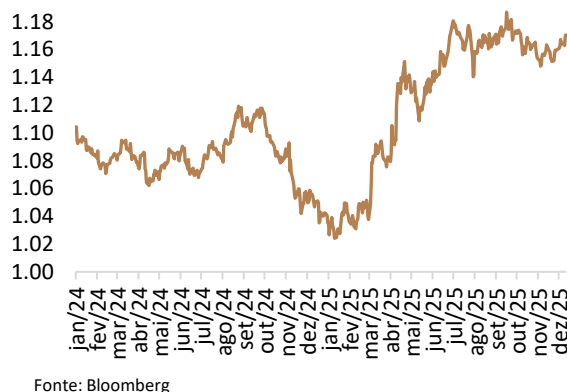


Gráfico 4. Evolução EUR/USD



No mercado cambial, o início de 2025 foi marcado pela desvalorização do dólar norte-americano, num contexto de incerteza associada a novas tarifas comerciais dos EUA, a preocupações orçamentais e à expectativa de cortes de juros pela Reserva Federal. Neste período, o euro valorizou-se mais de 13%, com o par EUR/USD a atingir cerca de 1,187 em meados de Setembro. A partir de Outubro, o agravamento dos riscos orçamentais em França e a revisão em baixa das expectativas quanto ao ciclo de cortes da Reserva Federal levaram a uma correcção parcial, com o dólar a registar uma ligeira apreciação face ao euro.

• Mercado petrolífero

Em 2025, o mercado petrolífero apresentou uma trajectória descendente e volátil, com os preços do crude a recuarem face a 2024. O preço médio do Brent, referência para as exportações angolanas, diminuiu 14,46%, para Usd 68,57 por barril, enquanto o WTI registou uma queda de 14,20%, fixando-se em Usd 65,29 por barril.

A pressão descendente sobre os preços resultou, sobretudo, da expectativa de um excesso estrutural de oferta, impulsionado por níveis de produção historicamente elevados fora da OPEP+, nomeadamente nos EUA, Brasil, Guiana e Canadá. Em paralelo, a reversão gradual dos cortes de produção pela OPEP+ contribuiu para a acumulação de inventários globais, limitando a recuperação dos preços, apesar da persistência de tensões geopolíticas.

Do lado da procura, a desaceleração da economia chinesa e a rápida electrificação do sector automóvel reduziram o ritmo de crescimento do consumo mundial de petróleo. Este contexto de oferta abundante e procura menos dinâmica traduziu-se num enquadramento menos favorável para os países exportadores, com impacto directo nas receitas fiscais e externas de Angola.

Tabela 2. Procura e oferta petróleo (Milhões de barris /dia)
(Milhões de barris por dia)

Procura				
Grupos	2024	2Q25	3Q25	Var. (YTD)
OECD	45,84	45,7	46,6	1,6%
China	16,7	16,5	17,0	1,9%
Outros	41,4	42,0	42,0	1,5%
total	103,84	104,1	105,5	1,6%

Oferta				
Grupos	2024	2Q25	3Q25	Var. (YTD)
OECD	31,7	32,4	32,3	1,9%
OPEP	26,6	27,1	27,9	4,9%
Outros	44,3	44,7	45,0	1,6%
total	102,6	104,2	105,2	2,5%

Fonte: OPEP

4.2 Enquadramento nacional

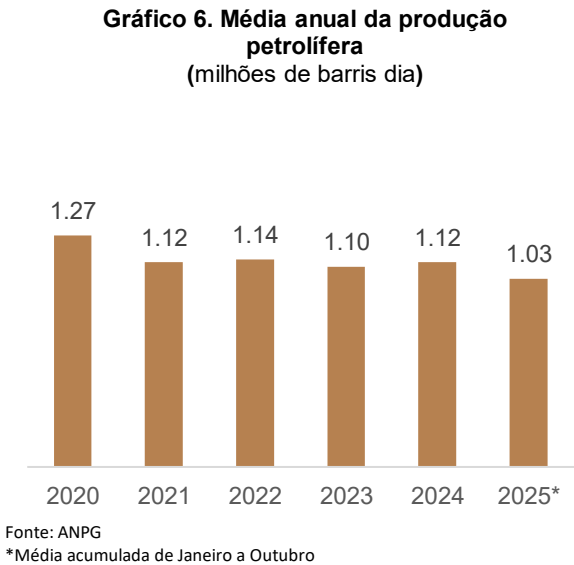
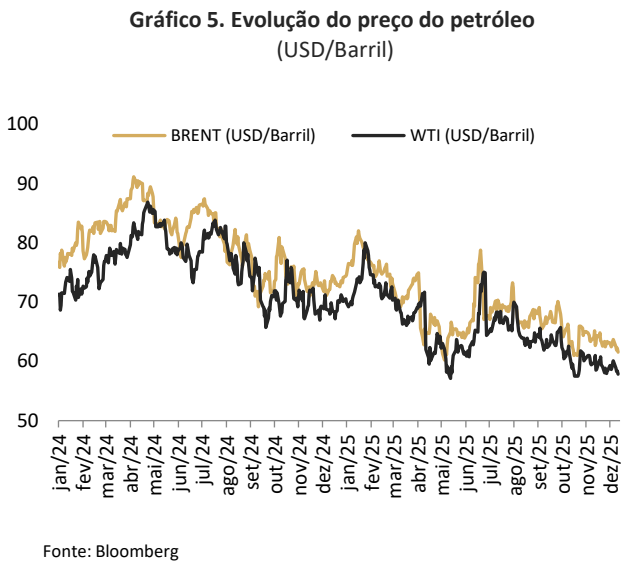
Em 2025, a economia angolana manteve um padrão de crescimento positivo, embora em desaceleração face a 2024, num enquadramento marcado, por um lado, pela correcção em baixa da actividade petrolífera e, por outro lado, por sinais de maior estabilização macroeconómica.

As contas nacionais do terceiro trimestre de 2025 mostraram que a economia acumulou até Setembro um crescimento real do PIB de cerca de 2,2% em termos homólogos, face aos 4,5% registados em 2024, reflectindo uma acentuada contracção do PIB petrolífero (-7%) parcialmente compensada pela resiliência da actividade não petrolífera, cujo crescimento se situou em 4,4% no mesmo período.

Tabela 3. Crescimento real do PIB por sectores (%)

Sector	2024	2025			
		1T	2T	3T	Jan-Set
Comércio	4,3	10,4	6,5	3,3	6,3
Construção	1,8	5,3	2,0	2,7	3,3
Imobiliário	2,9	2,9	3,0	3,4	3,1
Agricultura	3,2	5,7	3,1	3,5	3,3
Ind. Transformadora	5,9	1,6	5,2	13,0	7,2
Pesca	12,4	8,3	3,3	-6,7	1,7
Mineiro	44,8	51,4	6,8	1,0	15,5
Transportes	10,3	1,4	2,9	2,9	2,0
Telecomunicações	0,3	26,7	38,1	55,7	40,5
Aloj. e restauração	7,6	-2,5	8,0	13,6	5,7
PIB	4,5	3,7	1,1	1,8	2,2
PIB Petróleo	2,8	-4,4	-8,7	-7,8	-7,0
PIB Não petrolífero	4,9	5,5	3,6	4,1	4,4

Fonte: INE



Após a recuperação observada em 2024, a produção petrolífera voltou a recuar em 2025, situando-se em cerca de 1,03 milhões de barris diários até Outubro, o que representa uma redução próxima de 8% desde o início do ano. Em Julho registou-se o nível mais baixo, com a produção a descer abaixo de 1 milhão de barris por dia, pela primeira vez desde Março de 2023.

No segundo semestre, o arranque de novos projectos anunciados pela ANPG — nomeadamente a FPSO Agogo (Bloco 15/06), o projecto CLOV 3 (Bloco 17) e o projecto Begónia (Blocos 17 e 17/06) — contribuiu para atenuar a revisão em baixa das perspectivas de crescimento económico, podendo, a médio prazo, mitigar o declínio da produção.

Adicionalmente, a entrada em funcionamento da refinaria de Cabinda, em Setembro de 2025, reforçou a integração entre os segmentos *upstream* e *downstream* e deverá reduzir os custos de importação de combustíveis. Registou-se igualmente uma melhoria do IDE, com um saldo líquido positivo de cerca de Usd 2,1 mil milhões até Setembro, maioritariamente associado ao sector petrolífero.

Neste contexto, o Executivo reviu em baixa a previsão de crescimento do PIB para 2025, de 4,1% para 3,0%, revendo também o crescimento do PIB não petrolífero para 4,5% e agravando a contracção do PIB petrolífero para 5,7%, reflectindo um enquadramento macroeconómico e financeiro mais adverso.

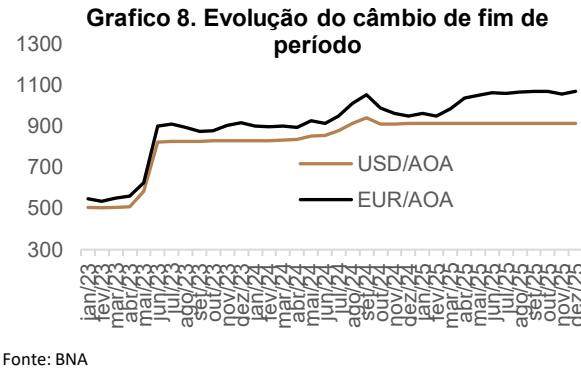
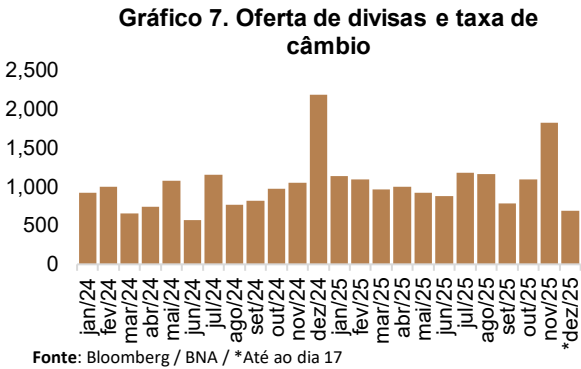
Tabela 4. Principais pressupostos 2025 – 2026

Indicadores	2024	2025		2026	Var (3/2)
		OGE (1)	PMF* (2)	OGE (3)	
Inflação, Fim do Período (%)	27,5	16,6	17,5	13,7	(-3,8) p.p.
PIB petrolífero (incluindo LNG)	19.853	23.126	18.194	16.245	-11%
PIB não petrolífero	82.058	67.468	101.009	120.334	19%
Crescimento real do PIB (% chg)	4,4	4,1	3,0	4,2	1,2 p.p.
Petrolífero	2,4	-3,3	-5,7	-0,9	4,8 p.p.
Não Petrolífero	4,8	5,2	4,5	4,7	0,02 p.p.

Fonte: MINFIN

No plano cambial, o enquadramento menos favorável do sector petrolífero reflectiu-se, em 2025, no funcionamento do mercado cambial, com o aumento do *backlog* de operações nos bancos, apesar do crescimento do volume de transacções de divisas registado na plataforma *Bloomberg*.

Até ao início de Dezembro, o volume negociado no FXGO atingiu cerca de 9 mil milhões de dólares, incluindo operações realizadas ao abrigo da Directiva n.º 5/2024 do BNA, que determina a venda de 30% das divisas adquiridas junto dos sectores petrolífero e diamantífero. Esta medida contribuiu para uma maior dispersão das divisas no sistema bancário e para um volume de transacções cerca de 5% superior ao registado em 2024.



A taxa de câmbio do kwanza face ao dólar manteve-se praticamente estável ao longo de 2025, situando-se em 912,286 AOA/USD em 31 de Dezembro, com apenas ligeiras variações no segundo semestre. Face ao euro, o kwanza depreciou-se cerca de 11%, atingindo 1.071,496 AOA/EUR, reflectindo a valorização do euro nos mercados internacionais.

• **Sector fiscal**

No plano fiscal, 2025 foi marcado pela deterioração do saldo global, num contexto de menor contributo do sector petrolífero e de forte expansão da despesa pública. De acordo com a revisão da Programação Macrofiscal de 2025, prevê-se um défice orçamental de 3,3% do PIB, face ao excedente inicialmente projectado no OGE 2025, influenciado por uma execução superior ao previsto em despesas com pessoal, bens e serviços, juros e subsídios.

Tabela 5. Quadro de Operações do Governo Central 2024/2025 (mM Kz)

	2024	OGE 2025	Revisão PMF 2025	Peso face ao OGE inicial	Variação face a 2024
Receitas	18.969	19.848	18.799	95%	-1%
Petrolíferos	12.711	10.852	10.095	93%	-21%
Não petrolíferos	6.258	8.996	8.703	97%	39%
Despesas	20.321	21.344	22.703	106%	12%
Remuneração dos empregados	3.182	4.299	4.327	101%	36%
Bens e serviços	5.123	3.922	4.327	110%	-16%
Juros	4.778	4.418	4.732	107%	-1%
Subsídios	2.713	793	2.052	259%	-24%
Despesas de Capital	3.453	6.059	5.791	96%	68%
Outras despesas	1.072	1.853	1.474	80%	38%
Saldo fiscal (déficit)	-1.352	-1.495	-3.904	261%	189%
Défice (% do PIB)	-1,3%	-1,7%	-3,3%	-	-2%

Aquisição Líquida de Activos Financeiros	-2.197	689	1.025	149%	-147%
Financiamento global líquido	-778	2184	5.335	244%	-786%
Credores internos	396	2808	4.043	144%	921%
Credores externos	-1.174	-624	1.292	-207%	-210%
Discrepâncias	-67	0	-406	606%	506%

Fonte: MINFIN

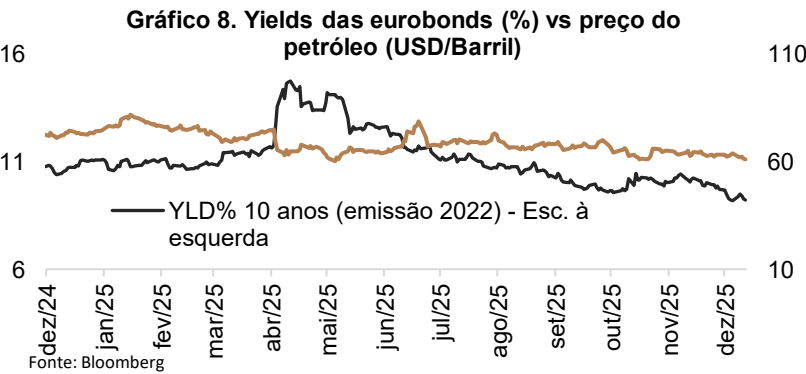
• Dívida pública

Apesar do registo deficitário, o rácio da dívida pública manteve uma trajectória descendente, estimando-se em cerca de 48% do PIB no terceiro trimestre de 2025, abaixo dos 54% de 2024 e inferior ao limite legal de 60%. Esta evolução resultou sobretudo da redução da dívida externa, para aproximadamente Usd 45 mil milhões, apesar do aumento da dívida interna para cerca de Usd 18,6 mil milhões.

Tabela 6. Indicadores da dívida pública

	2024	2025*
Rácios da dívida		
Dívida Governamental (mM Usd)	59,45	63,73
Dívida Governamental (% do PIB)	54%	48%
Indicadores de risco		
Taxa de juros média ponderada da dívida		
Dívida externa	6,79%	6,54%
Dívida interna	11,99%	13,10%
Maturidade residual média (nº de anos)		
Dívida externa	9 anos	10 anos
Dívida interna	3 anos	3 anos
Dívida de Curto Prazo (% do total)	5,56%	7,76%
Dívida em moeda estrangeira (% do total)	83%	79%
Dívida em taxas fixas (% do total)	51,16%	49,32%

Fonte: UGD/ *Até Setembro.



Em 2025, Angola regressou aos mercados internacionais com a emissão de eurobonds no montante de Usd 1,75 mil milhões, repartidos em duas tranches de 5 e 10 anos, com cupões de 9,25% e 9,78%, respectivamente. Trata-se da primeira emissão desde 2022, amplamente subscrita, realizada após a normalização das yields soberanas¹, anteriormente pressionadas por incertezas nos mercados internacionais. A emissão, prevista no Plano Anual de Endividamento de 2025, destinou-se ao suporte orçamental e à gestão da dívida pública.

A normalização das yields permitiu igualmente recuperar cerca de Usd 200 milhões associados a uma *margin call* num total *return swap* com o JP Morgan, tendo sido posteriormente divulgado um possível acordo para o adiamento da amortização desta dívida em 2026.

¹ As yields das eurobonds angolanas normalizaram após o pico registado em Abril, perto dos 19%, nas maturidades a 10 anos e 14% a 30 anos, na sequência da suavização dos efeitos tarifas dos EUA e a relativa estabilização do mercado petrolífero.

Entre os compromissos de amortização do quarto trimestre, destacam-se o pagamento das eurobonds de 2015, no valor de Usd 1,5 mil milhões, e o reembolso do financiamento do BNA em moeda estrangeira, estimado em cerca de Usd 1,6 mil milhões. A proposta do OGE 2026 prevê, contudo, a possibilidade de reembolso deste financiamento num prazo até cinco anos, tornando a exigência mais flexível.

No mercado interno, as emissões de Títulos do Tesouro aumentaram 7% até Outubro, totalizando Kz 3 mil milhões, impulsionadas sobretudo pelas Obrigações do Tesouro, que cresceram 19%. Apesar disso, a execução da dívida titulada atingiu apenas 62% do previsto no PAE 2025. Os resgates diminuíram significativamente, resultando numa colocação líquida positiva, enquanto as taxas de juro das novas emissões registaram uma trajectória ascendente ao longo do ano.

Tabela 7. Emissão e resgate de títulos do Tesouro
(Janeiro a Outubro)

mil milhões de Kz		2024	2025	Variação	Execução PAE 2025
Bilhetes do Tesouro (BT)	Emissão	1.399	1.292	-8%	73%
	Resgate	1.127	731	-35%	61%
	Colocação Líquida	273	561	106%	-
Obrigações do Tesouro (OT)	Emissão	1.756	2.086	19%	56%
	Resgate	1.963	311	-84%	30%
	Colocação Líquida	-207	1.774	-955%	-
Total Emissão		3.155	3.378	7%	62%
Total Resgate		3.090	1.043	-66%	47%

Fonte: BNA

As principais agências de notação de risco mantiveram, em 2025, as classificações soberanas de Angola com perspectiva estável. A Moody's conserva o rating em B3, com Outlook estável, após a revisão em baixa da perspectiva de positiva para estável no final de 2024, enquanto a Fitch e a S&P reafirmaram as classificações em B, igualmente com perspectiva estável. Estas decisões reflectem o reconhecimento dos progressos na consolidação da dívida, nos impactos positivos sobre o rácio da dívida da taxa de câmbio estável e na redução gradual da inflação, ainda que subsistam riscos relevantes associados à dependência das receitas petrolíferas e ao peso do serviço da dívida na execução orçamental.

• Pressupostos OGE 2026

Para 2026, os pressupostos macroeconómicos consideram um preço do petróleo de Usd 61 por barril, abaixo das projeções de várias instituições internacionais, o que acentua os riscos sobre este pressuposto. A produção petrolífera deverá situar-se em cerca de 1,050 milhões de barris por dia, menos 1% face à estimativa de fecho de 2025, suportada pela entrada de novos poços, reinício de alguns blocos e maior contribuição de projectos em operação.

Projecta-se a continuidade da desaceleração da inflação, para 13,7% no final do ano, e um crescimento real do PIB de 4,2%, impulsionado pelo PIB não petrolífero (+4,7%), enquanto o sector petrolífero deverá registar uma contracção moderada de 0,9%. O crescimento será sustentado pelo sector não petrolífero, com destaque para a produção diamantífera na mina do Luele, a segunda fase do projecto de pesca artesanal e aquicultura, a operacionalização do Novo Aeroporto Internacional de Luanda, a conclusão do porto do Caio em Cabinda e o forte desempenho do sector agrícola.

Tabela 8. Principais pressupostos 2026

	2025 PMF	OGE 2026	var.
Inflação, Fim do Período (%)	17,5	13,7	(-3,8) p.p.
Produção Petrolífera (mil barris/dia)	1.060	1.050	-1%
Preço do petróleo bruto (USD/barril)	68	61	-10%
PIB nominal (mil milhões de Kz)	119.203	136.579	15%
Crescimento real do PIB (% chg)	3,0	4,2	1,2 p.p.
Petrolífero	-5,7	-0,9	4,8 p.p.
Não Petrolífero	4,5	4,7	0,02 p.p.

Fonte: MINFIN

Para 2026, o OGE estima um défice de 2,8% do PIB, com receitas de Kz 18 biliões e despesas de Kz 22 biliões. As receitas não petrolíferas deverão crescer 23%, para cerca de Kz 11 biliões, passando a representar a maior parcela da arrecadação, enquanto as petrolíferas recuam 26%, para cerca de Kz 8 biliões, reflectindo a queda esperada no preço e na produção de petróleo.

Na despesa, destaca-se o aumento de 18% na remuneração da função pública, para Kz 5 biliões, enquanto juros da dívida e subsídios devem recuar 9% e 40%, respectivamente. A despesa financeira com reembolso da dívida pública deverá atingir Kz 10,92 biliões, mais 12% que em 2025, mantendo pressão significativa sobre as contas públicas. A redução das receitas petrolíferas também reduz a cobertura do serviço da dívida externa, de 100% para 86%.

O financiamento líquido do Governo Central é projectado em Kz 4,1 biliões, +20% face a 2025, reflectindo uma alteração na composição das fontes: diminuição do recurso ao mercado interno (-15%) e forte aumento do financiamento externo (+176%), beneficiando de menores amortizações e ligeiro aumento de desembolsos. No conjunto, há uma reorientação da estratégia de financiamento, privilegiando fontes externas.

Tabela 9. Quadro de Operações do Governo Central 2026 (mM Kz)

	2025 PMF	OGE 2026	var.
Receitas	18.799	18.181	-3%
Petrolíferos	10.095	7.501	-26%
Não petrolíferos	8.703	10.680	23%
Despesas	16.912	16.608	-2%
Remuneração dos empregados	4.327	5.094	18%
Bens e Serviços	4.327	4.316	0,3%
Juros	4.732	4.316	-9%
Subsídios	2.052	1.235	-40%
Outras	5.800	5.963	3%
Despesas de Capital	5.791	5.358	-7%
Saldo fiscal	-3.904	-3.785	-3%
em % do PIB	-3,3%	-2,8%	-0,50 p.p.
Aquisição Líquida de Activos Financeiros	1.025	313	-69%
Financiamento líquido	3.431	4.112	20%
Financiamento interno (líquido)	2.808	2.392	-15%
Desembolsos	7.548	7.109	-6%
Amortizações	4.740	4.717	-1%
Financiamento Externo (líquido)	624	1.720	176%
Desembolsos	7.714	7.927	3%
Amortizações	7.090	6.206	-12%

Fonte: MINFIN

O OGE 2026 define como prioridades de política económica e fiscal o reforço do investimento social e o apoio à actividade produtiva, com destaque para: aumento de 10% do salário da função pública, segunda fase do programa Kwenda, isenção do IRT para rendimentos até Kz 150 mil, redução do IVA para 5% sobre equipamentos industriais e incentivos à produção nacional e ao crédito agro-pecuário, visando impactos positivos sobre o rendimento das famílias, o emprego e o crescimento do sector não petrolífero.

- **Mercado de capitais**

O mercado de capitais angolano em 2025 ficou marcado pela admissão à negociação das acções do Banco de Fomento Angola (BFA). A operação foi realizada através de uma Oferta Pública de Venda (OPV), abrangendo 29,75% do capital social do Banco, dos quais 15% foram disponibilizados pelo accionista Unitel, no âmbito do Programa de Privatizações do Governo de Angola, e 14,75% pelo accionista BPI ao público investidor. Com esta admissão, o BFA juntou-se ao BAI, BCGA, ENSA e BODIVA, perfazendo um total de cinco empresas cotadas no Mercado de Acções.

No que respeita à actividade transaccional, o volume total de negócios registou uma redução, situando-se em Kz 5,7 mil milhões em 2025, face aos Kz 6,05 mil milhões registados em 2024. Esta evolução foi condicionada, essencialmente, pela queda de 30% no Mercado de Operações de Reporte, que continua a representar a maior parcela do volume negociado.

Em contrapartida, destaca-se o crescimento expressivo do segmento da Bolsa de Títulos do Tesouro, que registou um aumento de 44%, evidenciando uma maior procura por instrumentos da dívida pública. Este desempenho foi impulsionado, sobretudo, pelas Obrigações do Tesouro, cujo volume negociado cresceu 78%, reflectindo a preferência dos investidores por instrumentos de médio e longo prazo.

O Mercado de Acções apresentou igualmente um crescimento muito significativo (+1.867%), ainda que continue a representar uma parcela reduzida do volume total negociado. Esta evolução reflecte um maior dinamismo e aprofundamento do mercado accionista, embora ainda condicionado por uma base histórica limitada.

Tabela 10, Volume negociado na BODIVA (milhões de kwanzas)

	Jan-Dez 2024	Jan-Dez 2025	Variação
Montante Negociado	6.054.023	5.724.841	-5%
Mercado de Bolsa de Títulos do Tesouro (MBTT)	714.200	1.026.338	44%
Bilhetes do Tesouro	141.985	141.985	0%
Obrigações do Tesouro	572.729	1.017.303	78%
Obrigações indexadas ao câmbio (OT-TX)	26.714	533	-98%
Obrigações não reajustáveis (OTNR)	456.833	991.348	117%
Obrigações em moeda estrangeira (OTME)	88.934	90.886	2%
Mercado de Bolsa de Unidade de Participação (MBUP)	8	1.529	17894%
Mercado de Bolsa de Obrigações Privadas (MBOP)	567	639	13%
Mercado de Bolsa de Ações (MBA)	4.252	83.649	1867%
Mercado de registo de Operações sobre Valores Mobiliários (MROV)	974.001	1.580.188	62%
Mercado de Operações Reporte (MOR)	4.360.993	3.032.499	-30%

05

Actividades
e Resultados

5. Actividade e resultados

5.1 Correspondentes e bancos liquidadores

Em 2025, a ÁUREA manteve parcerias com o BAI – Banco Angolano de Investimentos, Sociedade Aberta (“BAI”), o Banco Caixa Geral Angola, S.A., Sociedade Aberta (“BCGA”), e o Banco Yetu, com o objectivo de assegurar a liquidação financeira das transacções sobre instrumentos financeiros realizadas nos mercados regulamentados.

No âmbito destas parcerias, os serviços de liquidação financeira permitem às instituições bancárias:

- Proceder à liquidação financeira das ordens transmitidas pela ÁUREA, em conformidade com os horários de funcionamento dos mercados regulamentados;
- Assumir o risco de contraparte decorrente de eventuais insuficiências de saldo nas contas de registo individualizado abertas pela ÁUREA;
- Executar as instruções transmitidas pela ÁUREA, salvo quando as mesmas se revelem contrárias à lei.

A prestação destes serviços é efectuada de forma automática, através da interligação entre as plataformas core dos bancos e os sistemas da ÁUREA, garantindo eficiência operacional e mitigação de riscos.

Nos termos do Regulamento n.º 2/25, de 24 de Junho, a ÁUREA, ao celebrar contratos de correspondente com instituições financeiras bancárias, designa estas para a prospecção de investidores, exercida a título profissional, sem solicitação prévia destes, fora do estabelecimento do agente de intermediação, dirigida à celebração de contratos de intermediação financeira ou à recolha de elementos sobre clientes actuais ou potenciais; à realização de campanhas de publicidade dirigidas à contratação de serviços e actividades de investimento em valores mobiliários e instrumentos derivados para o agente de intermediação e, para o encaminhamento de pedidos de contratação de serviços e actividades de investimento em valores mobiliários e instrumentos derivados para o agente de intermediação.

O banco correspondente obriga-se a exercer a respectiva actividade em conformidade com o referido regulamento e com as orientações da ÁUREA, que assume plena responsabilidade pelos serviços prestados aos clientes.

5.2 Originação e estruturação de operações no mercado primário

ÁUREA, enquanto primeira Sociedade Distribuidora de Valores Mobiliários (SDVM, S.A.) do mercado angolano, tem assumido um papel relevante na dinamização de soluções alternativas de financiamento em Angola, através da estruturação e execução de operações típicas de Banca de Investimento, alicerçadas no seu posicionamento estratégico e na especialização das suas competências técnicas.

Pelo seu carácter inovador e pela sua materialidade, merece particular destaque a conclusão bem-sucedida de duas emissões de empréstimos obrigacionistas privados, realizadas por emitentes não pertencentes ao sector financeiro, contribuindo para a diversificação das fontes de financiamento disponíveis no mercado de capitais.

No exercício de 2025, a estratégia prosseguida pela ÁUREA permitiu-lhe assessorar um conjunto significativo de operações relevantes no mercado primário, de natureza diversa, entre as quais se destacam:

(i) BAI – Banco Angolano de Investimentos, S.A. | Sociedade Aberta

- Participação enquanto entidade estruturadora da operação e agente de intermediação financeira no âmbito da Oferta Particular de Obrigações Corporativas do BAI, Sociedade Aberta.
- **Designação:** Obrigações “BAI Sénior Bonds 2025–2027”;
- **Modalidade:** Oferta Particular.

(ii) ETU Energias, S.A.

- Participação enquanto entidade estruturadora da operação e agente de intermediação financeira no âmbito da Oferta Particular de Obrigações Corporativas da ETU Energias.
- **Designação:** Obrigações “ETU Energias 2025–2030”;
- **Modalidade:** Oferta Particular com Admissão à Negociação;
- **Montante:** Kz 73 mil milhões;
- **Taxa de Juro:** 7,5% a.a., indexada ao USD.

(iii) Banco de Fomento Angola, S.A. (BFA)

- Participação enquanto agente de intermediação financeira no âmbito da Oferta pública de venda do Banco de Fomento de Angola;
- **Modalidade:** Oferta Pública de Venda e Admissão à Negociação;
- **Montante da Oferta:** Kz 220 mil milhões
- **Objecto da Oferta:** Alienação de 29,75% do capital social.

(iv) Griner Engenharia, S.A.

- Participação enquanto entidade estruturadora da operação e agente de intermediação financeira no âmbito da Oferta Particular de Obrigações Corporativas Griner Engenharia, S.A.
- **Designação:** Obrigações “Griner 2025–2028”;
- **Modalidade:** Oferta Particular com Admissão à Negociação;
- **Montante:** Kz 20 mil milhões;
- **Taxa de Juro:** 19,0% a.a.

Adicionalmente, no âmbito da sua intervenção no mercado de capitais angolano, a ÁUREA desenvolveu, em 2025, um conjunto de iniciativas com vista ao reforço da sua visibilidade e presença internacional indirecta, bem como à promoção da atracção de investidores não residentes. Nesse

contexto, a ÁUREA participou activamente em diversos eventos, designadamente fóruns, workshops, debates e iniciativas nos órgãos de comunicação social, contribuindo para a divulgação, dinamização e fortalecimento do Mercado de Capitais em Angola.

1.2 Negociação e vendas de operações no mercado primário e secundário

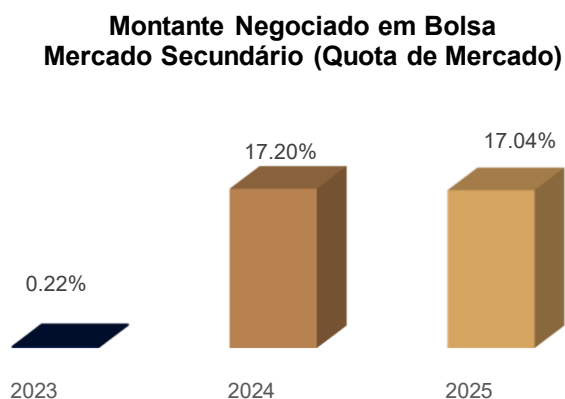
A realidade actual do mercado de bolsa angolano, conta com vários membros inscritos, entre instituições financeiras bancárias e não bancárias, dos quais (18) membros Bodiva de negociação, sendo doze (12) Sociedades Distribuidoras, seis (6) Sociedades Correctoras; um (1) membro associado e vinte e três (23) Membros de liquidação.

No âmbito do financiamento público, os Bilhetes do Tesouro totalizaram Kz 1 772 mil milhões (23% da dívida interna), as Obrigações do Tesouro atingiram Kz 3 718 mil milhões (49%), e os contratos de mútuo perfizeram Kz 2 057 mil milhões (27%). O mercado primário manteve emissões regulares de OT-ME, com estratégias de liquidação em moeda nacional, externa e por Swap, visando a mitigação do risco cambial e a optimização dos vencimentos.

O mercado primário registou ao longo de todo ano a emissão de Obrigações do Tesouro em Moeda Externa (OT-ME), *benchmark bonds*, com estratégia de liquidação em moeda nacional, moeda externa e *swap* de títulos elegíveis, tendo em vista a redução do risco cambial e a redistribuição de vencimentos de títulos em moeda nacional para períodos de menor concentração.

No mercado secundário, o montante negociado situou-se em Kz 5,7 biliões, registando uma variação homóloga negativa de 5%. Os membros de negociação da BODIVA realizaram 61.436 transacções, um crescimento de 307%, embora com redução de 8,1% em termos de montante, para Kz 10,6 biliões.

A ÁUREA por sua vez, registou 25 508 transacções, 42% do total de transacções da bolsa, uma variação homóloga positiva em 307%. Em termos de montante, a ÁUREA totalizou Kz 1,8 bilião, o que corresponde a uma quota de mercado de 17,04%.



O APPLICA, *homebroker* da ÁUREA que permite aos investidores consultarem a carteira, analisar o mercado e realizar transacções, quer em mercado primário², quer em mercado secundário, foi novamente propulsor para o aumento do número de transacções registadas pela ÁUREA.

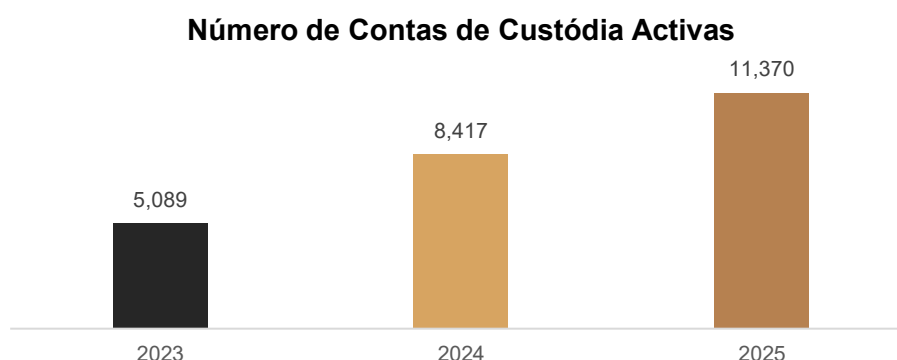
O compromisso da ÁUREA com a inovação e transformação digital reforçou-se com o lançamento da abertura de conta de custódia online, promovendo maior inclusão financeira, comodidade, segurança e acesso ao mercado de capitais sem restrições geográficas.

² As yields das euro bonds angolanas normalizaram após o pico registado em Abril, perto dos 19%, nas maturidades a 10 anos e 14% a 30 anos, na sequência da suavização dos efeitos tarifas dos EUA e a relativa estabilização do mercado petrolífero.

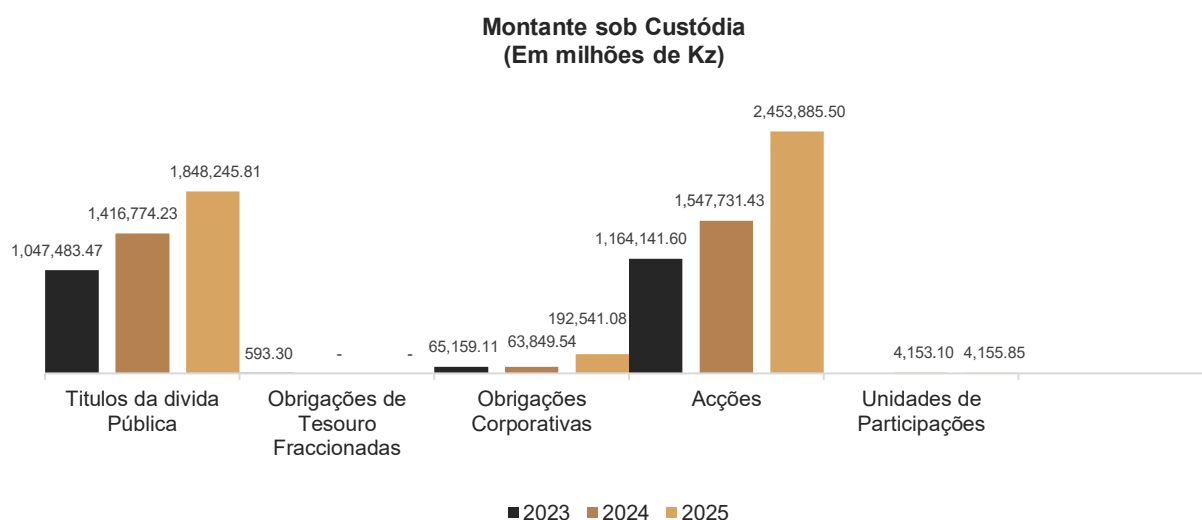
5.3 Clientes e carteira sob custódia

O Gabinete de Custódia é responsável pelo processamento e controlo de movimentos realizados sobre valores mobiliários assegurando a guarda dos títulos, o registo e a manutenção da titularidade dos mesmos, o processamento de eventos de distribuição de rendimentos (juros e dividendos), o processamento de reembolsos e amortizações, e o reconhecimento das operações (compra e venda) efectuadas nos mercados regulamentados, assim como, as transferências de valores mobiliários entre os agentes de intermediação.

Alinhada às mudanças introduzidas pelo novo modelo de negócio do mercado de capitais em Angola, a ÁUREA encerrou o ano em análise com um total de 11 370 contas activas, evidenciando o seu crescimento e consolidação como plataforma de referência no mercado.



Em 31 de Dezembro de 2025, a ÁUREA detinha sob custódia e guarda um total de 1 418 257 706 títulos, correspondentes a um valor financeiro superior a Kz 5 biliões. A manutenção destes activos sob custódia evidencia a confiança dos investidores e o papel consolidado da ÁUREA como intermediária de referência no mercado de capitais angolano, assegurando a segurança, a transparência e a eficiência na gestão dos títulos e instrumentos financeiros, repartidos em:



Destaca-se a guarda e custódia de valores mobiliários em moeda estrangeira, que ascenderam a 458 873 títulos, em 31 de Dezembro de 2025, representando um valor financeiro de mais de USD 665 milhões.

No que respeita ao montante sob custódia, os títulos de dívida pública representavam 48% do total, sendo 77% dos mesmos denominados em moeda nacional e 23% em moeda estrangeira. Por outro lado, os títulos de dívida privada correspondiam a 52% do montante global sob custódia.

Em termos de tipologia de investidores, à data de 31 de Dezembro de 2025, 73% da carteira de títulos e valores mobiliários sob custódia e guarda da ÁUREA encontrava-se detida por pessoas colectivas, reflectindo uma predominância do segmento institucional na estrutura global de investidores. Os restantes 27% correspondiam a pessoas singulares, evidenciando uma participação mais reduzida do segmento de investidores individuais. Esta distribuição confirma o posicionamento da ÁUREA enquanto entidade vocacionada maioritariamente para o serviço a clientes institucionais, em linha com a natureza e dimensão das operações realizadas.

No exercício de 2025, a actividade operacional de liquidação dos eventos de custódia traduziu-se no processamento de pagamentos superiores a Kz 592 mil milhões, relativos a juros, reembolsos de capital e distribuição de dividendos. Paralelamente, no mesmo período, foi igualmente assegurado o processamento do montante equivalente a USD 87 milhões, respeitante ao pagamento de juros e ao reembolso de títulos denominados em moeda estrangeira.

5.4 Tecnologias, segurança e inovação

A ÁUREA, enquanto sociedade detida pelo BAI, S.A., adopta, desde a sua génese, princípios orientadores assentes na inovação, segurança, robustez do controlo interno, digitalização e orientação a dados, os quais se encontram transversalmente integrados em toda a sua cadeia de valor. Estes princípios visam assegurar a prestação de serviços de elevada qualidade, garantindo elevados níveis de desempenho, disponibilidade, segurança e fiabilidade aos seus clientes e parceiros.

Com base nesta visão, a ÁUREA delineou o Plano Estratégico Integrado para o período 2024-2027, abrangendo as vertentes de negócio, sistemas e segurança da informação, com o objectivo de potenciar sinergias e reforçar os mecanismos de controlo essenciais. A tecnologia assume um papel central na condução das iniciativas de transformação digital, garantindo simultaneamente a robustez da segurança da informação, a eficácia do controlo interno e a adopção criteriosa das tendências tecnológicas emergentes, numa abordagem holística à gestão da arquitectura empresarial.

Fruto deste modelo de gestão estratégica, foi possível concretizar várias iniciativas em 2025 com impacto operacional e estratégico ao nível de áreas de negócio, controlo e suporte, com destaque para os seguintes:

- Sistemas e segurança de informação
 - Reestruturação e dimensionamento do modelo operativo de gestão de sistemas e segurança de informação segregando funções e preparando o nascimento futuro de uma unidade especializada de cyber segurança e garantindo eficiência na gestão de sistemas de informação;
 - Reestruturação da Contas de Custódia;
 - Tecnológica ao nível de optimização da rede local e reforço de capacidades de computação de equipamentos de utilizadores para garantir melhor desempenho e segurança;
 - Reestruturação do Data Center OnPromise;

- Implementação de sistema de gestão de activos tecnológicos (CMDDB) e IT Help-Desk (ITSM), para gestão de serviços, pedidos, problemas e incidentes, alinhado com políticas e processos de sistemas e segurança de informação.
- Controlo interno e Governança Corporativa:
 - Operacionalização da política integrada de sistemas e segurança da informação, assegurando a gestão de risco e conformidade;
 - Implementação e testes periódicos do Plano de Recuperação Tecnológica;
 - Implementação do Modelo de Governo e Operativo, com actualização de manuais, políticas e normativos internos;
 - Revisão de políticas e processos de Auditoria, Risco e Conformidade, enquadrando o projecto de implementação do sistema GRC;
 - Reestruturação da função de capital humano e transformação de processos associados;
 - Implementação do programa de sustentabilidade, em alinhamento com o Grupo.
- Negócio:
 - Optimização de *workflows* de *contact center* para aumentar a eficácia.
 - Suporte e dinamização de várias ofertas publicas e emissões obrigacionistas de clientes.
 - Melhorias da solução Mobile APP APPLICA para gestão de carteiras e ciclo de vida de investimentos em valores mobiliários.

Foi igualmente possível estruturar iniciativas estratégicas de transformação digital com horizonte em 2026, através da concepção e preparação de diversos projectos que visam posicionar a ÁUREA num novo patamar de eficiência e maturidade organizacional. Estas iniciativas contribuirão de forma decisiva para o reforço da qualidade dos serviços, da competitividade, do controlo interno, da optimização dos processos e da sustentabilidade, em plena consonância com o plano estratégico definido. Neste contexto, destacam-se as seguintes iniciativas:

- Sistemas e segurança de informação:
 - Reforço dos mecanismos de segurança e controlo, na sequência da reestruturação da Infra-estrutura tecnológica;
 - Expansão da automatização e do controlo da monitorização de sistemas, redes e comunicações, assegurando o alinhamento entre as ferramentas tecnológicas e os processos do modelo operativo;
 - Início da adopção de modelos de inteligência artificial aplicados a processos de negócio, funções de controlo e actividades de suporte;
 - Transformação digital do processo de gestão de portfólio, programas e projectos;
 - Transformação digital da modelação, acompanhamento e monitorização dos processos internos.
- Controlo interno e de gestão:
 - Reforço da automatização dos mecanismos de prevenção e controlo do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, incluindo os processos de KyT (*Know Your Transaction*) e KyC (*Know Your Customer*), de forma integrada na plataforma core.
 - Transformação digital dos processos de gestão de risco, compliance e auditoria, com vista ao reforço e modernização das linhas de defesa;

- Implementação de um modelo integrado de informação de gestão, reporte regulamentar e governação de dados;
 - Transformação digital dos processos de capital humano, incluindo os mecanismos de avaliação de desempenho;
 - Transformação digital dos processos de suporte, integrados com sistemas de gestão documental, visando a implementação de modelos completos de gestão sem papel.
- Negócio:
 - Implementação de um portal de estruturação e originação de operações;
 - Dinamização da actividade comercial, através da definição e operacionalização de políticas e processos de gestão comercial e de relacionamento com parceiros.
 - Reestruturação do sistema core de suporte ao negócio, abrangendo os canais digitais, *front-office*, *back-office* e *middle-office*, CRM e as respectivas integrações com os sistemas internos e com a BODIVA, assegurando a conformidade e a transformação dos processos de negócio.

5.5 Marketing e comunicação

Em 2025, as actividades de Marketing e Comunicação da ÁUREA estiveram alinhadas com o Plano Estratégico 2024–2027, com enfoque na promoção da literacia financeira, sustentabilidade, reforço da notoriedade da marca e consolidação do posicionamento institucional no mercado de capitais.

Ao longo do ano, a ÁUREA participou activamente em conferências, fóruns, feiras, workshops, iniciativas académicas, institucionais e de responsabilidade social, destacando-se eventos como o Fórum BODIVA, a FILDA, o Doing Business Angola, a Semana Mundial do Investidor, o Fórum Banca, o Roadshow da OPV do BFA, congresso de *Corporate Governance* e encontros promovidos por entidades reguladoras e académicas.

As acções desenvolvidas permitiram divulgar novos serviços e soluções, nomeadamente a abertura de contas de custódia online através da plataforma APPLICA, bem como reforçar a presença institucional da ÁUREA junto de investidores, parceiros, estudantes e do público em geral.

Paralelamente, foram promovidas iniciativas de literacia financeira, endomarketing, e comunicação interna, contribuindo para o fortalecimento da cultura organizacional, da imagem institucional e da relação da ÁUREA com o mercado.

Registos das Principais Iniciativas

Apresentam-se, a seguir, alguns registos de imagem das principais iniciativas desenvolvidas pela ÁUREA no âmbito das actividades de Marketing, Comunicação e Literacia Financeira ao longo de 2025.

Prémios e Reconhecimentos

Aos 13 de Março de 2025, a ÁUREA foi distinguida na VI edição do Fórum BODIVA, um dos eventos mais prestigiados do mercado de capitais em Angola, onde a recebeu os prémios Tchiluanda nas seguintes categorias:

- Desenvolvimento e Inovação Tecnológica;
- Maior Montante Negociado na Bolsa de Acções;
- Contributo e Dedicção na Estruturação de OPVs;
- Maior Número de Contas de Custódia.



Fórum BODIVA 2025



Feiras e Eventos



Conferência Outlook Fiscal 2025



II Edição Conversas Economia 100 Makas



3.ª Edição do "Doing Business Angola 2025"



FILDA 2025 – Lançamento da Conta Online e apresentação do Serviço Corporate Finance



FILDA 2025 – Palestra “O Mercado de Capitais Angolano: Direitos, Deveres e Oportunidades num Mercado Emergente”.



Workshop “O Papel do Mercado de Capitais no Financiamento das Empresas”



Patrocínio Fórum Banca 2025



Semana Mundial do Investidor 2025



Visita Cliente 10 000



3.ª Caminhada do Sector Financeiro



IV Congresso de Corporate Governance



Patrocínio FORBES África Lusófona Annual Summit 2025



Cerimónia de Apresentação Pública da Estratégia Nacional de Inclusão Financeira (ENIF) 2025–2027

Programas de Literacia Financeira e de Sustentabilidade



1ª Edição da Feira de Empregabilidade (ISAF)



Visitas Guiadas - Programa de Literacia Financeira



Workshop sobre o Mercado de Capitais Angolano ISAF

Dia de Cinema com os Mini Aureanos Alusivo ao Dia Internacional da Criança



Sessão de Cinema: Literacia Financeira - Exibição do filme *Margin Call*

Jornadas Científicas sobre o sistema financeiro no contexto angolano e seus desafios

Celebração da Independência de Angola com os alunos da Escola Primária n.º 1214



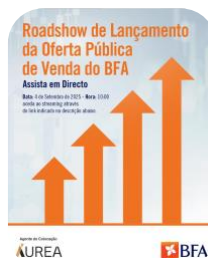
Lançamento da Banda Desenhada (BD) com a mascote AUREANA



Participação no Lançamento da Revista Prisma Económico do Grupo BAI

Workshop alusivo ao 124.º Aniversário do Ministério das Finanças - SETIC-FP

Campanhas e Parcerias



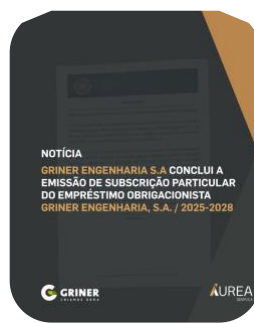
Oferta Pública de Venda de Ações do BFA



Anúncio da conclusão, com sucesso da primeira emissão obrigacionista da ETU Energias



Início da comercialização das Unidades de Participação do Fundo de Investimento Standard Rendimento+



Anúncio da conclusão da emissão de subscrição particular do Empréstimo Obrigacionista GRINER 2025-2028



Início do período da Oferta Pública de Subscrição (OPS) de obrigações do Banco Angolano de Investimentos S.A. ("BAI")



Parceria ÁUREA e Carlos Moraes



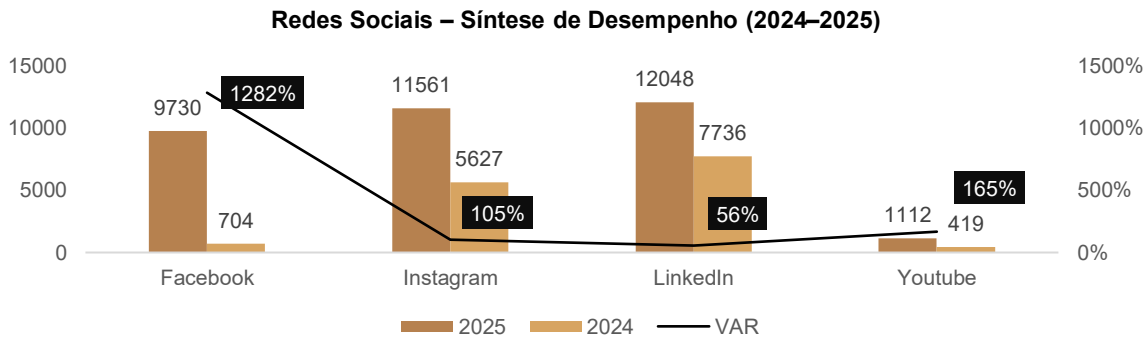
Campanha Abertura da Conta Online Integrada no APPLICA



Campanha de Natal

5.6.2 Gestão das Redes Sociais

Em 2025, as redes sociais da ÁUREA registraram um crescimento expressivo face a 2024, com aumentos significativos em seguidores, interações e alcance. Destaca-se a evolução do Facebook e Instagram, com crescimentos superiores a **100% em interações**, bem como a consolidação do LinkedIn como principal canal institucional. No total, as plataformas ultrapassaram milhões de impressões, reforçando a notoriedade da marca.



Facebook

Nº de Seguidores: **9730**
Interações: **16 545**
Impressões: **1 013 923**



Youtube

Nº de Subscritores: **1 112**
Visualizações: **13.459**
Tempo de visualizações: **254,5 (horas)**
Impressões: **85.524**



Instagram

Nº de Seguidores: **11 561**
Alcance: **185 040**
Interações: **22 147**
Impressões: **1 260 253**



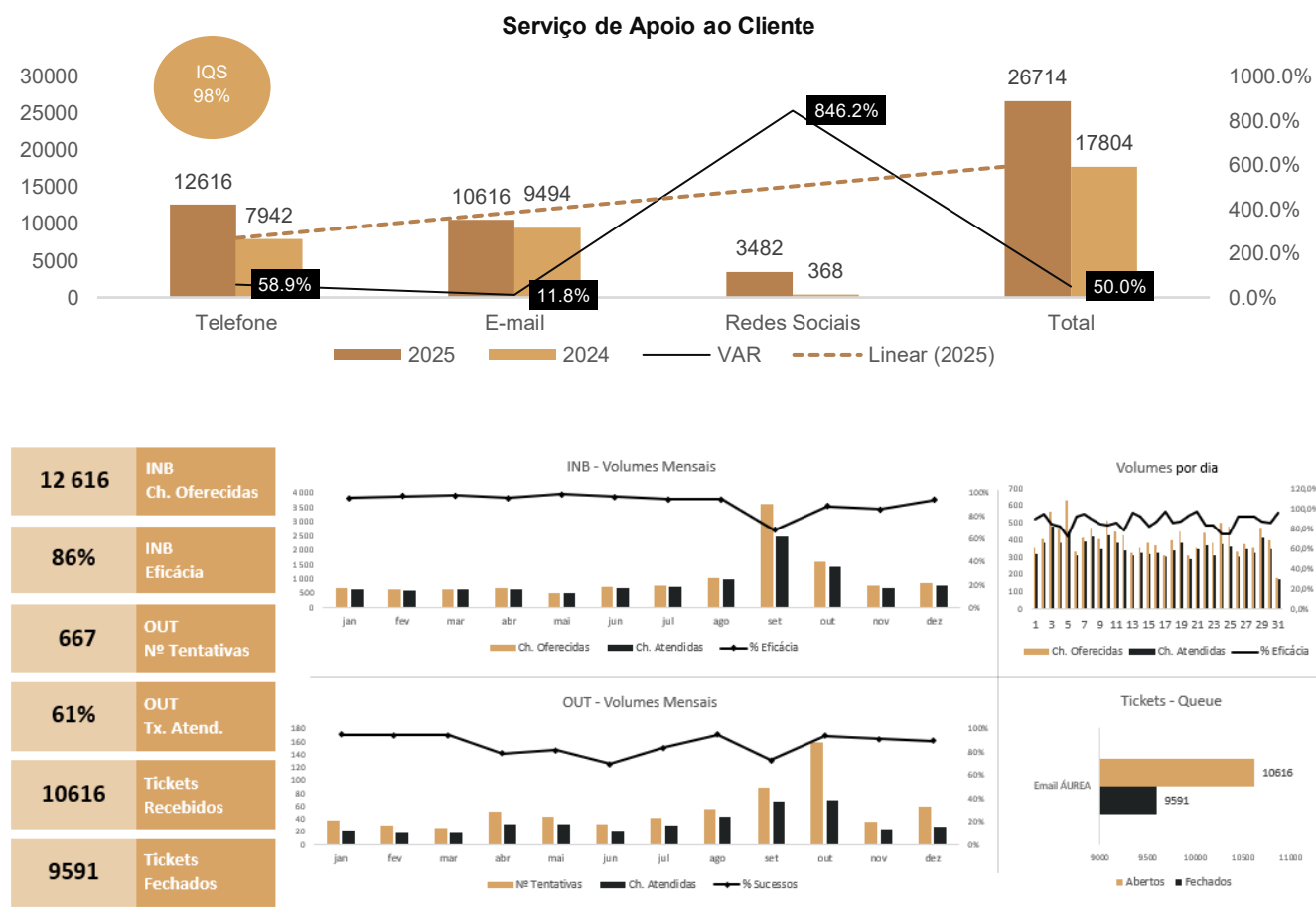
LinkedIn

Nº de Seguidores: **12.048**
Interações: **8.849**
Impressões: **386.384**
Visualizações: **12 048**



5.6.3 Gestão do Serviço de Apoio ao Cliente

Durante o ano de 2025, foram implementadas acções de optimização do serviço de apoio ao cliente, incluindo a consolidação do IQS, melhorias nos processos de gestão com enfoque no processo de gestão de reclamações por encaminhamento e ajustes no IVR em linha com o Plano Estratégico 2024-2027. Algumas iniciativas de controlo continuam em desenvolvimento e serão concluídas no primeiro trimestre de 2026, com o reforço da equipa de marketing relacional.



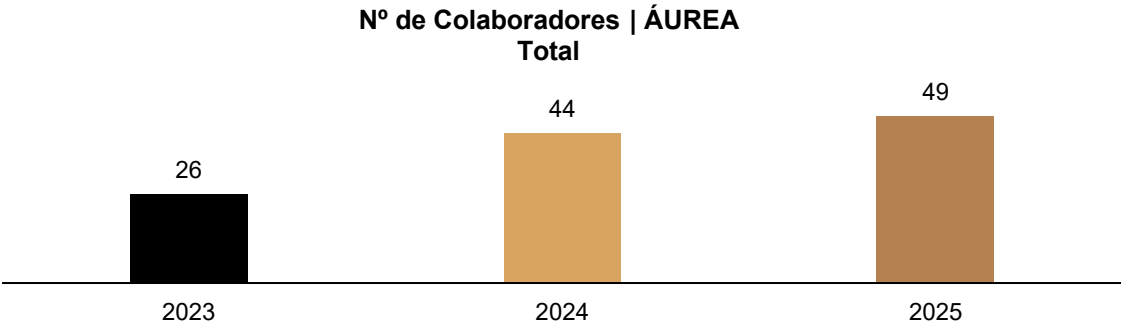
5.6 Capital humano

No ano de 2025, as políticas e práticas de gestão de capital humano da ÁUREA mantiveram o foco na manutenção do estreitamento do vínculo com os seus colaboradores, focando-se no reforço das equipas e na promoção do desenvolvimento profissional contínuo. Do mesmo modo, foram desenvolvidas acções que reafirmam o comprometimento da ÁUREA com a Sustentabilidade, Responsabilidade Social e Saúde e Bem-estar, reconhecendo o desempenho do trabalho individual e em equipa, a ética profissional e o fortalecimento dos valores corporativos.

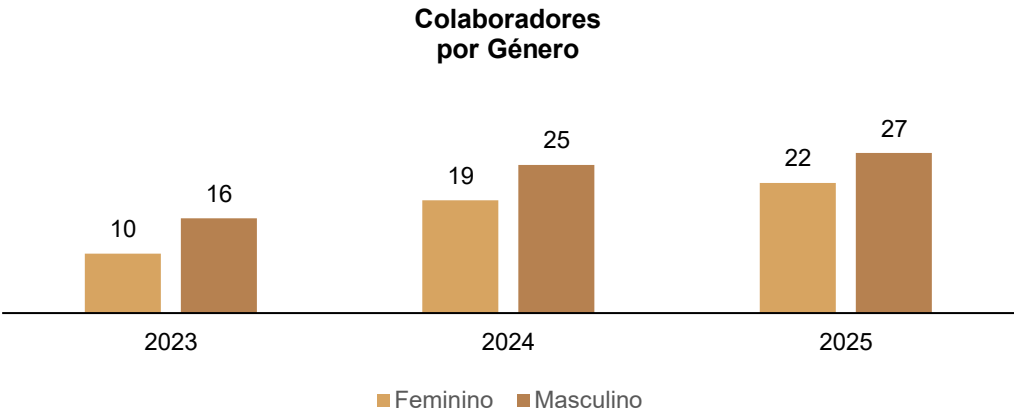
Quadro de pessoal

No ano de 2025, o quadro de efectivos da ÁUREA registou um total de quarenta e nove (49) colaboradores, representando um aumento de 11% em relação ao ano de 2024, altura em que o quadro

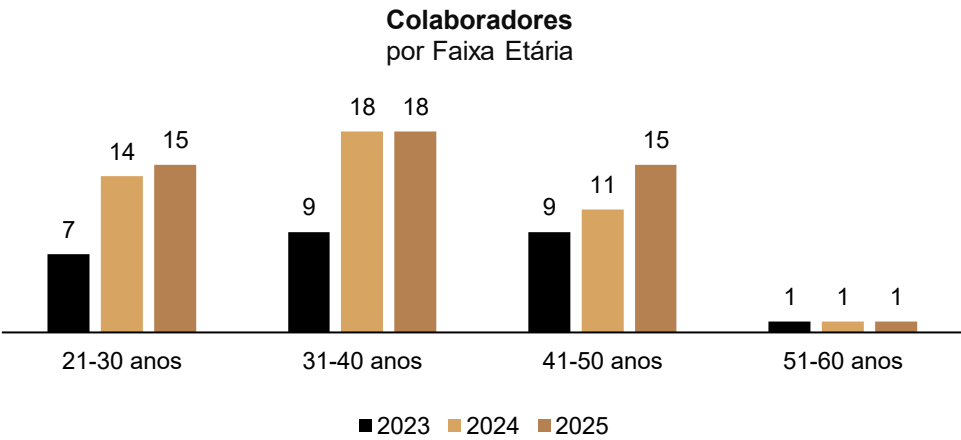
de colaboradores era constituído por um efectivo de quarenta e quatro (44) colaboradores. É referido aumento é justificado pela necessidade de fazer face aos desafios presentes e futuros do negócio.



Em termos de distribuição do efectivo por género, em 2025, a ÁUREA registou um total de vinte e dois (22) colaboradores do género feminino, que corresponde a 45% do total do seu efectivo, e um total de vinte e sete (27) colaboradores do género masculino, que corresponde a 55% do total do seu efectivo.



Com efectivo predominantemente jovem e composto por diversos grupos etários, comparativamente ao ano de 2024, em 2025 registou-se maior representatividade de colaboradores na faixa etária dos 31 aos 40 anos (37%), seguida das faixas dos 21 aos 30 anos e dos 41 aos 50 anos, ambas com (30%). Relativamente à média de idade dos colaboradores, fixou-se em 36 anos de idade.

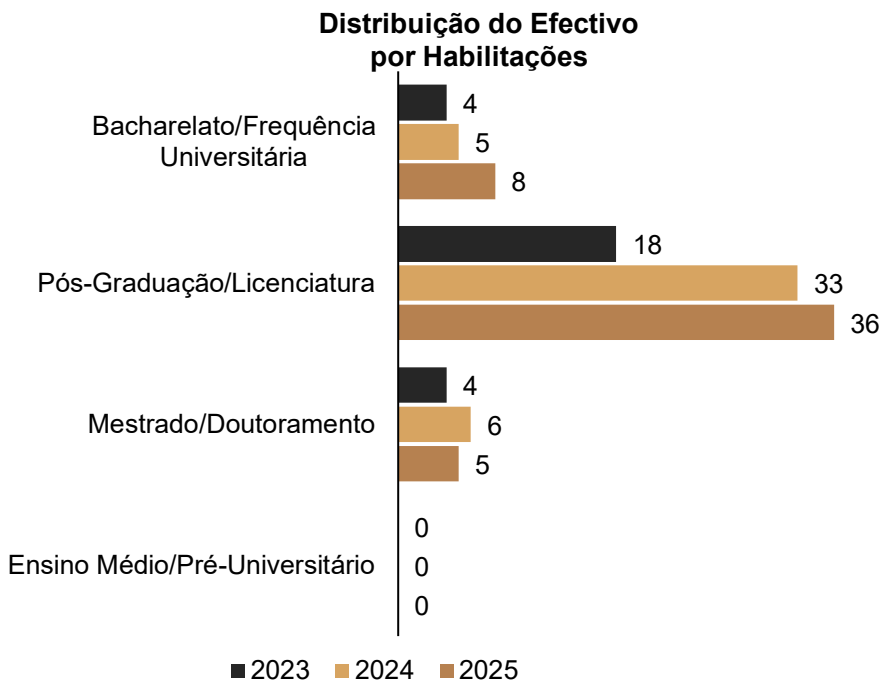


No que concerne a distribuição do efectivo pelas diversas Unidades de Estrutura da ÁUREA, registou-se em 2025 a seguinte composição: 10% do efectivo nos Órgãos Sociais, 22% do efectivo nas áreas de Controlo, 44% do efectivo nas áreas de Suporte e 24% do efectivo nas áreas de Negócio.

Distribuição do Efectivo Por Unidade de Estrutura

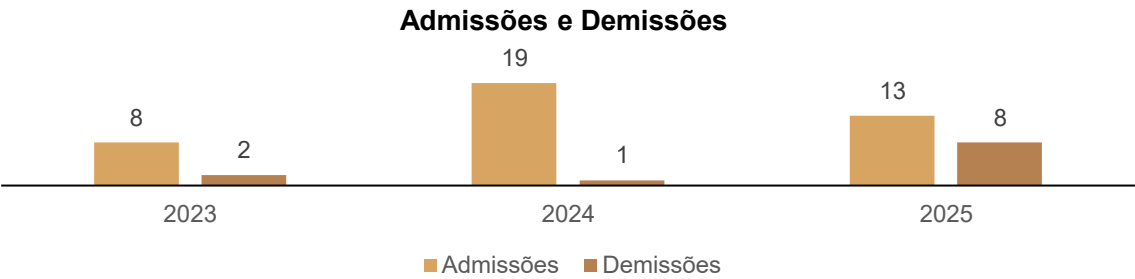
	2023	2024	2025
Conselho de Administração	5	5	5
Controlo	5	10	11
Suporte	10	18	21
Negócio	6	11	12
Total de colaboradores	26	44	49

À semelhança do ano de 2024, no ano de 2025 registou-se igualmente um maior número de colaboradores com o grau académico de licenciatura e pós-graduação, que corresponde a 73% do total do efectivo, e menor representatividade de colaboradores com grau de mestrado e doutoramento, que corresponde a 10% do total do efectivo.



Processos correntes

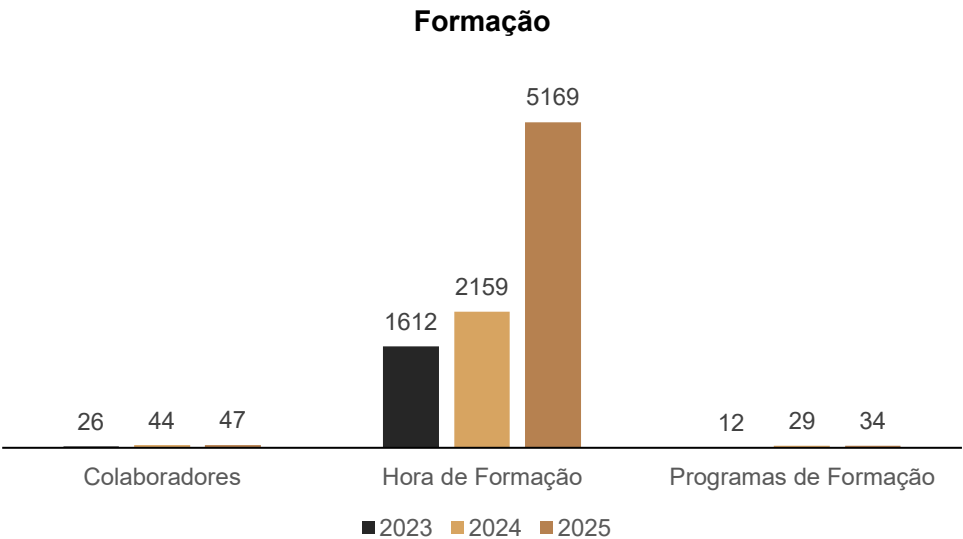
No ano de 2025 registaram-se treze (13) admissões, uma redução percentual de 31.6% no número de admissões, e oito (8) demissões que corresponde a um aumento de 16% no total de demissões, ambas comparativamente ao ano de 2024.



Formação e capacitação dos colaboradores

Em 2025 ocorreram trinta e quatro (34) acções de formação, mais cinco (5) acções comparativamente ao ano de 2024 (29 acções realizadas). Estas 34 acções de formação ocorridas em 2025 resultaram em um total de 5 169 horas de formação, mais 3 010 horas de formação comparativamente ao ano de 2024 (2 159 horas de formação).

Em 2025 quarenta e sete (47) dos quarenta e nove (49) colaboradores beneficiaram de pelo menos uma acção de formação.



5.7 Análise financeira

No exercício 2025, a ÁUREA alcançou um Resultado Líquido de Kz 2 455 milhões, registando uma redução Kz 146 milhões (-6%) face ao resultado alcançado em 2024. O desempenho financeiro reflecte os desafios do actual contexto económico angolano.

Este desempenho foi influenciado, sobretudo, pelo aumento dos custos administrativos e de comercialização, que cresceram 48%, para Kz 4 219 milhões, em resultado da execução das metas do Plano Estratégico 2024–2027, dos investimentos em sistemas tecnológicos e da manutenção do sistema core.

Por outro lado, o resultado da intermediação financeira registou um crescimento de 22%, atingindo Kz 6 663 milhões, reflectindo a implementação da política de investimentos em carteira própria, bem como o aumento dos proveitos de intermediação financeira e de actividades de originação e estruturação de operações.

Demonstração dos resultados

Valores em milhares de Kwanzas	dez/23	dez/24	dez/25	Var. Dez25/Dez.24	
				Abs	%
Proveitos de Instrumentos Financeiros Activos					
Proveitos de Aplicações de Liquidez	35 624	340 243	282 257	(57 986)	-17%
Proveitos de Títulos e Valores Mobiliários	4 824	75 785	411 084	335 298	442%
Margem Financeira	40 448	416 029	693 341	277 312	67%
Resultados de Negociações e Ajustes ao Valor Justo	-	-	107 624	107 624	0%
Resultado de Negociações de Títulos e Valores Mobiliários	-	-	107 624	107 624	0%
Resultados de Prestação de Serviços Financeiros	1 090 663	5 469 419	6 555 864	1 086 445	20%
Proveitos de Prestação de Serviços	1 355 453	6 181 711	8 227 933	2 046 222	33%
Custos de Comissões, Corretagem e Custódia	(264 790)	(712 293)	(1 672 070)	(959 777)	135%
Resultado da Intermediação Financeira	1 090 663	5 469 419	6 663 488	1 194 069	22%
Custos Administrativos e de Comercialização	(1 387 171)	(2 848 926)	(4 219 514)	(1 370 588)	48%
Pessoal	(867 299)	(1 804 798)	(2 769 302)	(964 503)	53%
Fornecimentos e Serviços de Terceiros	(390 217)	(691 373)	(888 833)	(197 460)	29%
Impostos e Taxas Não Incidentes Sobre o Resultado	(5 351)	(65 536)	(103 748)	(38 212)	58%
Penalidades Aplicadas por Autoridades Reguladoras	-	(3 520)	(21 292)	(17 772)	505%
Depreciações e Amortizações	(124 305)	(283 698)	(401 499)	(117 801)	42%
Imparidade de Activos Financeiros	-	-	(34 840)	(34 840)	0%
Outros Custos e Proveitos Operacionais	(541)	(11 088)	(2 568)	8 520	-77%
Resultado operacional	(256 601)	3 025 434	3 134 748	109 314	4%
Outros Ganhos e Perdas Não Operacionais	(17 144)	(24 283)	(34 640)	(10 357)	43%
Resultado não operacional	(17 144)	(24 283)	(34 640)	(10 357)	43%
EBTIDA	(132 296)	3 309 132	3 536 247	227 115	7%
Resultado antes de impostos e outros encargos	(273 745)	3 001 151	3 100 108	98 957	3%
Impostos sobre o resultado	-	(399 259)	(644 777)	(245 518)	61%
Resultado Corrente Líquido	(273 745)	2 601 892	2 455 331	(146 562)	-6%

Os custos de estrutura totalizaram Kz 4 219 milhões, um aumento de Kz 1 370 milhões em comparação ao período homólogo de 2024, em grande parte, este aumento deveu-se ao aumento do custo com pessoal influenciado pelo crescimento do número de colaboradores e investimentos em formação, em Kz 964 milhões, aumento dos fornecimentos e serviços de terceiros, em Kz 197 milhões de kwanzas, essencialmente, explicado pelos gastos com comunicações, publicidade e propaganda, manutenção da plataforma core e outras aplicações. Adicionalmente, os custos com depreciações e amortizações registaram um aumento de Kz 117 milhões, reflexo da conclusão e entrada em funcionamento dos investimentos efectuado.

Balanço

Durante o exercício de 2025, o balanço da Instituição registou um crescimento significativo, totalizando Kz 3 420 milhões, reflectindo, essencialmente, o reforço das aplicações de liquidez, com destaque para operações de compra de títulos de terceiros com acordo de revenda (*repo*), aplicações em títulos e valores mobiliários, bem como o aumento dos saldos de caixa e disponibilidades.

Valores em milhares de Kwanzas	dez/23	dez/24	dez/25	Variações	
				Abs.	%
Caixa e Disponibilidades	289 546	391 255	803 712	412 457	105%
Aplicações de Liquidez	631 030	2 252 051	3 293 801	1 041 750	46%
Títulos e Valores Mobiliários	94 975	1 613 790	3 679 050	2 065 260	128%
Créditos no Sistema de Pagamentos	450	1 281	8 314	7 033	549%
Outros Valores	228 883	411 062	343 371	(67 691)	-16%
Activos Fixos Tangíveis e Intangíveis	728 977	926 723	888 631	(38 091)	-4%
Total do Activo	1 973 860	5 596 161	9 016 878	3 420 718	61%
Obrigações por Operações Pendentes de Liquidação	-	70 725	-	(70 725)	-100%
Outras Obrigações	233 783	1 174 837	2 237 347	1 062 510	90%
Provisões para Responsabilidades Prováveis	3 659	3 659	3 659	-	0%
Total do Passivo	237 442	1 249 221	2 241 006	991 784	79%
Capital Social	610 000	610 000	610 000	-	0%
Prestações acessórias	2 350 000	2 350 000	2 350 000	-	0%
Reservas e Fundos	-	-	1 378 311	1 378 311	0%
Resultados Potenciais	-	8 629	(17 768)	(26 397)	-306%
Resultados Transitados	(949 836)	(1 223 582)	-	1 223 582	-100%
Resultado Líquido do Exercício	(273 745)	2 601 892	2 455 331	(146 562)	-6%
Total dos Fundos Próprios	1 736 418	4 346 939	6 775 873	2 428 933	56%
Total do Passivo, Fundos Próprios e Interesses Minoritários	1 973 860	5 596 161	9 016 878	3 420 718	61%

Durante o período em análise, registou-se um aumento do caixa e disponibilidades na ordem de Kz 412 milhões, representando 9% do activo total, comparativamente aos 7% verificados em Dezembro de 2024. O aumento resulta em grande parte do crescimento das obrigações de curto prazo.

As aplicações de liquidez registaram de Kz 1 042 milhões impulsionado por operações de compra de títulos de terceiros com acordo de revenda no montante de Kz 2 333 milhões, em resultado do ajustamento da política de investimentos em carteira própria e da implementação de uma estratégia orientada para a optimização da rentabilidade e o reforço da margem financeira da Sociedade.

Os títulos e valores mobiliários aumentaram para Kz 3 679 milhões, correspondendo a um aumento de 128% relativamente a Dezembro de 2024. Como resultado, o peso dessa rubrica no total do líquido aumentou de 29% para 41%. Este aumento deve-se principalmente aos investimentos realizados na

carteira disponíveis para venda da ordem de Kz 1 363 milhões, e investimento na carteira de custo amortizado na ordem de Kz 701 milhões.

No lado do passivo, registou-se um aumento de Kz 991 milhões, correspondendo a uma variação positiva de aproximadamente 79% face a 31 de Dezembro de 2024. Este crescimento foi, maioritariamente, impulsionado pela subida das outras obrigações, com destaque para: obrigações de natureza fiscal (Kz 293 milhões), de natureza cível (Kz 353 milhões) e de natureza administrativa e de comercialização (Kz 887 milhões).

Rendibilidade

Em Dezembro de 2025, a ÁUREA continuou a entregar valor aos seus Clientes, Accionistas, Colaboradores e demais *stakeholders*, apresentando um rácio de *Return-on-Equity* (ROE) de 44% e um rácio *Return-on-Assets* (ROA) de 34% e um aumento do EBTIDA de Kz 227 milhões face ao montante alcançado em 2024.

No que respeita à liquidez, a Instituição manteve uma posição confortável e prudente, com o rácio de liquidez imediata situado em 35,9%, assegurando capacidade adequada para o cumprimento das suas obrigações de curto prazo. Paralelamente, registou-se um reforço das aplicações de liquidez e da estrutura de balanço, em alinhamento com a estratégia de optimização da gestão de tesouraria e mitigação de riscos.

Estes indicadores evidenciam uma trajectória de fortalecimento da sustentabilidade financeira da Instituição, assegurando simultaneamente níveis adequados de rentabilidade e solidez de liquidez, compatíveis com o seu perfil de risco e com os requisitos prudenciais aplicáveis.

Valores em milhares de kwanzas	dez/23	dez/24	dez/25	Variações	
				Abs	%
Rentabilidade					
(%) ROAA	-13,87%	68,74%	33,60%	(35,14) p.p	-51,11%
(%) ROAE	-15,76%	85,54%	44,15%	(41,39) p.p	-48,39%
Liquidez e gestão de fundos					
EBITDA	-132 296	3 309 132	3 536 247	227 115	6,86%
(%) Endividamento	12,03%	22,32%	24,85%	2,53 p.p	11,34%
(%) Liquidez imediata	123,85%	31,41%	35,92%	4,51 p.p	14,36%
Concentração da carteira sob custódia = Top 20	74,42%	69,61%	61,91%	(7,70) p.p	-11,06%

O Rácio de Solvabilidade Regulamentar situou-se em 650,94%, mantendo-se 65 vezes acima do mínimo exigido pela CMC, com um crescimento de 336,64 pontos percentuais face a Dezembro de 2024. Este desempenho resultou do aumento de 2,45 mil milhões de kwanzas nos fundos próprios regulamentares, maioritariamente influenciados pelo crescimento do resultado líquido e da redução dos activos ponderados pelo risco associado ao forte investimento em instrumentos com factor de ponderação nulo, designadamente, Obrigações do tesouro.

Valores em milhares de kwanzas	dez/23	dez/24	dez/25	Variações	
				Abs.	%
Fundos Próprios Regulamentares (FPR)	1 157 720	3 873 431	6 323 541	2 450 109	63,25%
Activos Ponderados pelo Risco (APR)	1 377 887	1 232 394	971 444	-260 951	-21,17%
Rácio de Solvabilidade Regulamentar (RSR)	84,02%	314,30%	650,94%	336,64 p.p.	107,11%

06

Gestão de
Risco

6. Gestão de risco

6.1 Principais registos e incertezas

Os principais riscos e incertezas identificados na Política de Gestão de Riscos da ÁUREA estão detalhados na tabela abaixo, que organiza de forma clara, as fontes de risco relevantes para o exercício de 2025:

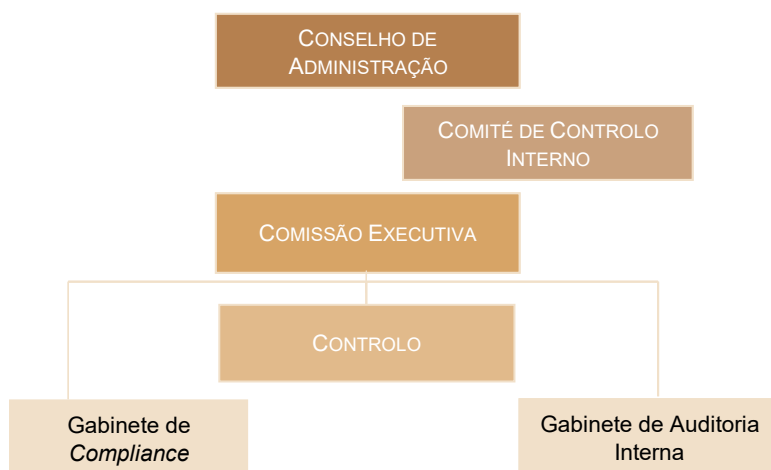
Tipologias de Riscos	Fontes de Riscos	Nível de Risco	Tendência	Mitigantes
Risco de liquidez	A dependência da economia angolana do sector petrolífero, a escassez de divisas e a limitada profundidade do mercado de capitais impactam significativamente a liquidez.	Médio	↑	Diversificação das fontes de funding, com Investimentos em depósitos a prazos, obrigações corporativas, acções, bilhetes do e obrigações do tesouro, definição das métricas de liquidez na Declaração de Apetite ao Risco e aprovação do plano de contingência de liquidez.
Risco de concentração	A falta de diversidade no mercado financeiro e no portfólio de investimentos reduz a capacidade de adaptação a alterações externas, comprometendo a estabilidade e o crescimento sustentável da economia.	Médio	↑	Diversificação das fontes de rendimentos pelos segmentos de negócio e acções comerciais para a captação de novos clientes.
Risco de incumprimento	A volatilidade macroeconómica e desafios estruturais com impacto no incumprimento.	Baixo	↓	Portfólio de investimento em entidades de risco baixo.
Risco de taxa de câmbio	O serviço de dívida pública externa, aumento da procura de divisas para importação de bens e serviços, provocaram o aumento das taxas de câmbio.	Baixo	↔	Contratação reduzida de serviços com exposição à moeda estrangeira.
Risco de taxa de juro	A estratégia de investimento voltada a instrumentos de rendimentos fixos.	Baixo	↔	Dispersão de investimentos (depósitos a prazos, obrigações corporativas, bilhetes do tesouro e obrigações do tesouro).

Risco de contraparte	Aumento de novas parcerias	Moderado	↔	Revisão e monitoramentos dos contratos dos fornecedores e avaliação continua das demandas do mercado.
Risco operacional	Insuficiência ou inadequação de processos, pessoas e sistemas originou a ocorrência de falhas de processos e falhas de sistemas	Médio	↔	Políticas, processos e metodologias de controle interno; Acções de Formação em matérias de controlo interno e cibersegurança aos colaboradores.
Risco de ESG	Aumento da ocorrência de eventos com impactos ambientais, sociais e de governação.	Baixo	↔	Política de sustentabilidade; Implementação do Programa de Sustentabilidade.
Risco de compliance	Cumprimento parcial na implementação de plataformas de gestão de compliance e cumprimento defeituoso do controlo do risco de compliance.	Médio	↑	Políticas; Manuais e procedimentos, Acções de formação periódicas em matérias de BCFTPAD e Compliance,
Riso reputacional	Aumento do nº de reclamações de clientes relacionados aos serviços prestados	Médio	↑	Comunicação institucional clara e transparente; Definição de SLA's para a resolução das reclamações dos clientes e Monitorização da Satisfação dos clientes.
Risco de estratégia	Dependência do contexto macroeconómico; Ambiente Regulamentar Complexo e Limitações do Mercado	Alto	↔	Plano Estratégico 2024 a 2027

6.2 Governo e organização da gestão do risco da ÁUREA

A ÁUREA tem uma estrutura organizacional transparente e claramente definida, adequada à dimensão, natureza e complexidade da actividade por si desenvolvida, com vista à implementação de um sistema de controlo interno adequado e eficaz, capaz de assegurar que a gestão e o controlo das operações sejam efectuados de uma forma prudente.

Os órgãos envolvidos no sistema de gestão de risco e as suas respectivas funções são os seguintes:

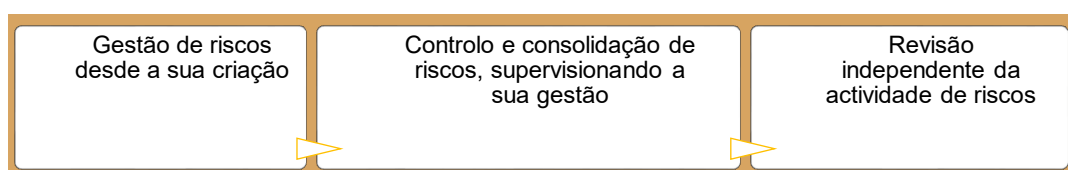


- **Conselho de Administração:** responsável por estabelecer, aprovar e supervisionar o Sistema de Gestão de Riscos da ÁUREA, assegurando a definição da política de gestão de riscos, dos níveis de tolerância ao risco e dos mecanismos de governação necessários ao cumprimento regulamentar. É ainda responsável por garantir a existência de mecanismos formais para a identificação, avaliação, controlo e monitorização dos riscos materiais, assegurar a eficácia do modelo de controlo interno e das três linhas de defesa, promover os recursos adequados às funções de controlo e assegurar um sistema de reporte que permita acompanhar, de forma contínua, a evolução da exposição ao risco e a adequação das medidas de mitigação, salvaguardando a integridade, a prudência e a resiliência financeira da Sociedade
- **Comissão Executiva:** responsável por implementar o sistema de gestão de riscos aprovado pelo Conselho de Administração, definir e aprovar os limites de delegação e os procedimentos operacionais, assegurar a execução das políticas de risco, supervisionar a actuação das linhas de defesa, garantir a eficácia do modelo de controlo interno e reportar regularmente a evolução dos riscos e a adequação dos controlos e garantir meios humanos, tecnológicos e processuais adequados ao funcionamento do Sistema de Gestão de Risco.
- **Comité de Controlo Interno:** responsável por fornecer ao Conselho de Administração análises independentes sobre a eficácia do Sistema de Gestão de Risco e do modelo de controlo interno, incluindo recomendações de melhoria e validação da eficiência das linhas de defesa.
- **Gabinete de Gestão de Risco:** responsável pela identificação, avaliação e acompanhamento dos riscos materialmente relevantes para a ÁUREA, bem como do

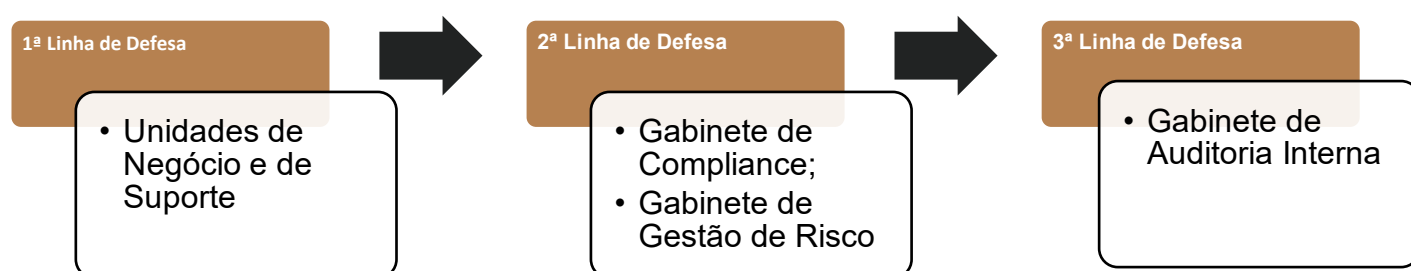
acompanhamento da adequação e da eficácia das medidas tomadas para corrigir eventuais deficiências do sistema de gestão de risco.

- **Gabinete de Auditoria Interna:** responsável por avaliar periodicamente, de forma independente, os processos, procedimentos e controlos internamente instituídos referentes à Política de Gestão de Risco.
- **Gabinete de Compliance:** responsável por avaliar a eficácia e eficiência do modelo de governação corporativa e sistema de controlo interno, bem como assegurar, enquanto segunda linha de defesa, a supervisão e o controlo da conformidade legal, regulamentar e interna da ÁUREA para mitigação de riscos de não-conformidade, legais e reputacionais, com enfoque para matérias de compliance regulamentar, prevenção ao branqueamento de capitais, ao financiamento do terrorismo e ao financiamento da proliferação das armas de destruição em massa (PBCFTPADM).
- **Unidades de estrutura:** responsáveis pelo controlo e reporte dos eventos de risco mediante o cumprimento dos manuais de procedimentos internos em vigor na ÁUREA.

O modelo de Controlo Interno, aprovado na ÁUREA, assenta no modelo das três (3) linhas de defesa que desenvolvem três funções distintas:



As três linhas de defesa da ÁUREA têm um adequado nível de segregação e independência para não comprometer a eficácia do esquema geral. Sem prejuízo desta independência, as três linhas de defesa actuam de forma conjunta para maximizar a sua eficiência e potenciar a sua efectividade.



1.ª Linha de defesa

É composta pelas unidades de estrutura, proprietárias de risco, as quais devem assegurar a efectiva gestão de risco dentro do escopo das suas responsabilidades organizacionais directas, nomeadamente:

- a criação de um ambiente de gestão apropriado aos riscos associados à actividade de gestão de activos. Este ambiente deve assegurar a identificação de todos os riscos que podem ter

um impacto material, a avaliação recorrente dos riscos existentes e a disponibilidade de informação sobre os riscos assumidos e os eventos de perdas que podem ocorrer;

- A implementação de mecanismos de monitorização e controlo dos riscos criados de modo a assegurar a manutenção do perfil de risco dentro dos níveis estabelecidos pela tolerância ao risco e restantes limites. Neste sentido, os mecanismos de controlo incorporarão a adopção das medidas correctivas e de mitigação necessárias para manter os níveis de risco em conformidade com os objectivos definidos;
- o envolvimento de todos os colaboradores na gestão de risco gerado na actividade, de acordo com a cultura e os objectivos definidos e os papéis e responsabilidades de cada um. As equipas devem conhecer as suas responsabilidades em relação à adequada gestão de riscos, recebendo a formação necessária para a exercer e incorporando objectivos relacionados com a gestão de risco, nos processos de avaliação de desempenho;
- zelar pela adequação do perfil e dos modelos de gestão de risco às necessidades e oportunidades decorrentes da evolução do ambiente em que se desenvolvem os negócios e actividades da ÁUREA, propondo, sempre que for pertinente, o desenvolvimento de novas políticas de risco.

2.ª Linha de defesa

É composta pelas funções chave de Gestão de Risco e de *Compliance*. Esta segunda linha deverá zelar por um controlo efectivo dos riscos e assegurar que estes são geridos de acordo com o nível de tolerância ao risco definido na Política de Gestão de Risco.

A responsabilidade da segunda linha de defesa é estruturada em torno de cinco (5) áreas de acção:

- **Desenvolver e propor** a natureza e níveis de tolerância ao risco, recomendando a aprovação de limites, bem como sugerir políticas e procedimentos adequados para a gestão de riscos;
- **Identificar, avaliar e reportar** os riscos assumidos, sem prejuízo da responsabilidade da primeira linha pela sua correcta gestão;
- **Facilitar** uma visão integrada e consolidada dos riscos a que a instituição se encontra exposta;
- **Supervisionar** a gestão de riscos assumidos, emitindo opinião sobre os mesmos e questionando, sempre que oportuno, a abordagem adoptada pela primeira linha de defesa;
- **Controlar** a implementação dos modelos de gestão de riscos e o cumprimento das políticas e dos limites estabelecidos;

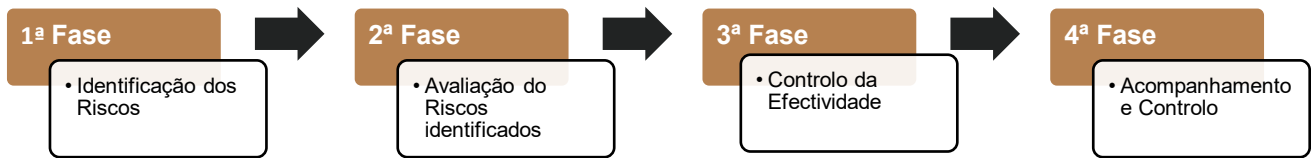
3.ª Linha de defesa

Avalia de forma independente a eficácia do Sistema de Gestão de Riscos e do modelo de controlo interno, reportando directamente ao Conselho de Administração.

Identificação de riscos relevantes

A identificação dos tipos de riscos existentes e a sua qualificação, a sua relevância e a categorização de risco, atendendo ao seu impacto e à sua severidade, são uma necessidade na gestão dos mesmos de forma correcta e eficaz.

O processo de Gestão de Risco da ÁUREA comporta quatro fases, nomeadamente:



Assim, sem prejuízo de uma abordagem geral, as diversas tipologias de risco, emanadas na Política de Gestão de Risco, ao longo do exercício 2025 atendendo ao seu impacto e grau de severidade, a ÁUREA continuou a priorizar a gestão de riscos mais relevantes com o destaque para os seguintes:

Riscos Relevantes no Sistema de Gestão de Risco

Riscos Financeiros	Riscos Não Financeiros
• Risco de Crédito: • Risco de Incumprimento; • Risco de Concentração • Risco de Contraparte • Riscos de Balanço e de Mercado: • Risco de Taxa de Câmbio; • Risco de Taxa de Juros; e • Risco de Liquidez	• Risco Operacional: • Risco Tecnológico; • Riscos ESG; • Risco de Compliance • Risco Reputacional, e • Risco de Estratégia

6.3 Risco de Balanço e Mercado

A ÁUREA monitoriza de forma contínua os riscos de balanço e de mercado inerentes à sua actividade co uma periodicidade, com destaque à possibilidade de ocorrência de variações adversas no activo ou passivo com impacto nos resultados ou no capital, decorrentes de:

- Desequilíbrios entre activos e passivos, sensíveis à taxa de juro ou à taxa de câmbio, sem natureza de negociação; e
- Movimentos adversos nos preços dos instrumentos da carteira de negociação, devido a flutuações nas taxas de juros, câmbio, acções ou *commodities*.

Tipologias de Riscos	Métricas e Ferramentas
Liquidez, Taxa de Juro e Cambial	• Concentração da posição dos clientes • Gap de Liquidez • Rácios de liquidez (imediata, reduzida e geral) • Evolução dos rácios de rentabilidade

câmbio	Modelo de valor em Risco face a variações da taxa de câmbio
	Análise de sensibilidade
	Análise de cenários

1.3 Risco de Liquidez

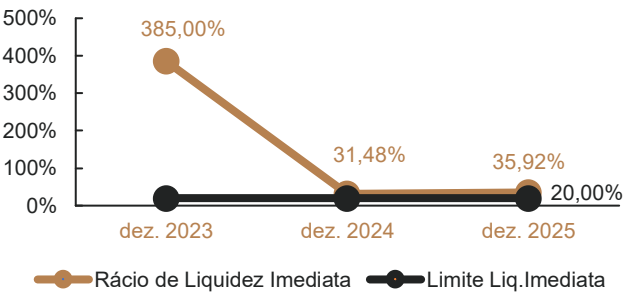
A monitorização da liquidez da ÁUREA, é realizada através de diferentes métricas que permitem aferir a sua capacidade de cumprir atempadamente as obrigações financeiras em diferentes horizontes temporais, nomeadamente a liquidez imediata, reduzida e geral.

A **liquidez imediata** reflecte a capacidade da instituição em satisfazer obrigações de curto prazo exclusivamente com recurso a activos de elevada liquidez, passíveis de conversão imediata em numerário sem perda significativa de valor; a **liquidez reduzida** avalia essa capacidade considerando, para além dos activos imediatamente líquidos, outros activos que, embora não sejam de conversão instantânea, podem ser realizados num curto período; e a **liquidez geral** traduz a capacidade global da ÁUREA para cumprir as suas obrigações financeiras de curto e longo prazo, tendo em conta o conjunto dos activos disponíveis e realizáveis nos diferentes horizontes temporais.

Rácio de Liquidez

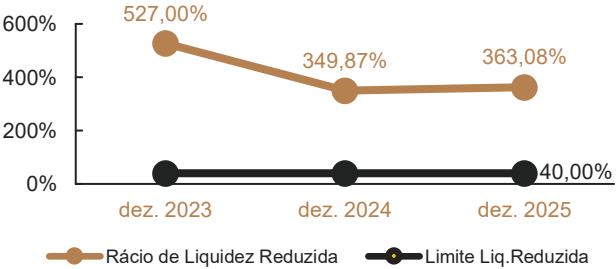
Indicador	2023	2024	2025
Rácio de Liquidez Imediata	385,00%	31,48%	35,92%
Rácio de Liquidez Reduzida	527,00%	349,87%	363,08%
Rácio de Liquidez Geral	822,00%	449,01%	402,36%

Rácio de Liquidez Imediata (%)

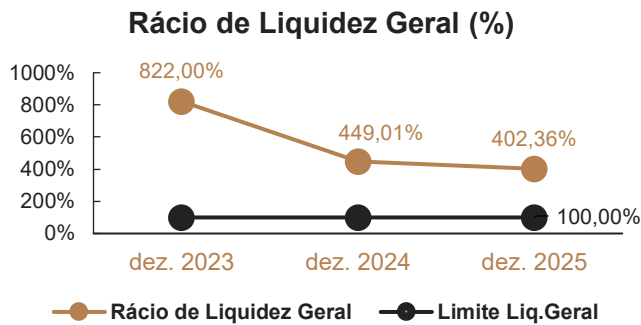


No período em análise, os rácios de liquidez da ÁUREA mantiveram-se **consistentemente acima dos limites mínimos definidos**, evidenciando uma posição prudencial confortável, ainda que com uma redução significativa face aos níveis excepcionalmente elevados registados em exercícios anteriores.

Rácio de Liquidez Reduzida (%)



Em termos de **variação anual**, observa-se uma diminuição acentuada dos rácios entre 2023 e 2024, em particular no rácio de liquidez imediata (de 385,00% para 31,48%) e no rácio de liquidez geral (de 822,00% para 449,01%), reflectindo uma normalização da estrutura de balanço e uma gestão mais eficiente dos recursos líquidos.



Em 2025, os indicadores evidenciam uma **estabilização**, com ligeira recuperação da liquidez imediata (35,92%) e da liquidez reduzida (363,08%), ainda que acompanhada por uma redução adicional da liquidez geral (402,36%), sinalizando ajustamentos na composição dos activos e passivos de médio e longo prazo.

Na **comparação homóloga (2024–2025)**, verifica-se um reforço moderado da liquidez de curto prazo, enquanto a liquidez global apresenta uma redução controlada, permanecendo, contudo, significativamente acima do limite regulamentar de 100%. Esta evolução não configura, à data, risco material para a capacidade da instituição em cumprir as suas obrigações financeiras, evidenciando antes uma transição para níveis de liquidez mais alinhados com o perfil operacional e o apetite ao risco aprovado.

6.4 Risco de Crédito e Contraparte

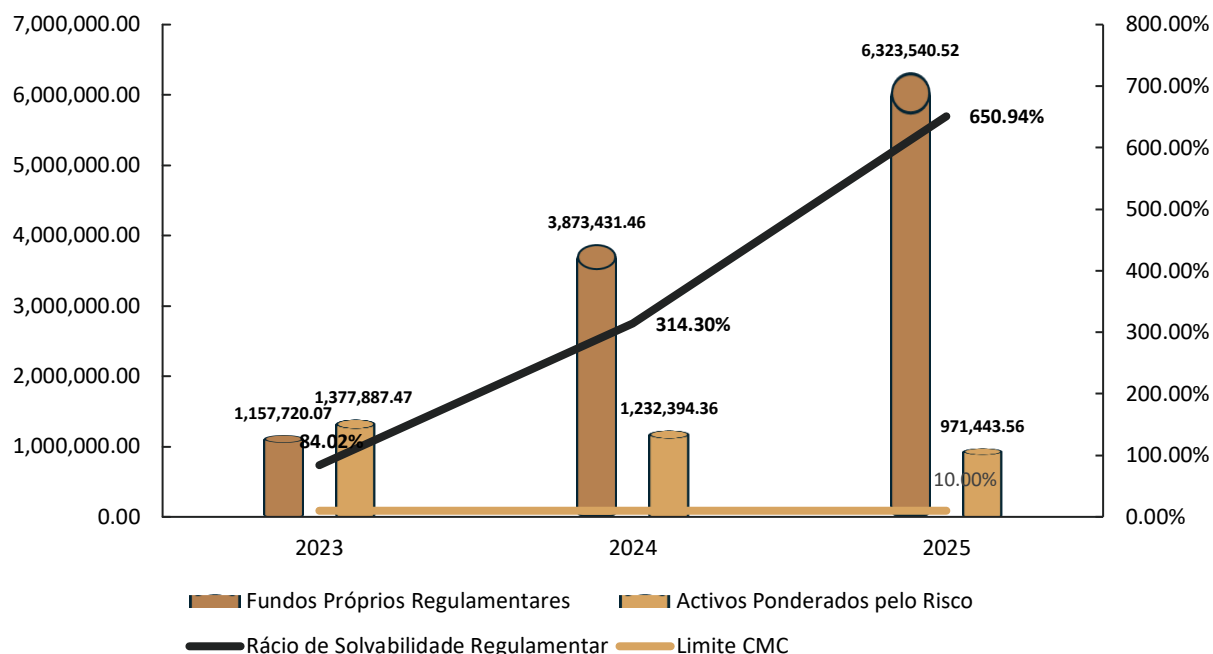
Risco de contraparte é o risco de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido à incapacidade de uma contraparte honrar os seus compromissos, podendo esses serem serviços ou financeiros com a ÁUREA.

6.5 Adequação do Capital

A adequação de capital, expressa através do rácio de solvabilidade, constitui um indicador central da robustez financeira da ÁUREA e da sua capacidade para absorver perdas decorrentes da materialização dos riscos assumidos. A monitorização deste rácio assegura o cumprimento dos requisitos prudenciais estabelecidos pelo regulador, bem como o alinhamento com o apetite ao risco aprovado pelo Conselho de Administração, permitindo avaliar, de forma contínua, a suficiência dos fundos próprios face ao perfil de risco da instituição.

Rácio de Solvabilidade

	milhares de kwanzas		
Valores em milhares de kwanza	2023	2024	2025
Fundos Próprios Regulamentares	1 157 720,07	3 873 431,46	6 323 540,52
Activos Ponderados pelo Risco	1 377 887,47	1 232 394,36	971 443,56
Rácio de Solvabilidade Regulamentar	84,02%	314,30%	650,94%
Limite CMC	10,00%	10,00%	10,00%



Em Dezembro de 2025, observa-se um reforço expressivo dos Fundos Próprios Regulamentares, que atingiram cerca de 6,32 mil milhões de kwanzas, acompanhado por uma redução significativa dos Activos Ponderados pelo Risco, para aproximadamente 971 milhões de kwanzas. Esta combinação resultou num aumento muito relevante do rácio de solvabilidade para cerca de 651%, reforçando de forma clara a margem de capital disponível face aos riscos assumidos.

A evolução favorável do rácio reflecte, por um lado, o fortalecimento da base de capital da Instituição e, por outro, uma gestão prudente da exposição ao risco, traduzida na redução dos activos ponderados pelo risco. Este comportamento evidencia um posicionamento financeiro sólido, com ampla capacidade para absorver eventuais perdas inesperadas e suportar o desenvolvimento sustentado da actividade.

6.6 Risco Operacional

Na ÁUREA, o risco operacional é definido como o risco de perdas resultantes de processos internos inadequados ou defeituosos, de falhas de pessoas e sistemas ou como resultado de acontecimentos externos.

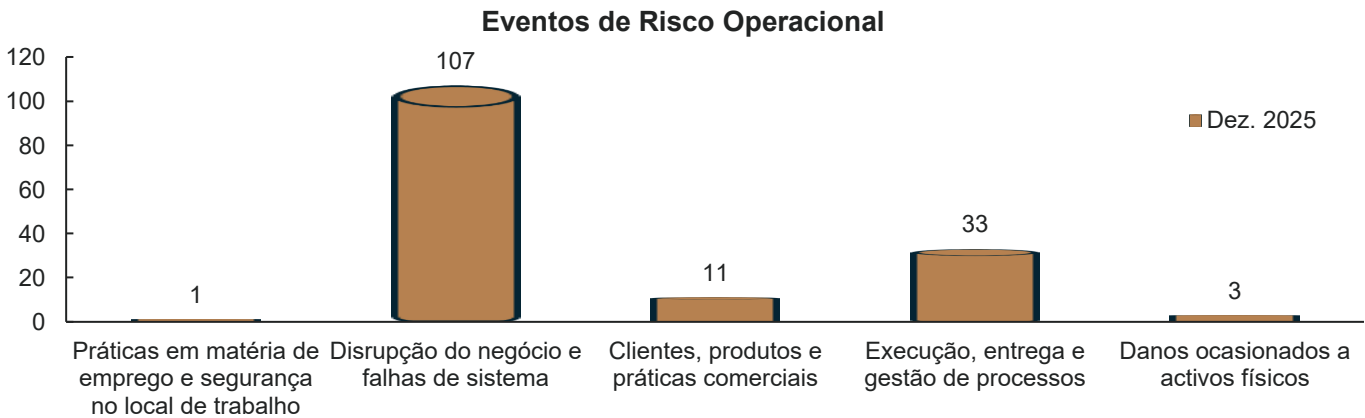
Ferramentas de gestão de risco operacional

A ÁUREA dispõe de um modelo eficaz de gestão de riscos de Risco Operacional, através da conformidade do Manual de Procedimentos de Gestão de Risco Operacional, que define os princípios, acções, papéis e responsabilidades necessárias para a identificação, avaliação, tratamento e controlo do risco operacional que se encontra exposta.

A ÁUREA utiliza as seguintes ferramentas para identificar, analisar e controlar os níveis de risco operacional:

- Mapa de Eventos de Risco Operacional: ferramenta de registo e notificação dos eventos de risco operacional. Cada unidade de estrutura é responsável pela implementação das medidas de mitigação, sempre que necessárias;
- Indicadores-chave de Risco (KRI³): ferramenta de avaliação regular da actividade, que evidencie potenciais eventos de risco operacional, estes devem estar dentro dos limites pré-estabelecidos;
- Matriz Integrada de Risco Operacional (MIRO): ferramenta de identificação dos riscos, com referência às informações adquiridas no mapeamento dos processos, no acompanhamento da actividade das unidades de estrutura e testes efectuados em cenários pontuais. A MIRO tem como objectivo:
 - A. Aprimorar a compreensão relativa da vulnerabilidade correspondente ao risco;
 - B. Reduzir o desvio no julgamento individual na avaliação do risco;
 - C. Controlar, evitar e partilhar as consequências do risco;
 - D. Propiciar oportunidade de melhoria nos controlos internos.

No exercício de 2025, foram reportados pelas unidades de estrutura 155 eventos de risco operacional, apresentados no gráfico abaixo, com a indicação da respectiva categoria:



Observou-se uma elevada concentração na categoria “Disrupção do negócio e falhas de sistema”, que representou 69,0% do total (107 eventos), evidenciando a predominância de riscos de natureza tecnológica e de indisponibilidade operacional ao longo do ano. A categoria “Execução, entrega e gestão de processos” assumiu a segunda maior relevância, correspondendo a 21,3% dos eventos reportados (33 ocorrências), reflectindo fragilidades associadas à execução e ao controlo dos processos internos.

As restantes categorias apresentaram uma incidência residual, com “Clientes, produtos e práticas comerciais” a representar 7,1% dos eventos (11 ocorrências), enquanto os “Danos ocasionados a

³ Key Risk Indicator

activos físicos” representa 1,9% (3 ocorrências), e “Práticas em matéria de emprego e segurança no local de trabalho com 0,6% do total (1 ocorrência).

6.7 Risco Estratégico

É o risco associado a potenciais impactos adversos nos resultados ou no capital decorrentes de decisões estratégicas inadequadas, do não alcance dos objectivos definidos, de deficiências na execução estratégica ou da incapacidade de adaptação a alterações no ambiente externo ou no mercado de capitais.

A gestão do risco estratégico é feita pelo acompanhamento da execução do plano estratégico e das variáveis macroeconómicas.

6.8 Gestão de risco reputacional

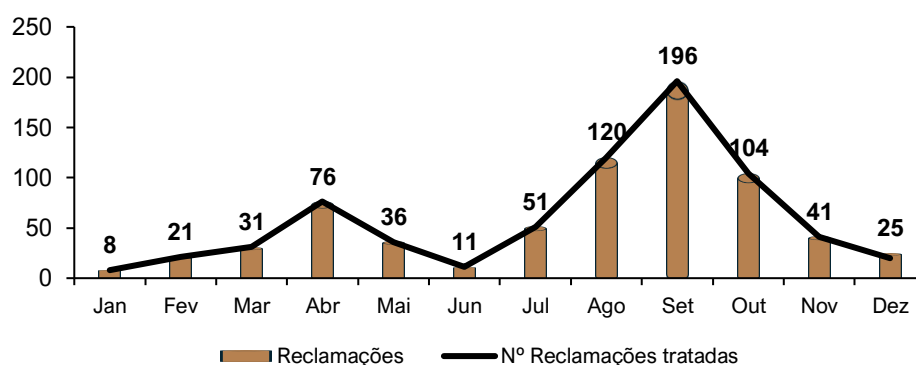
É o risco de impactos negativos nos resultados ou no capital resultantes da percepção adversa da imagem da ÁUREA, por parte de clientes, contrapartes, accionistas, investidores ou reguladores devido a acções internas.

O controlo e a mitigação do risco reputacional é feito em alinhamento com os seguintes instrumentos:

- O Código de Conduta;
- A Política de Gestão de Risco;
- A Política de Gestão de Reclamações;
- Os Procedimentos de prevenção de branqueamento de capitais e financiamento; e
- O controlo da Comunicação institucional.

Evolução das reclamações

Ao longo do exercício de 2025, a ÁUREA registou 720 reclamações, das quais 97,2% foram tratadas no próprio período, reflectindo uma elevada capacidade de resposta e eficácia dos mecanismos de gestão de reclamações. A proximidade entre o número de reclamações recebidas e tratadas contribuiu para a mitigação do risco reputacional, limitando a propagação de impactos negativos na relação com os clientes.



Destacamos o número de reclamações nos meses de Agosto e Setembro, com um total 316 reclamações representando cerca de 44% do total de reclamações.

6.9 Função de Compliance na ÁUREA

A função de Compliance, é exercida pelo Gabinete de Compliance (GCL) e tem por missão avaliar a eficácia e eficiência do modelo de governação corporativa e sistema de controlo interno, bem como assegurar, enquanto segunda linha de defesa, a supervisão e o controlo da conformidade legal, regulamentar e interna da ÁUREA para mitigação de riscos de não-conformidade, legais e reputacionais, com enfoque para matérias de compliance regulamentar, prevenção ao branqueamento de capitais, ao financiamento do terrorismo e ao financiamento da proliferação das armas de destruição em massa (PBCFTPADM).

No decorrer do ano de 2025, no âmbito das suas responsabilidades de alinhar os processos e assegurar o cumprimento integral das normas, o GCL desenvolveu as seguintes actividades:

Actividades	Descrição
Organização	- Actualização de Políticas, Manuais, Processos e Procedimentos internos; - Actualização dos procedimentos de diligência; - Definição de procedimentos e critérios de actuação de acordo com as normas legais associadas aos processos de abertura de contas; - Implementação por meio de medidas necessárias face á publicação de normativos dos órgãos reguladores; - Adesão ao Regime FATCA e definição do programa de implementação do Regime FATCA; - Melhoria dos procedimentos de classificação e avaliação de risco institucional e de clientes; - Avaliação do risco de BCFT em novos produtos, serviços, sistemas e canais de distribuição e fornecedores; - Avaliação do impacto da protecção de dados (DPIA) e da transferência de dados (DTIA).
Ferramentas e sistemas de informação	- Conclusão do interface entre a LexisNexis e Sifox, no sentido de validação e geração de alertas nos processos de abertura de conta ou na inserção de ordens por todos os canais disponíveis; - Entrada em ambiente de produção do Sifox Screening, enquanto ferramenta aplicacional de monitorização de transacções no controlo e identificação de possíveis manipulações de mercado ou branqueamento de capitais, emitindo alertas para operações consideradas “atípicas”; - Aperfeiçoamento das funcionalidades das ferramentas afectas aos GCL (LexisNexis e Sifox Screening);

	Definição de novos workflows para monitorização de transacções de grandes volumes bem como definição de novos staging para suporte de segunda validação de registo alterados
Capital Humano e formação	- Reforço do capital humano afecto ao gabinete de Compliance; - Formação especializada ao capital humano afecto ao Gabinete de Compliance - Formação transversal à toda instituição, em formato <i>E-learning</i> em matéria de BCFT/PADM; - Disseminação e sensibilização interna sobre cultura de compliance de BCFTPADM.
Diligência, monitorização, investigação e reporte	- Comunicação de 2532 transacções que envolveram valores mobiliários; - Diligências de 53 processos de aceitação de Cliente 53; - Diligências de 235 operações realizadas por clientes considerados de alto risco; - Diligências 18 processos prévio ao estabelecimento da relação de negócio com contrapartes; - Monitorização de 44 operações realizadas por pessoas sujeitas⁴.
Grupo Financeiro	Reporte de informação ao Colégio de Harmonização de Compliance do Grupo.
Deficiências de Controlo Interno	Mitigação das deficiências de controlo interno em matérias de BCFTPADM sobre responsabilidade da função de compliance.

⁴ Colaboradores da ÀUREA SDVM, S.A.

6.10 Função de Auditoria Interna da ÁUREA

O Gabinete de Auditoria Interna (GAI) da ÁUREA desempenha um papel estratégico e independente na avaliação contínua da eficácia, eficiência e conformidade dos processos e controlos internos. A actuação deste GAI tem por referência os dispostos no Regulamento n.º 2/25 da Comissão de Mercado de Capitais, e as Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna (IPPF), emanadas pelo The Institute of Internal Auditors (IIA) e tem como missão, proteger e agregar valor à organização, promovendo a melhoria contínua da governança, gestão de riscos e sistema de controlo interno.

O GAI depende e reporta hierarquicamente ao Conselho de Administração (CA) e depende funcionalmente da Comissão Executiva (CE), através do Administrador de Pelouro, sendo a sua acção centralizada nas atribuições específicas que lhe são acometidas.

Ao longo do exercício de 2025, e em estrita conformidade com o Plano de Auditoria Interna aprovado — concebido com base numa abordagem orientada ao risco e alinhado com os objectivos estratégicos da ÁUREA — o GAI executou um conjunto abrangente e estruturado de acções de auditoria e de avaliação da eficácia do sistema de controlo interno. Estas actividades incluíram a revisão aprofundada de processos críticos das Unidades de Estrutura, bem como o acompanhamento das auditorias realizadas por entidades externas, e dos seus resultados, buscando assegurar a respectiva implementação dos planos de acção definidos.

O GAI também desempenhou um papel central no acompanhamento e monitorização das Deficiências de Controlo Interno (DCI) identificadas, quer em auditorias internas, quer em auditorias e inspecções realizadas por entidades externas, nomeadamente, pela Direcção de Auditoria Interna do BAI no âmbito da avaliação da FAI das entidades do grupo, pela Comissão do Mercado de Capitais (CMC) enquanto regulador do mercado no âmbito da inspecção conjunta efectuada pelos reguladores do sistema financeiro BNA-CMC-ARSEG. O gabinete manteve uma abordagem proactiva no saneamento destas deficiências, promovendo reuniões regulares, validação das acções correctivas e reporte periódico aos órgãos da administração da ÁUREA.

Estas iniciativas reforçaram o compromisso do GAI com a melhoria contínua do sistema de controlo interno, assegurando a conformidade regulatória, a mitigação de riscos e o alinhamento estratégico das operações da organização.

07

Aplicação dos
Resultados

7. Aplicação dos resultados

Considerando:

- a) As disposições legais e estatutárias sobre a aplicação de resultados do exercício e a constituição da reserva legal;
- b) O reforço da margem de segurança para a adequação das estratégias, processos, capital e liquidez aos riscos que a ÁUREA está exposto.

O Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral, nos termos e para efeitos do disposto na al. f) do n.º 2 do artigo 71.º, e al. b) do n.º 1 do artigo 396.º, ambos da Lei das Sociedades Comerciais, bem como, no artigo 34.º dos Estatutos da ÁUREA, a seguinte deliberação:

“A aprovação da incorporação do resultado líquido positivo do exercício findo em 31 de Dezembro de 2025, no valor de Kz 2 455 330 538,26 (dois mil quatrocentos e cinquenta e cinco milhões, trezentos e trinta mil, quinhentos e trinta e oito kwanzas e vinte e seis cêntimos):

Aplicação	%	Valor em kwanzas
Para reservas legais	10,00%	245.533.053,83
Para reservas livres	69,64%	1.709.797.484,43
Dividendos	20,36%	500.000.000,00
	100,00%	2.455.330.538,26

08

Aprovação do
Conselho de
Administração

8. Aprovação do conselho de administração

O Conselho de Administração da ÁUREA – Sociedade Distribuidora de Valores Mobiliários, S.A. é o responsável pela preparação, integridade e objectividade das Demonstrações Financeiras.

Luanda, 26 de Janeiro de 2025.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ana Victor
(Presidente Do Conselho de
Administração)

Ana Carreira
(Administradora Não Executiva)

Kelson Cardoso
(Presidente Da Comissão Executiva)

Francisco Figueira
(Administrador Executivo)

Francisco de Brito
(Administrador Executivo)

09

Demonstrações
Financeiras e Anexo
às Demonstrações
Financeiras

9. Demonstrações Financeiras e Anexo às Demonstrações Financeiras

9.1 Demonstrações Financeiras

A. Balanço individual em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Montantes expressos em kwanzas - Kz excepto quando expressamente indicado)

			31-12-2025	31-12-2024
	Notas	Valor bruto	Imparidades e amortizações	Valor líquido
ACTIVO				
Disponibilidades	1	803 711 650		803 711 650
Caixa e disponibilidades em instituições financeiras	1	803 711 650		803 711 650
Aplicações de Liquidez	2	3 298 684 378	(4 883 806)	3 293 800 572
Depósitos a prazo	2	964 391 725	(3 592 658)	960 799 067
Operações de Compra de Títulos de Terceiros com Acordo de Revenda	2	2 334 292 653	(1 291 148)	2 333 001 505
Títulos e Valores Mobiliários		3 709 006 296	(29 956 470)	3 679 049 827
Disponíveis para Venda	3	1 680 524 465		1 680 524 465
Mantidos até o vencimento	3	2 028 481 832	(29 956 470)	1 998 525 362
Créditos no Sistema de Pagamentos		8 314 157		8 314 157
Devedores por operações pendentes de liquidação	4	8 314 157		8 314 157
Outros Valores		343 371 182		343 371 182
Outros valores de natureza fiscal	5	17 197 640		17 197 640
Outros valores de natureza cível	5	118 451 859		118 451 859
Outros valores de natureza administrativa e de comercialização	5	207 721 683		207 721 683
Activos Fixos Tangíveis e Intangíveis		1 772 501 107	(883 870 023)	888 631 084
Activos fixos tangíveis	6	649 951 856	(231 421 335)	418 530 522
Activos intangíveis	6	1 122 549 251	(652 448 688)	470 100 563
Total do Activo		9 935 588 771	(918 710 299)	9 016 878 472
PASSIVO E CAPITAIS PRÓPRIOS				
Obrigações no Sistema de Pagamentos		-		-
Obrigações por operações pendentes de liquidação	7	-		-
Outras Obrigações		2 237 346 728		2 237 346 728
Outras obrigações de natureza fiscal	8	795 903 112	-	795 903 112
Outras obrigações de natureza cível	8	554 183 150	-	554 183 150
Outras obrigações de natureza administrativa e de comercialização	8	887 260 467	-	887 260 467
Provisões para Responsabilidades Prováveis		3 659 004		3 659 004
Provisões para responsabilidades prováveis de natureza fiscal	9	3 659 004	-	3 659 004
Total do Passivo		2 241 005 733	-	2 241 005 733
Capital social	10	610 000 000	-	610 000 000
Prestações acessórias	11	2 350 000 000	-	2 350 000 000
Reservas e Fundos		1 378 310 546		1 378 310 546
Reserva Legal	12	260 189 214	-	260 189 214
Reservas Livres	12	1 118 121 332	-	1 118 121 332
Resultados potenciais	12	(17 768 346)	-	(17 768 346)
Resultados Transitados		-		-
Lucros ou prejuízos transitados	12	-	-	-
Resultado líquido do exercício		2 455 330 538	-	2 455 330 538
Total dos Fundos Próprios		6 775 872 739	-	6 775 872 739
Total do Passivo, Fundos Próprios e Interesses Minoritários				
		9 016 878 472	-	9 016 878 472

(O Técnico de Contas)

(A Administração)

B. Demonstrações de resultados para os períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Montantes expressos em kwanzas - Kz excepto quando expressamente indicado)

	Notas	31-12-2025	31-12-2024
Proveitos de aplicações de liquidez	12	282 257 402	340 243 345
Proveitos de títulos e valores mobiliários	12	411 083 722	75 785 324
MARGEM FINANCEIRA		693 341 124	416 028 669
Resultados de Negociações e Ajustes ao Valor Justo		107 624 244	-
Resultado de Negociações de Títulos e Valores Mobiliários	13	107 624 244	-
Resultados de Prestação de Serviços Financeiros		6 555 863 719	5 469 418 684
Proveitos de prestação de serviços	13	8 227 933 330	6 181 711 328
Encargos com serviços e comissões, corretagem e custódia	13	(1 672 069 611)	(712 292 643)
		-	-
RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		6 663 487 964	5 469 418 684
Custos Administrativos e de Comercialização		(4 219 513 806)	(2 848 926 033)
Pessoal	15	(2 769 301 520)	(1 804 798 383)
Fornecimentos de terceiros	16	(888 833 328)	(691 373 446)
Impostos e taxas não incidentes sobre o resultado	17	(103 747 930)	(65 536 139)
Penalidades Aplicadas por Autoridades Reguladoras	18	(21 291 600)	(3 520 001)
Depreciações e amortizações	19	(401 499 153)	(283 698 064)
Imparidade de Activos Financeiros	20	(34 840 276)	-
Outros Custos e Proveitos Operacionais	21	(2 567 586)	(11 087 516)
OUTROS CUSTOS E PROVEITOS OPERACIONAIS		(4 222 081 393)	(2 860 013 549)
RESULTADO OPERACIONAL		3 134 747 696	3 025 433 804
Outros Ganhos e Perdas Não Operacionais	22	(34 639 945)	(24 282 817)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		(34 639 945)	(24 282 817)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E OUTROS ENCARGOS		3 100 107 751	3 001 150 987
Impostos sobre o resultado	23	(644 777 213)	(399 258 844)
RESULTADO CORRENTE LÍQUIDO		2 455 330 538	2 601 892 143

(O Técnico de Contas)

(A Administração)

C. Demonstração de mutuações de fundos próprio para os períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Montantes expressos em kwanzas - Kz excepto quando expressamente indicado)

	Notas	Capital Social	Prestações Acessórias	Reserva legal	Outras reservas	Resultados Potenciais	Lucros/Prejuízos acumulados	Resultado Líquido	Total dos Capitais Próprios
Saldo em 31 de Dezembro de 2023		610 000 000	2 350 000 000	-	-	-	(949 836 260)	(273 745 337)	1 736 418 404
Incorporações de Lucros ou Prejuízos Acumulados	12	-	-	-	-	-	-	-	-
Prestações Acessórias	11	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultados Potenciais	12	-	-	-	-	8 628 787	-	-	-
Resultado do Período		-	-	-	-	-	-	2 601 892 143	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2024		610 000 000	2 350 000 000	-	-	8 628 787	(1 223 581 596)	2 601 892 143	4 346 939 333
Aplicação do resultado líquido individual do período	12	-	-	-	-	-	1 223 581 596	-	-
Transferência para reserva legal	12	-	-	260 189 214	-	-	-	-	-
Transferência para outras reservas	12	-	-	-	1 118 121 332	-	-	-	-
Resultados Potenciais	12	-	-	-	-	(26 397 132)	-	-	-
Resultado do Período	12	-	-	-	-	-	-	2 455 330 538	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2025		610 000 000	2 350 000 000	260 189 214	1 118 121 332	(17 768 346)	-	2 455 330 538	6 775 872 739

(O Técnico de Contas)

(A Administração)

D. Demonstrações dos fluxos de caixa para os períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Montantes expressos em kwanzas - Kz excepto quando expressamente indicado)

	Notas	31-12-2025	31-12-2024
Recebimentos de Proveitos de Instrumentos Financeiros Activos		461 308 974	360 947 544
Recebimentos de Proveitos de Aplicações de Liquidez		159 625 113	311 633 783
Recebimentos de Proveitos de Instrumentos Financeiros Derivados		301 683 861	49 313 761
FLUXO DE CAIXA DE MARGEM FINANCEIRA		461 308 974	360 947 544
Fluxo de Caixa dos Resultados de Negociações e Ajustes ao Valor Justo		107 624 244	-
Fluxo de Caixa do Resultado de Negociações de Títulos e Valores Mobiliários		107 624 244	-
Fluxo de Caixa dos Resultados de Prestação de Serviços Financeiros		9 808 867 762	6 583 839 905
Recebimentos de Proveitos de Serviços Financeiros Prestados		11 085 810 442	7 461 494 360
Pagamentos de Custos de Comissões, Corretagem e Custódia		(1 276 942 680)	(877 654 456)
FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL DA INTERMEDIACÃO FINANCEIRA		9 916 492 007	6 583 839 905
Pagamentos de Custos Administrativos e de Comercialização		(5 224 912 508)	(3 275 380 685)
Pagamentos ao Pessoal		(1 716 626 992)	(1 102 377 888)
Pagamentos de Fornecimentos de Terceiros		(1 537 406 556)	(941 922 592)
Pagamentos de Impostos e Taxas Não Incidentes sobre o Resultado		(1 954 912 942)	(1 217 561 646)
Pagamentos de Outros Custos Administrativos e de Comercialização		(15 966 017)	(13 518 559)
RECEBIMENTOS E PAGAMENTOS DE OUTROS PROVEITOS E CUSTOS OPERACIONAIS		(5 224 912 508)	(3 275 380 685)
FLUXO DE CAIXA DAS OPERAÇÕES		5 152 888 473	3 669 406 763
Fluxo de Caixa dos Investimentos em Aplicações de Liquidez		(2 972 432 459)	(1 588 130 901)
Fluxo de Caixa dos Investimentos em Operações do Mercado Monetário Interfinanceiro		(646 873 533)	(1 588 130 901)
Fluxo de Caixa dos Investimentos em Operações de Compra de Títulos de Terceiros c/ Acordo de Revenda		(2 325 558 925)	-
Fluxo de Caixa dos Investimentos em Títulos e Valores Mobiliários Activos		(1 501 742 654)	(1 480 660 150)
Fluxo de Caixa dos Investimentos em Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda		(1 282 862 714)	(300 346 689)
Fluxo de Caixa dos Investimentos em Títulos e Valores Mobiliários Mantidos até o Vencimento		(218 879 940)	(1 180 313 462)
FLUXO DE CAIXA DE INVESTIMENTO DE INTERMEDIACÃO FINANCEIRA		(4 474 175 113)	(3 068 791 052)
Fluxo de Caixa de Activos Fixos Tangíveis e Activos Intangíveis		(266 256 529)	(498 906 762)
Fluxo de Caixa da Aquisição de Activos Fixos Tangíveis e Activos Intangíveis		(266 256 529)	(498 906 762)
FLUXO DE CAIXA DE INVESTIMENTOS		(4 740 431 641)	(3 567 697 814)
Fluxo de Caixa dos Financiamentos com Outras Captações			
Fluxo de Caixa de Prestações Acessórias		-	-
FLUXO DE CAIXA DOS FINANCIAMENTOS		-	-
Saldo em Disponibilidades no Início do Período		391 254 818	289 545 869
Saldo em Disponibilidades no Fim do Período		803 711 650	391 254 818
SALDOS DOS FLUXOS MONETÁRIOS DO PERÍODO		412 456 832	101 708 949

(O Técnico de Contas)

(A Administração)

9.2 Anexo às Demonstrações Financeiras

1. Nota Introdutória

A ÁUREA – Sociedade Distribuidora de Valores Mobiliários, S.A. (doravante designada por “ÁUREA” ou “Sociedade”), foi constituída por Escritura Pública de 2 de Junho de 2022, encontrando-se registada na Comissão de Mercado de Capitais (doravante designada por “CMC”) como intermediário financeiro autorizado desde 17 de Outubro de 2022.

A Sociedade tem por objecto social a prática de actividades de intermediação financeira, nos termos e dentro dos limites definidos no Decreto Legislativo Presidencial n.º 6/13, de 09 de Outubro – Regime Jurídico das Sociedades Corretoras e Distribuidoras de Valores Mobiliários, designadamente:

- Recepção e transmissão de ordem por conta de outrem;
- A execução por conta de outrem em mercados regulamentados ou fora deles;
- A negociação para a carteira própria;
- Registo, depósitos bem como serviços de guarda;
- Assistência em oferta pública e consultoria sobre a estrutura de capital, estratégia industrial, bem como sobre a fusão e aquisição de empresas;
- Colocação sem garantia em oferta pública;
- A tomada firme e a colocação com garantias em ofertas públicas;
- A concessão de créditos, incluindo em empréstimos em valores mobiliários, para a realização de operações em que intervém a entidade concedente de crédito;
- Os serviços de câmbios indispensáveis a realização das alíneas anteriores nos termos definidos pela legislação cambial.

Conforme indicado na Nota 8, em 31 de Dezembro de 2025, a ÁUREA é detida maioritariamente pelo BAI – Banco Angolano de Investimentos, S.A., Sociedade Aberta.

2. Políticas Contabilísticas

2.1. Bases de apresentação

No âmbito do disposto no Regulamento n.º 10/16, de 6 de Julho, da CMC, as demonstrações financeiras da ÁUREA são preparadas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com o Plano de Contas para as Instituições Financeiras Não Bancárias (IFNB) juntamente com a Instrução Nº 001 CMC – 03-20 sobre a estrutura das contas do Imposto sobre Valor Acrescentado (IVA).

As demonstrações financeiras agora apresentadas referem-se à actividade da ÁUREA a 31 de Dezembro de 2025, conforme requerido na legislação societária.

As Demonstrações Financeiras agora apresentadas reflectem os resultados das operações da Sociedade para os exercícios em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do princípio da especialização, no qual os itens são reconhecidos como activos, passivos, fundos próprios, proveitos e custos quando satisfaçam as definições e os critérios de

reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, plenitude e comparabilidade.

As Demonstrações Financeiras da Sociedade encontram-se expressas em Kwanzas, sendo os activos e passivos denominados em dólares convertidos para moeda nacional com base na taxa de câmbio indicativa publicada pelo Banco Nacional de Angola à data de cada referência.

As demonstrações financeiras individuais do período findo em 31 de Dezembro de 2025 foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração realizada no dia 26 de Janeiro de 2026.

2.2. Principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

a) Especialização dos exercícios

Os proveitos e custos são reconhecidos em função do período de vigência das operações, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios, sendo registados quando se vencem, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Os proveitos são considerados realizados quando:

- (i) nas transacções com terceiros, o pagamento for efectuado ou se for assumido firme compromisso de efectivá-lo;
- (ii) na extinção, parcial ou total, de um passivo, qualquer que seja o motivo, sem o desaparecimento concomitante de um activo de valor igual ou maior;
- (iii) na geração natural de novos activos, independentemente da intervenção de terceiros;
- (iv) no recebimento efectivo de doações e subvenções.

As despesas, por sua vez, são consideradas incorrida quando:

- (i) deixar de existir o correspondente valor activo, por transferência da sua propriedade para um terceiro;
- (ii) pela diminuição ou extinção do valor económico de um activo;
- (iii) pelo surgimento de um passivo, sem o correspondente activo.

b) Transacções em moeda estrangeira

Os activos e passivos denominados em moeda estrangeira são registadas de acordo com os princípios do sistema "*multi-currency*", isto é, nas respectivas moedas de denominação.

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para Kwanzas à taxa de câmbio média publicada pelo Banco Nacional de Angola (“BNA”) na data da transacção.

Os activos e passivos monetários, expressos em moeda estrangeira, são convertidos Kwanza à taxa de câmbio média publicada pelo BNA, na data do Balanço. Os custos e proveitos relativos a diferenças cambiais, realizadas ou potenciais, são registados na Demonstração de Resultados do exercício em que ocorrem.

Os activos e passivos não monetários, expressos em moeda estrangeira, são registados ao custo histórico – excepto as imobilizações financeiras, se aplicável – e são convertidos em Kwanza à taxa de câmbio média publicada pelo BNA, na data da transacção.

As taxas de câmbio de referência do Kwanza face ao Dólar dos Estados Unidos (USD) e ao Euro (EUR) foram as seguintes:

Período de referência	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
EUR	1.069,522	949,483	915,990
USD	912,286	912,000	828,800

c) Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e disponibilidades em outras instituições financeiras englobam os valores registados no balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

d) Títulos e Valores Mobiliários

O Conselho de Administração determina a classificação dos seus investimentos no reconhecimento inicial. Atendendo às características dos títulos e à intenção aquando da sua aquisição, estes são classificados na categoria de títulos mantidos até ao vencimento, disponíveis para venda e mantidos para negociação.

Títulos disponíveis para venda

Na categoria títulos disponíveis para venda são registados aqueles com o propósito de serem eventualmente negociados e, por consequência, não se enquadram nas demais categorias. Os títulos classificados nesta categoria são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos directamente atribuíveis à aquisição do activo, e subsequentemente mensurados ao justo valor.

Os ganhos e perdas decorrentes da valorização subsequente ao valor de mercado são reconhecidos na conta de fundos próprios, pelo valor líquido dos efeitos tributários, devendo ser transferidos para o resultado do período somente aquando da venda definitiva.

Metodologia de apuramento do valor de mercado

A metodologia de apuramento do valor de mercado dos títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda é estabelecida com base em critérios consistentes e passíveis de verificação, que levam em consideração a independência na colecta de dados em relação às taxas praticadas na sala de mercados, nomeadamente:

- i) O preço médio de negociação no dia do apuramento ou, quando não disponível, o preço médio de negociação no dia útil anterior;
- ii) O valor líquido provável de realização obtido mediante adopção de técnica ou modelo interno de valorização (formação de preços);
- iii) O preço de instrumento financeiro semelhante, levando em consideração, no mínimo, os prazos de pagamento e vencimento, o risco de crédito e a moeda ou indexador;

Títulos mantidos para negociação

São considerados títulos detidos para negociação ao justo valor através de resultados, os títulos adquiridos com a intenção de serem activa e frequentemente negociados.

Os activos financeiros mantidos para negociação são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos directamente atribuíveis à aquisição do activo, e subsequentemente mensurados ao justo valor.

Os ganhos e perdas decorrentes da valorização subsequente ao justo valor são reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica “Proveitos de títulos e valores mobiliários mantidos para negociação”.

Títulos mantidos até ao vencimento

Encontram-se classificados nesta categoria, os títulos para os quais a ÁUREA tem a intenção e capacidade financeira para a sua manutenção em carteira até à data de vencimento. Os títulos classificados nesta rubrica são registados ao custo de aquisição líquido de imparidade, acrescido dos rendimentos auferidos pela fluência dos seus prazos (incluindo periodificação do juro e do prémio/desconto por contrapartida de resultados), reconhecendo a ÁUREA eventuais lucros ou prejuízos associados na data de vencimento pela diferença entre o preço realizado e o respectivo valor contabilístico.

No caso de eventual venda dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos mantidos até ao vencimento antes do resgate, devem ser registados os eventuais lucros ou prejuízos apurados na data da venda pela diferença entre o preço de venda e o seu valor contabilístico.

Os Bilhetes do Tesouro (BT) são emitidos, no mercado primário, a desconto e registados pelo custo de aquisição. A diferença entre este e o valor nominal, que constitui a remuneração da ÁUREA, é reconhecida contabilisticamente como proveito ao longo do período compreendido entre a data de compra e a data de vencimento dos títulos, na conta com a especificação “Proveitos a receber”.

As Obrigações do Tesouro (OT) adquiridas ao valor descontado são registadas pelo custo de aquisição. A diferença entre o custo de aquisição e o valor nominal destes

títulos, que corresponde ao desconto verificado no momento da compra, é reconhecida durante o período de vida do título com a especificação “Proveitos a receber”. Os juros decorridos relativos a estes títulos são igualmente contabilizados na conta com a especificação “Proveitos a receber”.

As Obrigações do Tesouro emitidas em moeda nacional indexadas à taxa de câmbio do Dólar dos Estados Unidos (OTMN-TXC) estão sujeitas a actualização cambial. Deste modo, o resultado da actualização cambial do valor nominal do título, do desconto e do juro corrido, é reflectido na demonstração dos resultados do exercício em que ocorre, na rubrica “Proveitos de títulos e valores mobiliários”.

As Obrigações do Tesouro em moeda nacional não reajustáveis com taxas de juro de cupão predefinidas por maturidade são registadas ao custo de aquisição. Os juros decorridos relativos a estes títulos são contabilizados na conta com a especificação “Proveitos a receber”.

As outras obrigações em moeda estrangeira são registadas ao custo de aquisição. Os juros decorridos relativos a estes títulos, bem como a diferença entre o custo de aquisição e o valor de reembolso, são reflectidos linearmente em resultados na rubrica “Proveitos de títulos e valores mobiliários”.

Classificação do risco

De acordo com as disposições do Regulamento da CMC n.º 10/16, de 6 de Julho, os títulos e valores mobiliários da carteira própria são classificados em ordem crescente de riscos, nos seguintes níveis:

<u>Nível</u>	<u>Risco</u>
A	Nulo
B	Muito reduzido
C	Reduzido
D	Moderado
E	Elevado
F	Muito elevado
G	Perda

Reclassificação entre categorias de Títulos e Valores Mobiliários

As transferências de uma categoria para outra somente poderão ocorrer por motivo isolado, não usual, não recorrente e que não pudesse ter sido razoavelmente antecipado, ocorrido após a data da classificação.

A transferência de uma categoria para outra deve levar em conta a intenção e a capacidade financeira da instituição e ser efectuada pelo valor de mercado do título ou valor mobiliário, observando-se, ainda, os seguintes procedimentos:

- a) Na transferência da categoria de títulos para negociação para as demais categorias, não será admitido o estorno dos valores já registados no resultado decorrentes de ganhos ou perdas não realizados;
- b) Na transferência da categoria títulos disponíveis para venda para as demais categorias, os ganhos e perdas não realizados, registados como componente destacado nos fundos próprios, devem ser reconhecidos no resultado do período:
 - i. imediatamente, quando para a categoria títulos para a negociação;
 - ii. em função do prazo remanescente até ao vencimento, quando para a categoria títulos mantidos até ao vencimento;
- c) Na transferência da categoria mantidos até ao vencimento para as demais categorias, os ganhos e perdas não realizados devem ser reconhecidos:
 - i. imediatamente no resultado do período, quando para a categoria títulos mantidos para negociação;
 - ii. como componente destacado nos fundos próprios, quando para a categoria títulos disponíveis para venda.

Qualquer reclassificação de títulos mantidos até ao vencimento que não seja realizada próxima da maturidade, obrigará a ÁUREA a reclassificar integralmente esta carteira para activos disponíveis para venda e ficará durante dois anos impossibilitado de classificar qualquer título nesta categoria.

e) Identificação e mensuração de imparidade

Em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade para todos os activos financeiros que não estejam registados ao justo valor através de resultados. Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tenham impacto nos fluxos de caixa futuros do activo que possam ser estimados com fiabilidade.

A ÁUREA avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresentar sinais de imparidade.

A IFRS 9 determina que o conceito de imparidade baseado em perdas esperadas, seja aplicado a todos os activos financeiros excepto os activos financeiros mensurados ao justo valor através dos resultados e os instrumentos de capital próprio mensurados ao justo valor através do Outro Rendimento Integral (“FVOCI”), antecipando desta forma o reconhecimento das perdas de crédito nas demonstrações financeiras das instituições.

A ÁUREA aplica o conceito de perdas esperadas da IFRS 9 aos activos financeiros ao custo amortizado, instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através rendimento integral, bem como garantias financeiras concedidas e outros compromissos assumidos, de acordo com os seguintes pressupostos:

- (i) Relativamente aos saldos da rubrica “Aplicações de liquidez” é verificado qual o *rating* da entidade ou caso não esteja disponível o do país em que se encontra sediada. É considerada uma Probabilidade de *Default* atendendo ao rating da contraparte (ou do país em que a contraparte se encontra sediada, caso a mesma não tenha *rating*) Moody’s “*Sovereign default and recovery rates*”, 1983-2023 e uma LGD de 60% para todas as contrapartes que não tenham registado um aumento significativo do risco de crédito;
- (ii) Relativamente aos saldos da rubrica “Investimentos mantidos até ao vencimento” relativos a títulos de dívida pública angolana em moeda nacional e estrangeira, é considerada a PD para dívida soberana do rating associado ao Estado angolano obtido através do estudo da Moody’s “*Sovereign default and recovery rates, 1983-2023* e a LGD associada aos eventos de default soberanos verificados, indicada no mesmo estudo (60%).

As perdas/ganhos por imparidade do período em títulos e valores mobiliários são reconhecidas como um custo ou reversão na rubrica de Imparidades de activos financeiros não mensurados pelo justo valor através de resultados, na demonstração dos resultados. As perdas por imparidade dos instrumentos de dívida que estão mensurados ao custo amortizado são reconhecidas por contrapartida de uma rubrica de imparidades acumuladas de balanço, que reduz o valor contabilístico do activo, enquanto, que as imparidades dos activos mensurados ao justo valor por outro rendimento integral são reconhecidas por contrapartida de outro rendimento integral na rubrica correspondente dos capitais próprios.

Inputs na mensuração da ECL

Os principais inputs utilizados para a mensuração das ECL numa base colectiva incluem as seguintes variáveis:

- (i) Probabilidade de Incumprimento (*Probability of Default* – PD);
- (ii) Perda dado o Incumprimento (*Loss Given Default* – LGD);

As ECL são estimativas ponderadas de perdas de crédito determinadas da seguinte forma:

- Activos financeiros sem sinais de imparidade à data de reporte: o valor actual da diferença de todos os *cash shortfalls* (i.e. a diferença entre os fluxos de caixa devidos à entidade de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a ÁUREA espera receber); e
- Activos financeiros com sinais de imparidade à data de reporte: a diferença entre o valor bruto contabilístico e o valor actual dos fluxos de caixa estimados.

Activos fixos tangíveis e intangíveis

- a. Reconhecimento e mensuração

Os activos fixos tangíveis e intangíveis apenas são reconhecidos quando: i) sejam identificáveis; ii) seja provável que dos mesmos advenham benefícios económicos futuros e iii) o seu custo possa ser mensurado com fiabilidade.

Os activos fixos tangíveis e intangíveis correspondem essencialmente a equipamentos administrativos e informáticos, assim como o *software*. Estes activos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações acumuladas. O custo inclui despesas que são directamente atribuíveis à aquisição dos bens.

b. Custos subsequentes

Os custos subsequentes são reconhecidos como um activo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Sociedade. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o regime de acréscimo.

c. Amortizações/depreciações

A depreciação é calculada pelo método das quotas constantes, de acordo com os períodos de vida útil esperada, como resultado da aplicação das taxas de amortização constantes no Decreto Presidencial n.º 207/15 que estabelece o regime de reintegrações e amortizações aplicável aos bens do activo imobilizado. Foram estimadas as seguintes vidas uteis:

Descrição Activo	Vida útil (Anos)
Activos Intangíveis	
Software	3
Activos Tangíveis	
Equipamento Informático	3
Equipamento Administrativo	3 a 8
Equipamento de Carga e Transporte	4

b) Impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos

a. Impostos correntes

Os impostos correntes correspondem ao valor que se apura relativamente ao rendimento tributável do período, utilizando a taxa de imposto em vigor ou substancialmente aprovada pelas autoridades à data de balanço e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores.

Os prejuízos fiscais apurados em determinado exercício, conforme disposto no artigo 48.º do Código do Imposto Industrial, havendo-os podem ser deduzidos à matéria colectável de um ou mais, dos cinco anos posteriores.

As declarações fiscais estão sujeitas à revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de cinco anos, podendo estender-se até dez anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, não é previsível que qualquer correcção relativa a exercícios anteriores venha a ocorrer e, caso ocorra, não são esperados impactos significativos nas demonstrações financeiras.

Com a aprovação da Lei do OGE 2025, deu-se a Reintrodução da Contribuição Especial sobre as Operações Cambiais “CEOC”, que incide sobre as transferências efectuadas no âmbito dos contratos de prestação de serviços de assistência técnica, consultoria e de gestão, operações de capitais e transferências unilaterais, sendo a base de cálculo o montante em moeda nacional da transferência, tributadas a uma taxa de 10% para as pessoas colectivas. Esta Contribuição Especial é suportada pela ÁUREA junto de uma instituição financeira na realização de transferências sujeitas à mesma. A responsabilidade da entrega ao Estado desta Contribuição Especial recai sobre as instituições financeiras.

b. Outros impostos

A Sociedade está igualmente sujeita a impostos indirectos, designadamente, impostos aduaneiros, Imposto sobre Valor Acrescentado, bem como outras taxas.

c. Substituição tributária

No âmbito da sua actividade, a Sociedade assume a figura de substituto tributário, efectuando retenção na fonte dos impostos relativos a terceiros, os quais são entregues, posteriormente, ao Estado.

De acordo com o previsto no n.º 1, do artigo 67º da Lei n.º 19/14, de 22 de Outubro, as prestações de serviços de qualquer natureza estão sujeitas à tributação, por retenção na fonte, à taxa de 6,5%.

De acordo com o previsto no n.º 1, do artigo 12º da Lei n.º 20/20, de 9 de Julho, os arrendamentos estão sujeitos à tributação, por retenção na fonte, à taxa de 25% do rendimento colectável.

De acordo com o previsto no n.º 2, alinha b), do artigo 10º da Lei n.º 18/14, de 22 de Outubro, as prestações de serviços prestados por profissionais liberais de qualquer natureza estão sujeitas à tributação, por retenção na fonte, à taxa de 6,5%.

c) **Provisões e contingências**

a. Provisões

As provisões representam responsabilidades prováveis com prazos e valores estimados. São reconhecidas provisões quando: (i) a Sociedade tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação. O

montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade, na data do balanço.

b. Passivos contingentes

Caso a Sociedade tenha uma responsabilidade em que não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de uma contingência passiva. As contingências passivas são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

São reconhecidas contingências passivas em contas extrapatrimoniais quando: (i) a Sociedade tem uma possível obrigação presente cuja existência será confirmada somente pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros, que não estejam sob o controlo da Sociedade; (ii) uma obrigação presente que surge de eventos passados, mas que não é reconhecida porque não é provável que a Sociedade tenha de a liquidar ou o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente fiabilidade.

As contingências passivas são reavaliadas periodicamente para determinar se a avaliação anterior é válida. Se for provável que uma saída de recursos será exigida para um item anteriormente tratado como uma contingência passiva, é reconhecida uma provisão nas Demonstrações Financeiras do período no qual ocorre a mudança na estimativa de probabilidade.

c. Activos contingentes

Uma contingência activa é um possível activo presente, decorrente de eventos passados, cuja existência será confirmada somente pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros, que não estejam totalmente sob o controlo da instituição. As contingências activas são apenas objecto de divulgação e reconhecidas em contas extrapatrimoniais, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As contingências activas são reavaliadas periodicamente para determinar se a avaliação anterior é válida. Se for praticamente certo que uma entrada de recursos ocorrerá por conta de um activo, entrada esta anteriormente classificada como provável, o activo e o correspondente ganho devem ser reconhecidos nas Demonstrações Financeiras do período em que ocorrer a mudança de estimativa.

d) Fluxos de caixa

Para efeitos da preparação da Demonstração de Fluxos de Caixa, a Sociedade considera como disponibilidades o total do saldo da rubrica de Disponibilidades.

1. Caixa e disponibilidades

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de disponibilidades apresenta a seguinte composição:

	Valores em Kz	
	31-12-2025	31-12-2024
Disponibilidades em Numerário		
Caixa	500 00	500
Disponibilidades em Instituições Financeiras	803 711 150	391 254 318
Banco Angolano de Investimentos, S.A.		
Depósitos à ordem em Kwanzas	734 163 725	189 858 860
Depósitos à ordem em moeda estrangeira	31 907 512	94 253 270
Banco Yetu, S.A.		
Depósitos à ordem em Kwanzas	4 326 338 19	23 402 835
Banco Caixa Geral Angola, S.A.		
Depósitos à ordem em Kwanzas	24 255 414 75	21 930 104
Depósitos à ordem em moeda estrangeira	30 342 63	30 333
Banco Standard Bank Angola, S.A.		
Depósitos à ordem em Kwanzas	9 027 817 47	61 778 916
	803 711 650 01	391 254 818

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de “Disponibilidades em Instituições Financeiras” é integralmente constituída por depósitos à ordem junto do Banco Angolano de Investimentos, S.A, Banco Caixa Geral Angola, S.A e do Banco Yetu, S.A.

Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, os depósitos à ordem não são remunerados.

2. Aplicações de liquidez

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Aplicações de liquidez” apresentava a seguinte composição:

	Valores em Kz	
	31-12-2025	31-12-2024
Depósitos a prazo	964 391 725	2 252 050 900
Banco Angolano de Investimentos, S.A.	303 380 492	2 067 047 369
Valor aplicado	301 257 368	2 049 161 284
Juros a receber	2 123 124	17 886 085
Banco BCGA, S.A.	598 520 274	169 231 781
Valor aplicado	580 000 000	160 000 000
Juros a receber	18 520 274	9 231 781
Banco Yetu, S.A.	62 490 959	15 771 750
Valor aplicado	60 000 000	15 000 000
Juros a receber	2 490 959	771 750
Operações de compra de títulos de terceiros com acordo de revenda	2 334 292 653	-
Valor aplicado	2 325 558 925	-
Juros a receber	8 733 728	-
Imparidades	(4 883 806)	-
Depósitos a prazo	(3 592 658)	-
Operações de compra de títulos de terceiros com acordo de revenda	(1 291 148)	-
	3 293 800 572	2 252 050 900

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, os depósitos a prazo e operações de compra de títulos de terceiros com acordo de revenda “operações de reporte” registaram uma variação relacionada com a estratégia de adequação dos limites de investimento da ÁUREA.

O escalonamento das aplicações de liquidez, incluindo juros a receber e perdas por imparidade, por prazo de vencimento a 31 de Dezembro de 2025 e 2024, é como segue:

	Valores em Kz	
	31-12-2025	31-12-2024
Até três meses	2 740 982 155	-
De três meses a um no	547 683 220	2 241 901 311
De um ano a cinco ano	5 135 197	10 149 589
	3 293 800 572	2 252 050 900

3. Títulos e valores mobiliários

Disponíveis para venda

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	Valores em Kz			
Investimentos disponíveis para venda	Custo de aquisição	Reserva de justo valor		Valor de Balanço
		Positiva	Negativa	
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	1 393 065 891	123 941 409	(154 390 512)	1 362 616 788
Unidades de Participação	301 000 000	16 907 676	-	317 907 676
Saldo a 31 de Dezembro de 2025	1 694 065 891	123 941 409	(154 390 512)	1 680 524 465
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	274 878 554	9 513 432	(420 583)	283 971 403
Ações	30 324 800	3 446 000	(1 033 800)	32 737 000
Saldo a 31 de Dezembro de 2024	305 203 354	12 959 432	(1 454 383)	316 708 403

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, os títulos mensurados na carteira disponíveis para a venda apresentam as seguintes características:

Valores em Kz										
31-12-2025	Emissor	Domicilio	Actividade	Moeda	Indexante	Taxa Média	Valor nominal	Custo de aquisição	Juros Corridos	Ajuste do custo amortizado
Mantidos até o vencimento										
Obrigações de emissores públicos nacionais	Estado	Angola	Governo	Kz	n.a	18 88%	1 383 774 920	1 472 887 078	72 826 085	31 110 239
Obrigações de Tesouro em moeda estrangeira	Estado	Angola	Governo	Usd	n.a	6 00%	481 687 008	480 406 410	8 205 170	-
Títulos de Dívida Corporativa										
Obrigações corporativas	Angola	Angola	Construção	Kz	n.a	19 00%	50 000 000	50 000 000	878 410	-
							1 915 461 928	2 003 293 488	81 909 665	31 110 239
										29 956 470
										1 998 525 362
31-12-2024	Emissor	Domicilio	Actividade	Moeda	Indexante	Taxa média	Valor nominal	Custo de aquisição	Juros Corridos	Ajuste do custo amortizado
Mantidos até o vencimento										
Obrigações de emissores públicos nacionais										
Bilhetes de Tesouro	Estado	Angola	Governo	Kz	n.a	19 00%	500 000 000	445 000 000	24 739 962	55 000 000
Obrigações de Tesouro em moeda estrangeira	Estado	Angola	Governo	Usd	n.a	6 00%	479 855 033	30 324 800	9 862 478	-
Obrigações do Tesouro em moeda nacional	Estado	Angola	Governo	Kz	n.a	15 00%	223 370 000	254 907 052	9 046 624	8 036 481
Títulos de Dívida Corporativa										
Obrigações corporativas	Angola	Angola	Construção	Kz	n.a	16 75%	96 000 000	102 159 694	1 170 791	-
							1 299 225 033	832 391 546	44 819 855	63 036 481
										-
										1 297 081 368

Mantidos até ao vencimento

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Valores em Kz		
Investimentos mantidos até ao vencimento	31-12-2025	31-12-2024
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos		
Bilhetes de Tesouro	-	469 739 962
Obrigações do Tesouro em moeda nacional		
OT não reajustáveis	1 466 190 795	240 453 105
Obrigações do Tesouro em moeda estrangeira	482 249 860	489 717 511
De outros emissores		
Obrigações corporativas	50 084 707	97 170 791
	1 998 525 362	1 297 081 368

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, os investimentos mantidos até ao vencimento apresentam os seguintes prazos residuais de maturidades:

Valores em Kz					
Investimentos mantidos até ao vencimento	Inferior a três meses	Entre três meses e um ano	De um a cinco anos	Mais de Cinco anos	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos					
Obrigações do Tesouro em moeda nacional					
OT não reajustáveis	133 802 892	-	-	236 528 728	370 331 620
Obrigações do Tesouro em moeda estrangeira	-	-	1 373 964 577	254 287 034	1 628 251 611
De outros emissores					
Obrigações corporativas	-	-	-	-	-
Saldo a 31 de Dezembro de 2025	133 802 892	-	1 373 964 577	490 815 762	1 998 583 230
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos					
Bilhetes de Tesouro	-	469 739 962	-	-	469 739 962
Obrigações do Tesouro em moeda nacional					
OT não reajustáveis	-	-	-	240 453 105	240 453 105
Obrigações do Tesouro em moeda estrangeira	-	-	231 407 408	258 310 103	489 717 511
De outros emissores					
Obrigações corporativas	-	97 170 791	-	-	97 170 791
Saldo a 31 de Dezembro de 2024	-	566 910 753	231 407 408	498 763 208	1 297 081 368

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, os títulos mensurados na carteira mantidos até ao vencimento apresentam as seguintes características:

Valores em Kz											
31-12-2025	Emissor	Domicílio	Actividade	Moeda	Indexante	Taxa Média	Valor nominal	Custo de aquisição	Juros Corridos	Ajuste do custo amortizado	Imparidade
Mantidos até o vencimento											
Obrigações de emissores públicos nacionais	Estado	Angola	Governo	Kz	n.a	18.88%	1 383 774 920	1 472 887 078	72 836 656	31 099 667	21 520 449
Obrigações de Tesouro em moeda estrangeira	Estado	Angola	Governo	Usd	n.a	6.00%	481 687 008	480 406 410	8 430 624	(225 454)	7 642 318
Títulos de Dívida Corporativa											
Obrigações corporativas	Angola	Angola	Construção	Kz	n.a	19.00%	50 000 000	50 000 000	878 410	-	793 703
							1 915 461 928	2 003 293 488	82 145 690	30 874 214	29 956 470
											1 998 525 362
31-12-2024	Emissor	Domicílio	Actividade	Moeda	Indexante	Taxa Média	Valor nominal	Custo de aquisição	Juros Corridos	Ajuste do custo amortizado	Imparidade
Mantidos até o vencimento											
Obrigações de emissores públicos nacionais											
Bilhetes de Tesouro	Estado	Angola	Governo	Kz	n.a	19.00%	500 000 000	445 000 000	24 739 962	55 000 000	-
Obrigações de Tesouro em moeda estrangeira	Estado	Angola	Governo	Usd	n.a	6.00%	479 855 033	30 324 800	9 862 478	-	-
Obrigações do Tesouro em moeda nacional	Estado	Angola	Governo	Kz	n.a	15.00%	223 370 000	254 907 052	9 046 624	8 036 481	-
Títulos de Dívida Corporativa											
Obrigações corporativas	Angola	Angola	Construção	Kz	n.a	16.75%	96 000 000	102 159 694	1 170 791	-	-
							1 299 225 033	832 391 546	44 819 855	63 036 481	-
											1 297 081 368

4. Créditos no sistema de pagamentos

Com referência a 31 de Dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	Valores em Kz	
	31-12-2025	31-12-2024
Relações entre Instituições Financeiras		
Devedores por Operações Pendentes de Liquidação	8 314 157	1 280 749
	8 314 157	1 280 749

5. Outros valores

Com referência a 31 de Dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	Valores em Kz	
	31-12-2025	31-12-2024
Outros Valores		
Outros Valores de Natureza Fiscal	17 197 640	4 711 924
Impostos a Recuperar	17 197 640	4 711 924
Outros Valores de Natureza Cível	118 451 859	212 299 351
Outros Valores de Natureza Administrativa e de Comercialização	207 721 683	194 050 604
	343 371 182	411 061 879

Em 31 de Dezembro de 2025, a rubrica 'Outros Valores' ascendia a Kz 343 371 182, registando uma redução de 16% face aos Kz 411 061 879 observados em 31 de Dezembro de 2024. Esta variação reflecte, principalmente, redução dos valores relacionados com valores de cível, os quais totalizaram Kz 118 451 859, a 31 de 2025, face aos Kz 212 299 351 a 31 de Dezembro de 2024.

6. Activos fixos tangíveis e intangíveis

Com referência a 31 de Dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica tem a seguinte composição:

	Valores em Kz	
	31-12-2025	31-12-2024
Activos fixos tangíveis		
Activos tangíveis	636 101 955	497 723 659
Activos tangíveis em curso	13 849 901	53 355 416
Depreciações	(231 421 335)	(97 864 405)
	418 530 522	453 214 670

	Valores em Kz	
	31-12-2025	31-12-2024
Activos Intangíveis		
Activos Intangíveis	1 041 691 738	769 751 334
Activos Intangíveis em curso	80 857 512	88 263 007
Amortizações	(652 448 688)	(384 506 464)
	470 100 563	473 507 876

No quadro seguinte apresentam-se os movimentos ocorridos nas rubricas de activos tangíveis e intangíveis, incluindo as respectivas amortizações/depreciações acumuladas, durante os exercícios em 31 de Dezembro de 2025 e 2024:

31-12-2025	Valor bruto					Depreciações/Amortizações			Valores em Kz	
	Saldo em 31-12-2024	Aquisições	Transferências	Diminuições /Abates	Saldo em 31-12-2025	Saldo em 31-12-2024	Depreciações e amortizações do exercício	Saldo em 31-12-2025	Valor líquido	
									Saldo em 31-12-2024	Saldo em 31-12-2025
Activos Tangíveis	497 723 659	28 011 196	102 176 036	-	627 910 891	(97 864 405)	(133 556 930)	(223 230 271)	399 859 254	404 680 620
Equipamento Administrativo e Informatico	239 088 865	3 751 666	102 176 036	-	345 016 568	(78 359 472)	(67 809 832)	(146 169 303)	160 729 394	198 847 265
Equipamento de Carga e Transporte	243 613 500	22 800 000	-	-	266 413 500	(11 313 870)	(60 903 375)	(72 217 245)	232 299 630	194 196 255
Sistema de Segurança	15 021 294	1 459 530	-	-	16 480 824	(8 191 064)	(4 843 723)	(4 843 723)	6 830 230	11 637 100
Activos Tangíveis em curso	53 355 416	62 670 522	(102 176 036)	-	13 849 901	-	-	-	53 355 416	13 849 901
Equipamento Administrativo e Informatico	53 355 416	62 670 522	(102 176 036)	-	13 849 901	-	-	-	53 355 416	13 849 901
	551 079 075	90 681 718	-	-	641 760 793	(97 864 405)	(133 556 930)	(223 230 271)	453 214 670	418 530 522
Activos Intangíveis	769 751 334	4 478 483	267 461 921	-	1 041 691 738	(384 506 464)	(267 942 223)	(652 448 688)	385 244 870	389 243 051
Sistemas de Tratamento Automático de Dados (Software)	769 751 334	4 478 483	267 461 921	-	1 041 691 738	(384 506 464)	(267 942 223)	(652 448 688)	385 244 870	389 243 051
Activos Intangíveis em curso	88 263 007	260 056 427	(267 461 921)	-	80 857 512	-	-	-	88 263 007	80 857 512
Sistemas de Tratamento Automático de Dados (Software)	88 263 007	260 056 427	(267 461 921)	-	80 857 512	-	-	-	88 263 007	80 857 512
	858 014 341	264 534 910	-	-	1 122 549 251	(384 506 464)	(267 942 223)	(652 448 688)	473 507 876	470 100 563

31-12-2024	Valor bruto					Depreciações/Amortizações			Valor líquido	
	Saldo em 31-12-2023	Aquisições	Transferências	Diminuições /Abates	Saldo em 31-12-2024	Saldo em 31-12-2023	Depreciações e amortizações do exercício	Saldo em 31-12-2024	Saldo em 31-12-2023	Saldo em 31-12-2024
Activos Tangíveis	154 998 852	260 304 078	82 420 728	94	497 723 753	(36 922 284)	(60 942 121)	(97 864 405)	118 076 568	399 859 348
Equipamento Administrativo e Informatico	135 420 241	21 247 896	82 420 728	94	239 088 959	(29 917 156)	(48 442 316)	(78 359 472)	105 503 085	160 729 488
Equipamento de Carga e Transporte	9 300 000	234 313 500	-	-	243 613 500	(3 711 378)	(4 479 685)	(8 191 064)	5 588 622	235 422 436
Sistema de Segurança	10 278 611	4 742 683	-	-	15 021 294	(3 293 750)	(8 020 120)	(11 313 870)	6 984 861	3 707 424
Activos Tangíveis em curso	32 200 891	103 575 159	(82 420 728)	-	53 355 322	-	-	-	32 200 891	53 355 322
Equipamento Administrativo e Informatico	32 200 891	103 575 159	(82 420 728)	-	53 355 322	-	-	-	32 200 891	53 355 322
	187 199 743	363 879 237	-	94	551 079 075	(36 922 284)	(60 942 121)	(97 864 405)	150 277 459	453 214 670
Activos Intangíveis	646 255 904	4 383 075	119 112 355	-	769 751 334	(161 750 521)	(222 755 943)	(384 506 464)	484 505 383	385 244 870
Sistemas de Tratamento Automático de Dados (Software)	646 255 904	4 383 075	119 112 355	-	769 751 334	(161 750 521)	(222 755 943)	(384 506 464)	484 505 383	385 244 870
Activos Intangíveis em curso	94 193 948	113 181 413	(119 112 355)	-	88 263 007	-	-	-	94 193 948	88 263 007
Sistemas de Tratamento Automático de Dados (Software)	94 193 948	113 181 413	(119 112 355)	-	88 263 007	-	-	-	94 193 948	88 263 007
	740 449 852	117 564 489	-	-	858 014 341	(161 750 521)	(222 755 943)	(384 506 464)	578 699 331	473 507 876

A rubrica *Activos Intangíveis* – em curso – refere-se a investimentos em activos que ainda estão em desenvolvimento, ou seja, que ainda não foram finalizados ou colocados em uso.

7. Outras obrigações no sistema de pagamentos

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica tem a seguinte composição:

	Valores em Kz	
	31-12-2025	31-12-2024
Relações entre Instituições		
Obrigações por Operações Pendentes de Liquidação	-	70 725 239
	-	70 725 239

Em 31 de Dezembro de 2025, não se registavam saldos na rubrica “Outras Obrigações no Sistema de Pagamentos”. A redução face a 31 de Dezembro de 2024 decorre essencialmente da liquidação, em janeiro de 2025, de eventos de pagamento de juros que se encontravam pendentes.

8. Outras obrigações

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica tem a seguinte composição:

	Valores em Kz	
	31-12-2025	31-12-2024
Outras obrigações		
Outras obrigações de Natureza Fiscal	795 903 112	502 496 603
Encargos Fiscais a Pagar - Próprios	584 826 920	399 258 844
Imposto Sobre o Valor Acrescentado (IVA)	123 419 388	38 932 152
Imposto Industrial - Ret. Fonte Serviços 6.5%	33 246 222	15 367 446
Imposto sobre Rendimentos de Trabalho Dependente	30 686 211	26 639 083
Fundo Financiamento Segurança Social	15 505 286	13 664 633
Provisão para Encargos Fiscais a Pagar - Diferido	4 226 919	2 876 262
Imposto Sobre Rendimentos de Capitais	3 614 609	2 789 032
Imposto Predial	-	2 769 237
Imposto Sobre Rendimentos de Trabalho Independente	377 555	199 913
Outras Obrigações de Natureza Cível	554 183 150	200 447 990
Credores pela Prestação de Serviços	554 183 150	200 447 990
Outras Obrigações de Natureza Administrativa e de Comercialização	887 260 467	471 892 495
Pessoal - Especialização de custos	307 053 895	183 356 325
Outras Obrigações de Natureza Administrativa e de Comercialização	580 206 572	288 536 170
	2 237 346 728	1 174 837 087

A rubrica “Outras obrigações de natureza cível – credores pela prestação de serviços”, em 31 de Dezembro de 2025, totaliza Kz 554 183 150, correspondendo essencialmente a valores em dívida a fornecedores de serviços. Em 31 de Dezembro de 2024, esta mesma rubrica apresentava um montante de Kz 200 447 990.

Este aumento justifica-se, em grande medida, pelo acréscimo dos custos operacionais e investimentos em sistema de tecnologia e informação, destacando-se o montante de Kz 554 milhões registado na rubrica Credores por Prestação de Serviços, influenciado, essencialmente, por: (i) Kz 145 milhões relativos a comissões de custódia e corretagem; (ii) Kz 222 milhões associados a serviços de consultoria, origemação e estruturação de operações; (iii) Kz 77 milhões referentes à manutenção e implementação da plataforma core; e (iv) outros credores diversos.

9. Provisões para responsabilidades prováveis

As provisões constituídas podem ser detalhadas da seguinte forma:

			Valores em Kz
			31-12-2024
			31-12-2023
Outras obrigações			
Provisões para outros riscos e encargos			
Imposto	2 171 287		2 171 287
Multas Fiscais	542 822		542 822
Juros compensatórios	944 895		944 895
			3 659 004
			3 659 004

O saldo da rubrica de “Provisões para outros riscos e encargos” visa a cobertura de contingências devidamente identificadas, decorrentes da actividade da Sociedade, sendo revistas em cada data de reporte, de forma a reflectir a melhor estimativa do montante e respectiva probabilidade de pagamento. Encontram-se registadas nesta rubrica as provisões em sede de Imposto de Selo sobre recebimentos e autoliquidação em sede de Imposto de Consumo.

10. Capital social

Em 31 de Dezembro de 2025, o capital social da ÁUREA, no valor de Kz 610 000 000, encontrava-se representado por 6 100 acções com o valor nominal de Kz 100 000 cada, as quais se encontram totalmente subscritas e realizadas pelos accionistas abaixo descritos:

							Valores em Kz
							31-12-2025
							31-12-2024
	Número de acções	% de participação	Montante	Número de acções	% de participação	Montante	
Banco Angolano de Investimentos, S.A. - Sociedade Aberta	6 076	99 6%	607 600 000	6 076	99 6%	607 600 000	
Accionistas individuais	24	0 4%	2 400 000	24	0 4%	2 400 000	
							6 100
							100%
							610 000 000
							6 100
							100%
							610 000 000

Em 31 Dezembro de 2025 e 2024, não existiam partes de capital detidas por membros dos órgãos sociais, de forma directa, nos termos da alínea n.º 3, do artigo 446, Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro – Lei das Sociedades Comerciais.

11. Prestações acessórias

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, esta rubrica tem a seguinte composição:

			Valores em Kz
			31-12-2025
			31-12-2024
Banco Angolano de Investimentos, S.A.	2 350 000 000		2 350 000 000
			2 350 000 000
			2 350 000 000

Em Assembleia Geral de 22 de Abril de 2021, foram alterados os estatutos, tendo sido retirados os limites anteriormente existentes à sua constituição, pelo que, agora, as

prestações acessórias podem ser gratuitas ou onerosas e sem limite máximo e com datas de restituição a serem definidas em Assembleia Geral.

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, as prestações acessórias dizem respeito ao contrato de prestações acessórias, celebrado com o accionista *Banco Angolano de Investimentos*, S.A. as quais não vencem juros nem têm um prazo de reembolso definido.

12. Reservas e Fundos

Reserva legal

Esta rubrica é constituída integralmente pela reserva legal, que só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o Capital.

A Lei do Regime Geral das Instituições Financeiras estabelece que deve ser constituída uma reserva legal não inferior a 10% dos lucros líquidos apurados em cada exercício até ao limite equivalente ao valor do capital social. Em 31 de Dezembro de 2025, a reserva legal corresponde a 42,65% do capital social da ÁUREA.

Resultados potenciais, outras reservas e resultados transitados

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, os movimentos nas reservas de reavaliação, outras reservas e resultados transitados foram os seguintes:

	Resultados potenciais (instrumentos financeiros disponíveis para venda)	Outras Reservas e Resultados Transitados			Valores em Kz
		Reserva legal	Outras reservas e resultados transitados	Total outras reservas e resultados	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2024	8 628 787	-	(1 223 581 596)	(1 223 581 596)	(1 214 952 809)
Aplicação do Resultado Líquido do exercício:					
Constituição de reservas	-	260 189 214	1 118 121 332	1 378 310 546	1 378 310 546
Resultados transitados	-	-	1 223 581 596	1 223 581 596	1 223 581 596
Variação bruta de justo valor	(25 046 476)	-	-	-	-
Encargos fiscais sobre os resultados potenciais	(1 350 657)	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2025	(17 768 346)	260 189 214	1 118 121 332	1 378 310 546	1 360 542 201

Por deliberação unânime da Assembleia Geral de 27 de Fevereiro de 2025, foi decidido a incorporação de 10% do resultado líquido obtido no ano anterior (Kz 260.189.214,27) em reservas legais, tendo sido aplicado o valor remanescente na rubrica de reservas livres (Kz 1.118.121.332,20) e resultados transitados (Kz1.223.581.596,22).

13. Margem financeira

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica tem a seguinte composição:

	Valores em Kz	
	31-12-2025	31-12-2024
Proveitos de Instrumentos Financeiros Activos	282 257 402	340 243 345
De depósitos a prazo	180 719 446	340 243 345
De operações de compra de títulos de terceiros com acordo de revenda	101 537 956	-
Proveitos de Títulos e Valores Mobiliários	411 083 722	75 785 324
De títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	173 952 649	5 046 665
De títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento	237 131 073	70 738 659
Margem financeira	693 341 124	416 028 669

Este aumento justifica-se, em grande medida, pela estratégia de implementação e adequação da política de investimento da carteira própria, representando um acréscimo de 40% face ao montante registado em 31 de Dezembro de 2024.

14. Resultados de intermediação financeira

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica tem a seguinte composição:

	Valores em Kz	
	31-12-2025	31-12-2024
Resultados de Instrumentos Financeiros Activos	107 624 244	-
Resultado de Negociações de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	107 624 244	-
Prestação de Serviços & Consultorias	8 132 359 057	6 174 855 828
Custódia	4 262 701 931	4 765 707 240
Originação e estruturação	1 542 319 967	279 043 521
Corretagem	2 327 337 158	1 130 105 067
Outros proveitos e comissões	95 574 273	6 855 500
Outros proveitos e comissões	95 574 273	6 855 500
Custos de Comissões, Corretagem e Custódia	(1 672 069 611)	(712 292 643)
Outros custos e comissões	(532 637 301)	(52 847 251)
Custos de corretagem e liquidação	(1 139 432 310)	(659 445 392)
	6 663 487 964	5 469 418 684

15. Custos com o pessoal

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica tem a seguinte composição:

	Valores em Kz	
	31-12-2025	31-12-2024
Empregados		
Vencimentos e salários	1 206 621 800	803 127 136
Outras remunerações	424 764 341	249 580 987
	1 631 386 141	1 052 708 124
Órgãos Sociais		
Vencimentos e salários	532 700 000	474 600 000
Outras remunerações	314 154 927	87 867 966
	846 854 927	562 467 966
Encargos Sociais		
Obrigatórios	179 600 231	106 280 462
	179 600 231	106 280 462
Outros custos	111 460 222	83 341 831
	2 769 301 520	1 804 798 383

Em 31 de Dezembro de 2025 a ÁUREA apresentava na rubrica “*outros custos*” o montante de Kz 111 460 222 e que inclui os seguros, recrutamento e outras despesas operacionais com o Pessoal.

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao Conselho de Administração, durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, são apresentados como segue:

	31-12-2025			31-12-2024		
	Conselho de Administração	Conselho Fiscal Ass. Geral	Total	Conselho de Administração	Conselho Fiscal Ass. Geral	Total
Vencimentos e salários	532 700 000	-	532 700 000	474 600 000	-	474 600 000
Outras remunerações	314 154 927	-	314 154 927	87 867 966	-	87 867 966
	846 854 927	-	846 854 927	562 467 966	-	562 467 966

16. Fornecimento e serviços de terceiros

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica tem a seguinte composição:

	Valores em Kz	
	31-12-2025	31-12-2024
Fornecimentos de Terceiros		
Serviços técnicos especializados	503 558 449	396 713 526
Publicações, publicidade e propaganda	199 747 278	140 725 261
Rendas e alugures	73 846 307	61 538 589
Comunicações	60 336 647	42 026 238
Taxa de condomínio	24 000 000	20 000 000
Material de escritório	13 237 007	15 891 108
Seguro automóvel	10 969 479	1 470 335
Segurança, conservação e reparação	1 204 489	11 856 981
Combustíveis e Outros Fluídos	1 301 065	610 414
Taxas e emolumentos	420 607	290 994
Transporte e alojamento	212 000	250 000
	888 833 328	691 373 446

Em 31 de Dezembro de 2025, a rubrica serviços técnicos especializados registou um montante de Kz 503 milhões, influenciado, essencialmente, por: (i) Kz 263 milhões relativos a custos com manutenção de sistemas de informação; (ii) Kz 97 milhões associados a serviços de consultoria especializada; (iii) Kz 21 milhões referentes a custos com auditoria; e (iv) outros serviços diversos.

17. Impostos e taxas não incidentes sobre o resultado

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica tem a seguinte composição:

	Valores em Kz	
	31-12-2025	31-12-2024
Impostos		
Imposto Sobre Aplicação Capitais	58 813 421	36 643 199
Outros Impostos	40 717 771	26 738 464
Iva suportado	4 216 737	2 154 476
	103 747 930	65 536 139

Em 31 de Dezembro de 2025, na rubrica “**Impostos**” acima apresentada, estão registados: (i) os Impostos sobre o Valor Acrescentado (IVA) suportados pela Sociedade na aquisição de bens e serviços prestados por fornecedores externos, no montante de Kz 4 milhões ; (ii) o montante de Kz 57 milhões relativo aos Impostos sobre a Aplicação de Capitais (IAC) de depósitos a prazo e outros instrumentos financeiros existentes; (iii) o montante de Kz 40 milhões referente à contribuição especial sobre operações cambiais, decorrente de pagamentos a fornecedores estrangeiros.

18. Penalidades aplicadas por autoridades reguladoras

	Valores em Kz	
	31-12-2025	31-12-2024
Penalidades Aplicadas por Autoridades Reguladoras	21 291 600	3 520 001
	21 291 600	3 520 001

19. Depreciações e amortizações

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica tem a seguinte composição:

	Valores em Kz	
	31-12-2025	31-12-2024
Activos Intangíveis		
Sistemas de Tratamento Automático de Dados (Software)	267 942 223	222 755 943
Activos Tangíveis		
Equipamento Administrativo	67 809 832	48 442 316
Equipamento de Carga e Transporte	60 903 375	8 020 120
Sistema de Segurança	4 843 723	4 479 685
	401 499 153	283 698 064

20. Imparidade de activos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica tem a seguinte composição:

	Valores em Kz	
	31-12-2025	31-12-2024
Imparidade de Activos Financeiros		
Perdas por imparidade de Activos Financeiros ao Custo Amortizado	29 956 470	-
Perdas por imparidade em Aplicações Monetárias no Mercado Interfinanceiro	4 883 806	-
	34 840 276	-

21. Outros custos e proveitos operacionais

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica tem a seguinte composição:

	Valores em Kz	
	31-12-2025	31-12-2024
Despesas Indevidamente Documentadas	2 567 586	10 546 813
Donativos e gratificações	-	500 204
Despesas não Documentadas	-	40 500
	2 567 586	11 087 516

22. Resultado não operacional

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica tem a seguinte composição:

	Valores em Kz	
	31-12-2025	31-12-2024
Outros Proveitos e Ganhos dif cambio realizadas	(25 489 667)	(16 816 735)
Outros Proveitos e Ganhos dif cambio não realizadas	40 838	376 710
Despesas Bancárias	(8 672 700)	(4 106 755)
Ajustes de Exercícios Anteriores	(479 191)	(4 102 048)
Outros proveitos e Custos de Diferenças de Arredondamentos	(39 224 8)	(57 635)
Outros Ganhos e Perdas Não Operacionais	-	423 645
	(34 639 945)	(24 282 817)

23. Imposto sobre o resultado

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a reconciliação da taxa de imposto, na parte respeitante ao montante reconhecido em resultados, pode ser analisada como segue:

	Valores em Kz		
	31-12-2025		
	Efeito em resultados	Efeito no imposto	%
Resultado antes de impostos	3 100 107 751	775 026 938	25%
Imposto Sobre Aplicação de Capitais - IAC	58 813 421	58 813 421	2%
Amortizações Excessivas	43 578 375	43 578 375	1%
Ajustes de perdas por imparidades	34 840 276	34 840 276	1%
Penalidades Aplicadas por Autoridades Reguladoras	21 291 600	21 291 600	1%
Outros Ajustamentos	11 211 740	11 211 740	0%
Custos não documentados	2 567 586	2 567 586	0%
Variações cambiais favoráveis e desfavoráveis não realizadas	39 225	39 225	0%
Rendimentos Sujeitos a IAC	(693 341 124)	(693 341 124)	-22%
Lucro Fiscal/Prejuízo fiscal	2 579 108 850	254 028 037	8%
Matéria Colectável	2 579 108 850	-	
Imposto sobre o resultado		644 777 213	21%

Valores em Kz			
31-12-2024			
	Efeito em resultados	Efeito no imposto	%
Resultado antes de impostos	3 001 150 987	750 287 747	25%
Imposto Sobre Aplicação de Capitais - IAC	36 643 199	36 643 199	1%
Ajustes de Exercícios Anteriores	4 102 048	4 102 048	0%
Amortizações Excessivas	4 236 786	4 236 786	0%
Penalidades Aplicadas por Autoridades Reguladoras	3 520 001	3 520 001	0%
Variações cambiais favoráveis não realizadas	(376 710)	(376 710)	0%
Custos não documentados	11 087 516	11 087 516	0%
Custos de Diferenças de Arredondamentos	57 635	57 635	0%
Rendimentos Sujeitos a IAC	(416 028 669)	(416 028 669)	-13%
Lucro Fiscal/Prejuízo fiscal	2 644 392 793	393 529 553	13%
Prejuízos fiscais utilizados a 31-12-2023	(1 047 357 417)	-	
Matéria Colectável	1 597 035 376	-	
Imposto sobre o resultado		399 258 844	13%

A rubrica “Impostos sobre Aplicação de Capitais”, corresponde ao IAC relativo aos rendimentos de depósitos a prazo e títulos de dívida pública em carteira naquela data.

De igual forma, o gasto apurado com a liquidação de IAC não é fiscalmente aceite para apuramento da matéria colectável, conforme disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 18º do Código do Imposto Industrial (CII).

24. Transacções com partes relacionadas

De acordo com a IAS 24, são consideradas entidades relacionadas com a ÁUREA:

- a) Titulares de participações qualificadas
 - Entidades que se encontrem directa ou indirectamente em relação de domínio ou em relação de grupo com a ÁUREA;
- b) Membros dos órgãos de administração e fiscalização da ÁUREA e seus cônjuges, descendentes ou ascendentes até ao segundo grau da linha recta, considerados beneficiários últimos das transacções ou dos activos;
- c) Filiais, empresas associadas e de controlo conjunto
 - Entidades que se encontrem directa ou indirectamente em relação de domínio ou em relação de grupo com a ÁUREA;
- d) Outras entidades:
 - Entidades associadas ou que constituem empreendimentos conjuntos da ÁUREA;
 - Subsidiárias das entidades associadas ou que constituem empreendimentos conjuntos da ÁUREA;
 - Entidades controladas ou conjuntamente controladas por titulares de participações qualificadas e/ou membros dos órgãos de administração e fiscalização da ÁUREA e seus cônjuges, descendentes ou ascendentes até ao segundo grau da linha recta.

As entidades relacionadas da ÁUREA com as quais este manteve saldos ou transacções no exercício findo em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 são as seguintes:

Nome da entidade relacionada	%	Sede
Membros do Conselho de Administração da ÁUREA		
Ana Regina Jacinto da Silva Correia Victor - Presidente	n.a	n.a
Ana Jorge Andrade Teles Carreira - Administradora	n.a	n.a
Kelson Ivo Lobo Cardoso - Presidente da Comissão Executiva	n.a	n.a
Francisco Manuel Pascoal de Brito - Administrador Executivo	n.a	n.a
Francisco da Costa Jinga Figueira - Administrador Executivo	n.a	n.a
Membros do Conselho Fiscal da ÁUREA		
Gilchrist Bento Cambinda Adolfo - Presidente	n.a	n.a
Índira Fundanga Rodrigues C. Veríssimo e Costa - Vogal	n.a	n.a
João Migi Araújo Mocono - Vogal	n.a	n.a
Giva Adriano Ruben - Vogal Suplente	n.a	n.a
Membros da Mesa da Assembleia Geral da ÁUREA		
Hélder Miguel P. J. De Aguiar - Presidente	n.a	n.a
Alexandre Augusto Borges Morgado - Secretário	n.a	n.a
Accionista	%	Sede
BAI - Banco Angolano de Investimentos, S.A., Sociedade Aberta	n.a	Angola
Outros	n.a	Angola
Empresas que directa ou indirectamente são controladas pelo Grupo BAI	%	Sede
NOSSA - Nova Sociedade de Seguros de Angola S.A.	n.a	Angola
SAESP - Sociedade Angolana de Ensino Superior Privado S.A.	n.a	Angola
BAI Invest S.A.	n.a	Angola
Fundo de Pensões BAI	n.a	Angola
Outras Entidades Relacionadas do Grupo BAI que mantêm relações com a ÁUREA	%	Sede
IMOGESTIN SA	n.a	Angola

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, o montante global de activos e passivos relativos a operações realizadas com partes relacionadas, de acordo com a legislação aplicável, tem a seguinte decomposição:

	<i>Valores em Kz</i>	
	31-12-2025	31-12-2024
Activo		
Disponibilidades		
Banco Angolano de Investimentos, S.A.	766 071 237	284 112 130
Depósitos a Prazo - Banco Angolano de Investimentos, S.A.	301 257 368	2 049 161 284
Devedores Diversos		
Nossa Seguros, S.A.	-	-
BAI - Banco Angolano de Investimentos, S.A.	19 363 059	-
BAI - Especialização de Custos	-	-
Deposito Prazo e Outros Instrumentos - Especialização Juros	321 399	17 886 085
Nossa Seguros - Especialização de Custos	11 553 983	11 385 863
Reforço capitais Próprios		
Prestações Acessórias		
Banco Angolano de Investimentos, S.A.	2 350 000 000	-
Passivo		
Outras obrigações		
Banco Angolano de Investimentos, S.A.	-	-
Nossa Seguros, S.A.	-	-
BAI - Especialização de Custos	(227 997 587)	-
BAI - Devolução comissão da carteira detida até a maturidade - BAI	(298 822 600)	-
	2 921 746 859	2 362 545 362

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, o montante global de proveitos e custos relativos a operações realizadas com partes relacionadas, de acordo com a legislação aplicável, tem a seguinte decomposição:

	<i>Valores em Kz</i>	
	31-12-2025	31-12-2024
Proveitos		
Prestação de Serviços & Consultorias		
Nossa Seguros, S.A.	173 229 084	255 454 276
Banco Angolano de Investimentos, S.A.	3 159 876 593	1 815 474 620
BAINVEST	5 676 010	1 481 730
Custos		
Seguros		
Nossa Seguros, S.A.	19 366 038	-
Formação e Eventos		
SAESP	3 275 373	10 946 373
Despesas Bancárias e Outras Comissões		
Banco Angolano de Investimentos, S.A.	347 392 448	242 355 554
	2 968 747 828	1 819 108 700

25. Contas extrapatrimoniais

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica tem a seguinte composição:

<i>Valores em Kz</i>		
	31-12-2025	31-12-2024
Titulos de Valores Mobiliários		
Acções	2 453 885 498 107	1 547 731 434 370
Títulos de dívida pública em moeda nacional	1 848 262 133 518	1 416 774 224 827
Obrigações do tesouro em moeda estrangeira	606 776 927 462	507 958 464 000
Obrigações corporativas	192 541 080 000	63 849 540 000
Unidades de participações	4 155 850 000	4 153 100 000
	5 105 621 489 087	3 540 466 763 197

26. Eventos subsequentes

Não existem eventos subsequentes à data do balanço que possam ter impacto material nas demonstrações financeiras apresentadas.

10

Parecer do
Auditor Externo

10. Parecer do auditor externo



UHY A. Paredes e Associados Angola
Auditores e Consultores, SA
Rua Comandante Stora, 59/61
Bairro de Alvalade - Luanda
T +244 222 729 155/+244 948 040 869
aparedes@uhyangola.com
www.uhyangola.com

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Ao conselho de Administração da Aurea - Sociedade Distribuidora de Valores Mobiliários, S.A.

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Aurea Sociedade Distribuidora de Valores Mobiliários, S.A. (Doravante "Aurea SDVM S.A."), que compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2025, que evidencia um total de 9 016 878 milhares de Kwanzas e um total de capital próprio de 6 775 873 milhares de Kwanzas, incluindo um resultado líquido positivo de 2 455 330 milhares de Kwanzas, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração de mutação dos Fundos Próprios e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira da Áurea SDVM S.A., em 31 de Dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Angola.

Outras matérias

As autoridades fiscais e económicas, bem como os inspectores do Instituto Nacional de Segurança Social, têm a possibilidade de rever a situação fiscal da Empresa durante um período de 5 anos (10 anos para a Segurança Social), podendo daí resultar, devido a diferentes interpretações, eventuais correcções de natureza fiscal e às contribuições para a Segurança Social. O Conselho de Administração espera ter cumprido todas as suas obrigações fiscais, não esperando, assim, reclamações materiais sobre as suas contas.

As demonstrações financeiras da Aurea, SDVM, S.A., em 31 de Dezembro de 2024, apresentadas para efeitos, comparativos, foram auditadas por nós, na data de 22 de Janeiro de 2025, que incluía uma opinião sem reservas e sem ênfases.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem, de forma apropriada, a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Angola e as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS);

Inscrita na Lista da ORDEM DOS CONTABILISTAS E PERITOS CONTABILISTAS DE ANGOLA (OCPCA) Nº E20170009
Registada como Auditor Externo na COMISSÃO DO MERCADO DE CAPITAIS (CMC) Nº 001/AE/CMC/08-2018

- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das actividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detectar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas actividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas actividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria e as conclusões significativas da auditoria, incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, excepto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorrecções materiais.

Sobre o relatório de governo societário

Dando cumprimento à alínea c), do nº 3, da Instrução n.º 04/CMC/03-23, somos de parecer que o Relatório de Governo Societário inclui os elementos exigíveis à Entidade, nos termos do artigo 36º - IV do Regulamento nº1/15, de 15 de Maio, da Comissão de Mercados de Capitais, não tendo sido identificadas incorrecções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nos pontos I), II) e III) do anexo IV do referido regulamento.

Luanda, 28 de Janeiro de 2026

UHY A. PAREDES E ASSOCIADOS ANGOLA - AUDITORES E CONSULTORES, S.A.

Representada por:

João Leite

Perito Contabilista nº. 20151936

UHY - A. PAREDES E
ASSOCIADOS - ANGOLA
AUDITORES E CONSULTORES, S.A.
RUA COMANDANTE STONA, Nº 59/61
CONTRIB. 5401995465
LUANDA - ANGOLA

Inscrita na Lista da **ORDEN DOS CONTABILISTAS E PERITOS CONTABILISTAS DE ANGOLA (OCPCA)** Nº E20170009
Registada como Auditor Externo na **COMISSÃO DO MERCADO DE CAPITAIS (CMC)** Nº 001/AE/CMC/08-2018

11

Parecer do Conselho
Fiscal

11. Parecer do conselho fiscal



RELATÓRIO E PARECER
DO
CONSELHO FISCAL SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS
EXERCÍCIO FISCAL 2025

Exmos. Senhores Accionistas da ÁUREA SDVM, S.A.

Para efeitos do disposto no artigo 138º da Lei n.º 22/15, de 31 de Agosto, que aprova o Código dos Valores Mobiliários e do artigo 441º da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que aprova a Lei das Sociedades Comerciais, ambos sobre as atribuições do Órgão de Fiscalização, procedemos:

1. Apreciação do Relatório e Contas, as quais compreendiam:

- Balanço em 31 de Dezembro de 2025, que evidencia um total de activos líquido de Kwanzas, 9 016 878 472 total do passivo 2 241 005 733 Kwanzas e total de capitais próprios de 6 775 872 739 Kwanzas;
- Demonstração de Resultados por Natureza, com um resultado líquido positivo de 2 455 330 538 Kwanzas;
- Demonstração de Mutuação do Capital Próprio, evidenciando um total de Capitais Próprios de 6 775 872 739 kwanzas;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa, com disponibilidades de 803 711 650 kwanzas, resultantes da variação do saldo inicial, positiva em 412 456 832 kwanzas.

2. Apreciação do Relatório de Gestão, cuja composição, destacamos o seguinte:

- Modelo de Governo e Estratégia;
- Actividade e Resultado;
- Gestão de Risco;
- Aplicação de Resultados;
- Relatório Anual do Governo Societário.

ÁUREA – Sociedade Distribuidora de Valores Mobiliários, S.A. Sede social: Travessa Rua Major Marcelino Dias. Edifício ICON 2014 N.º 60. 8.º Andar, Bairro Maculusso, Distrito Urbano das Ingombotas Luanda – Angola | NIF: 5417393959 | Registo Comercial 6322-15 | Tel. (+244) 222693887/944090006/944090047

3. Bases da apreciação:

- As análises foram feitas em conformidade com os Regulamentos da Comissão de Mercado de Capitais – CMC, e demais disposições legais aplicáveis;
- De igual modo, tomamos em consideração o parecer, sobre as Demonstrações Financeiras, emitido pelo Auditor Independente (UHY A. Paredes e Associados Angola - Auditores e Consultores, S.A.), cuja opinião não evidencia a existência de omissões ou distorções materialmente relevantes na preparação e apresentação das mesmas.

4. Conclusão:

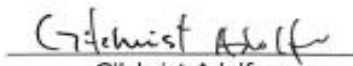
- As bases de preparação do Relatório e Contas, estão de acordo com os normativos e satisfazem as disposições legais e estatutárias;
- O Relatório de Gestão, foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, tendo em conta o conhecimento e apreciação da Sociedade.

5. Recomendações:

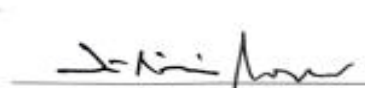
- Aprovação do Relatório de Gestão e de Contas do Conselho de Administração, referente ao período findo, em 31 de Dezembro de 2025.

Luanda, 28 de Janeiro de 2026.

O Conselho Fiscal


Gilchrist Adolfo
Presidente do Conselho Fiscal


Indira Costa
(Vogal)


João Mocono
(Vogal)

12

Relatório Anual de
Governo Societário

12. Relatório Anual do Governo Societário

Índice

1.Introdução.....	110
2.Estrutura accionista, organização e governo societário	110
3.Participações qualificada ou detidas por partes relacionadas	111
4.Órgãos Sociais e comissões	112
5.Organização interna	119
6.Apoio ao investidor	120
7.Remunerações	122
8.Descrição da Política de Remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização	122
9.Planos de atribuição de acções ou opções sobre acções (stock options).....	123
10.Transacções com partes relacionadas	123
11.Avaliação do governo societário	124
Anexo - Declaração sobre o acolhimento do Guia de Boas Práticas de Governo Societário.....	125

1. Introdução

A ÁUREA – Sociedade Distribuidora de Valores Mobiliários, S.A. (“ÁUREA SDVM, S.A.”) elaborou o presente Relatório de Governo Societário nos termos do disposto no n.º 1 do artigo n.º 35 do Regulamento n.º 2/25 – Regulamento sobre os Agentes de Intermediação e Serviços de Investimento e no Guia de Boas Práticas de Governo Societário, ambos da Comissão do Mercado de Capitais (“CMC”).

Foi, igualmente, considerada, a Lei n.º 14/21, de 19 de Maio – Lei do Regime Geral das Instituições Financeiras (“LRGIF”).

A ÁUREA apresenta ao longo deste relatório e em anexo:

1. A declaração sobre o acolhimento do Guia de Boas Práticas de Governo Societário, especificando para as quais recomendações diverge, as razões para a sua divergência;
2. A inexistência de pressupostos que sejam alvo de aplicação e reporte de informação requerida em determinadas secções, designadas como “não aplicável”.

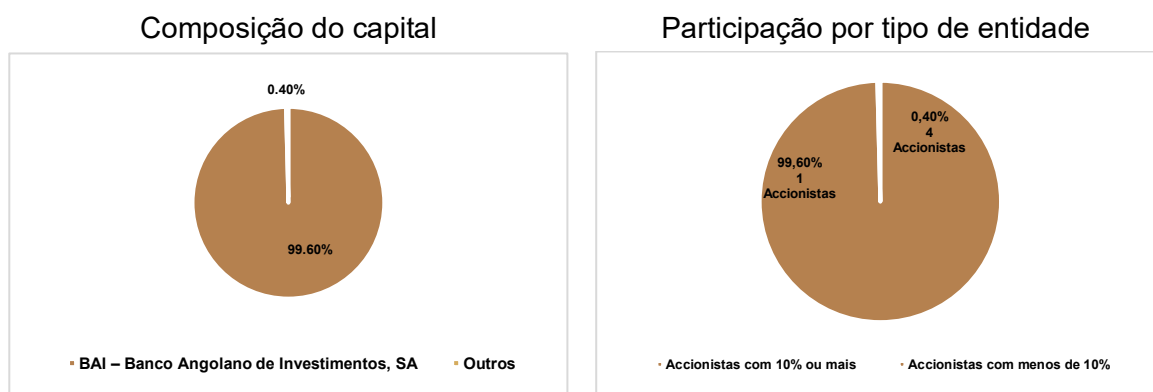
2. Estrutura accionista, organização e governo societário

2.1 Estrutura accionista

O capital social da ÁUREA é de Kz 610 000 000,00 (seiscentos e dez milhões de kwanzas), integralmente subscrito e realizado em dinheiro e divide-se em 6 100 acções ordinárias, registadas na Central de Valores Mobiliários (CEVAMA), sob o *International Securities Identification Number (ISIN)* AOAUREAAAA07, com o valor nominal de Kz 100 000,00 (cem mil kwanzas) cada.

As acções, conferem direitos iguais e são fungíveis entre si.

A estrutura accionista da ÁUREA encontra-se disseminada por cinco (5) accionistas, dos quais um (1) é detentor de participação igual ou superior a 10%, conforme apresentam os gráficos abaixo.



2.2 Restrições à transmissibilidade das acções

As acções são livremente transmissíveis entre accionistas, ou accionistas e entidades por si controladas, ou por via de sucessão, ou por doação a favor do cônjuge ou de parentes em linha recta.

2.3 Acções próprias

A ÁUREA não tem acções próprias em carteira.

2.4 Acordos parassociais

Não existem acordos desta natureza.

2.5 Acordos significativos em caso de mudança de controlo

Não existem acordos desta natureza.

2.6 Regime a que se encontre sujeita a renovação ou revogação de medidas defensivas, que prevê a limitação do número de votos por um único accionista

Não aplicável.

2.7 Poderes especiais do órgão de administração, nomeadamente no que respeita a deliberações de aumento do capital

Compete exclusivamente aos accionistas, reunidos em Assembleia Geral, deliberarem sobre o aumento de capital social, sem prejuízo de eventuais autorizações concedidas ao Conselho de Administração para o efeito, nos termos legalmente admitidos.

2.8 Identificação dos accionistas titulares de direitos especiais e descrição desses direitos

Não aplicável.

3. Participações qualificada ou detidas por partes relacionadas

3.1 Identificação das pessoas singulares ou colectivas que, directa ou indirectamente, são titulares de participações qualificadas

A estrutura accionista da ÁUREA mantém-se disseminada, com cinco (5) accionistas, dos quais um (1), o Banco BAI, é detentor de participações iguais a 99,60%.

3.2 Indicação sobre o número de acções e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e fiscalização

Os membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal não detêm participações no capital social.

3.3 Relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações qualificadas e a sociedade

A informação encontra-se disponível no ponto 23, “Notas às Contas”, intitulado “Transacções com Partes Relacionadas”, e no ponto 5, “Correspondentes e Bancos Liquidadores”, ambos presentes no Relatório e Contas.

3.4 Informação sobre participação dos accionistas em Assembleia Geral nos dez anos anteriores e cálculo das participações qualificadas

Considerando que a ÁUREA foi constituída há três anos, os accionistas participaram em todas as Assembleias Gerais realizadas até à data, abrangendo todas as sessões ocorridas nesse período.

4. Órgãos Sociais e comissões

Constituem Órgãos Sociais da ÁUREA a Assembleia Geral (AG), o Conselho de Administração (CA) e o Conselho Fiscal (CF).

A composição dos membros dos Órgãos Sociais está disponível para consulta [no portal institucional](#) da ÁUREA⁵.

4.1 Assembleia Geral

4.1.1 Composição da Mesa da Assembleia Geral

A Mesa da AG é composta por um Presidente e um Secretário, eleitos pela AG de accionistas, identificada no quadro abaixo.

Membros	Mandato	Cargos
Helder Miguel P.J. de Aguiar	2022 - 2025	Presidente
Alexandre Augusto Borges Morgado	2022 - 2025	Secretário

4.1.2 Exercício do direito de voto

Está previsto nos Estatutos da ÁUREA, que a cada 5 (cinco) acções corresponde um voto. Os Accionistas que disponham de vários votos têm que, relativamente à mesma proposta, emití-los no mesmo sentido.

4.1.3 Mecanismo de controlo previstos num eventual sistema de participação dos trabalhadores no capital

Não aplicável.

⁵ <https://www.aurea.ao/>

4.1.4 Indicação da percentagem máxima dos direitos de voto que podem ser exercidos por um único accionista ou por accionistas que com aquele se encontrem em alguma das relações previstas no artigo 122.º do Cód.VM

Não aplicável.

4.1.5 Deliberações de accionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada

Nos termos dos Estatutos, as deliberações que podem ser tomadas por maioria qualificada são:

- a) eleger os membros dos órgãos sociais;
- b) fusão, cisão ou transformação da sociedade;
- c) alterações estatutárias;
- d) aumento do capital social;
- e) dissolução da sociedade.

4.2 Conselho de Administração

4.2.1 Identificação do modelo de governo

A ÁUREA adota o modelo de governo societário que integra uma AG, um CA, formado por uma CE e um comité especializado, um CF e um auditor externo. A ÁUREA tem, ainda, uma Comissão de Remunerações dos Órgãos Sociais.

4.2.2 Regras estatutárias sobre requisitos procedimentais e materiais aplicáveis à nomeação e substituição dos membros do CA

Os membros do CA são eleitos pela Assembleia Geral. No caso de, a título definitivo, faltar ou ficar impedido ou incapacitado algum administrador, deverá este ser substituído por cooptação, se não houver suplentes, a menos que os administradores em exercício não sejam em número suficiente para o CA deliberar, completando o mandato que estiver em curso.

4.2.3 Anualmente, em sede da AG, os accionistas procedem à apreciação geral da administração e fiscalização da ÁUREA.

O CA é composto por cinco (5) membros, sendo três (3) executivos e dois (2) não executivos. A data da primeira designação e termo de mandato de cada membro, encontra-se identificada abaixo.

Membros	1ª nomeação	Mandato em curso	Cargo
Ana Victor	2022	2022 - 2025	Presidente
Ana Carreira	2022	2022 - 2025	Administradora não Executiva
Kelson Cardoso	2022	2022 - 2025	Administrador Executivo
Francisco de Brito	2022	2022 - 2025	Administrador Executivo
Francisco Figueira	2022	2022 - 2025	Administrador Executivo

4.2.4 Identificação dos membros do CA executivos e não executivos e, relativamente a estes últimos os qualificados como independentes

O CA tem a sua composição e identificação dos seus administradores executivos e não executivos, indicada no ponto anterior.

4.2.5 Qualificações profissionais e outros elementos curriculares relevantes de cada um dos membros do CA

As qualificações profissionais e outros elementos curriculares de cada um dos membros do CA estão disponíveis para consulta no [portal institucional](#) da ÁUREA.

4.2.6 Relações familiares, profissionais ou comerciais, dos membros do CA com accionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto

No que diz respeito às relações profissionais, destaca-se a existência de dois (2) membros não executivos no Conselho de Administração (CA) que desempenham funções na casa-mãe (accionista), conforme descrito na tabela do ponto 4.3.4.

4.2.7 Organograma

A informação encontra-se disponível no ponto 1.1 “Estrutura do Governo Societário” do Relatório e Contas.

4.3 Conselho de Administração

O CA é o órgão social com competência para definir as políticas gerais e de estratégia da sociedade estando-lhe atribuídos os mais amplos poderes de gestão e de representação da ÁUREA.

No exercício das suas funções, os administradores usam das suas competências, qualificações e experiência profissionais, para assegurar, em permanência, e de forma responsável a gestão sã, efectiva, rigorosa e prudente da ÁUREA, respeitando as características da instituição, a sua dimensão e a complexidade da actividade prosseguida.

Os membros do CA respeitam os deveres de zelo, de cuidado e de lealdade, reflectindo elevados padrões de diligência inerentes a um gestor criterioso e ordenado, analisando criticamente e no interesse da sociedade as decisões tomadas. Os administradores estão vinculados ao dever de sigilo relativamente às matérias discutidas nas reuniões do CA ou de que tomem conhecimento no exercício das suas funções, excepto quando o mesmo órgão verifique a necessidade de dar conhecimento público ou interno das respectivas deliberações, ou quando a divulgação por decorrer de disposição legal ou decisão de autoridade administrativa ou judicial.

As competências do CA estão estabelecidas no respectivo Regulamento Interno.

4.3.1 Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade de cada membro do CA

O CA reuniu-se doze (12) vezes em sessão ordinária e duas (4) vezes em reuniões extraordinárias. A assiduidade e presença dos seus membros situou-se em 100%, tendo as ausências sido devidamente justificadas.

4.3.2 Órgãos competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos

Compete aos administradores não executivos efectuar o controlo e avaliação de desempenho da comissão executiva, relativamente às matérias sobre a estratégia do negócio, estrutura orgânica e funcional, divulgação de informação legal ou estatutária e operações relevantes em função do seu montante.

4.3.3 Critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos administradores executivos

O modelo de avaliação de desempenho dos administradores executivos está em fase de elaboração.

4.3.4 Cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo por cada membro, não executivo e executivo do CA

Os cargos exercidos por cada um dos administradores, executivos e não executivos, com indicação dos cargos desempenhados em outras empresas, dentro e fora do grupo e outras actividades desenvolvidas, encontram-se descritos abaixo.

Membros	Âmbito	Empresa	Cargos exercidos	Ano de nomeação
Membros não executivos do Conselho de Administração				
Ana Victor	Grupo BAI	BAI	ADM NE	2022
		SAESP	VCC	2024
Ana Carreira	Grupo BAI	BAI	Directora	2023
Membros executivos do Conselho de Administração				
Kelson Cardoso		N/A	N/A/A	N/A
Francisco de Brito		N/A	N/A	N/A
Francisco Figueira		N/A	N/A	N/A

Legenda: PMAG – Presidente da Mesa da Assembleia Geral; PCF – Presidente do Conselho Fiscal; PCA – Presidente do Conselho de Administração; SMAG – Secretário da MAG; V – Vogal; VPCS – Vice-Presidente do Conselho Superior; VCC – Vogal do Conselho Consultivo.

4.3.5 Comissão Executiva

O CA designou uma CE constituída por três dos seus membros, estabeleceu o seu modo de funcionamento e delegou, nessa comissão, os poderes de gestão corrente da sociedade, para assegurar a segregação de funções nos termos do estabelecido na legislação e regulamentação em vigor, identificada abaixo.

As competências da CE estão estabelecidas no respectivo Regulamento Interno.

No quadro seguinte é apresentada a distribuição dos pelouros pelos membros, melhor discriminado no ponto 4.2.7:

Nome e Função	Negócio	Suporte	Controlo
Kelson Cardoso - Presidente da Comissão Executiva	✓		
Francisco Figueira - Administrador Executivo		✓	
Francisco de Brito - Administrador Executivo			✓

4.3.6 Comitês criados no seio do CA

O CA, com vista a assegurar e contribuir para o bom e adequado desempenho das funções que lhe estão legal e estatutariamente cometidas nomeou um comité especializado, em matérias de controlo interno:

- Comité de Controlo Interno (CCI).

Este comité rege-se pelas regras definidas no respectivo regulamento, e reúne-se pelo menos uma vez por trimestre ou sempre que forem convocadas pelo seu presidente. O CCI apresenta a seguinte composição:

Nome	Qualidade de Membro
Ana Carreira	P
Felismina Nandesifeni	M
Madalena Saituma	M
Bruno Eduardo	M

Legenda: P – Presidente; M – Membro.

4.3.7 Indicação das competências de cada uma das comissões criadas e síntese das actividades desenvolvidas no exercício dessas competências

As competências do CCI estão estabelecidas no respectivo Regulamento Interno.

O CCI reuniu-se quatro (4) vezes em reunião ordinária e duas vezes em reunião extraordinária. A assiduidade e presença dos seus membros, situou-se a 100%.

4.4 Conselho Fiscal (CF)

O CF é composto por três membros efectivos e dois suplentes.

A composição do CF, bem como a data da primeira nomeação de cada membro e a data do termo de mandato, encontra-se identificada no quadro seguinte.

Membros	1ª nomeação	Mandato em curso	Cargo
Gilchrist Adolfo	2022	2022 - 2025	Presidente
Joao Mocono	2022	2022 - 2025	Vogal
Indira Costa	2022	2022 - 2025	Vogal

As competências do CF estão estabelecidas no respectivo Regulamento Interno.

4.4.1 Identificação dos membros do CF que se considerem independentes

Todos os membros do CF exercem as suas funções com independência.

4.4.2 Qualificações profissionais e outros elementos curriculares relevantes de cada um dos membros do CF

As qualificações profissionais e outros elementos curriculares de cada um dos membros do CF estão disponíveis para consulta no [portal institucional](#) da ÁUREA.

4.4.3 Reuniões realizadas e grau de assiduidade de cada membro do CF

O CF reuniu-se três (3) vezes em reunião ordinária e duas (2) vezes em reuniões extraordinárias. A assiduidade e presença dos seus membros, situou-se a 100%.

4.4.4 Cargos exercidos em simultâneo em outras sociedades, dentro e fora do grupo e outras actividades relevantes

Os cargos exercidos em outras empresas, dentro e fora do grupo e outras actividades desenvolvidas, encontram-se descritos nos mapas seguintes:

Membros	Descrição	Empresa	Cargos exercidos	Ano de nomeação
Gilchrist Adolfo	Fora do grupo	Dígitos e Números, LDA	CEO	2011
		Radio Mandset	Director Geral	2022
		IMIA S.A.	Fiscal Único	2023
Joao Mocono	Fora do grupo	INTELFIN Consultor, LDA	Sócio-Gerente	2011
Indira Costa	Fora do grupo	Ministério da Indústria	Directora	2015
		SONANGOL E.P.	Analista Financeira	2009

Legenda: PCF – Presidente do Conselho Fiscal; MCF – Membro do Conselho Fiscal; VCD – Vogal do Conselho Directivo

4.4.5 Intervenção do órgão de fiscalização na contratação de serviços adicionais ao auditor externo

Nos termos dos princípios adoptados pelo Grupo BAI, quanto à contratação do auditor externo, que, de uma forma geral, não permite a prestação de serviços adicionais que não sejam de auditoria ou garantia de fiabilidade.

4.5 Comissão de Remunerações dos Órgãos Sociais (CROS)

A CROS tem como objectivo definir, implementar e rever a política de remuneração dos membros dos Órgãos Sociais da ÁUREA.

A CROS reúne-se pelo menos uma vez por ano e é composta por três membros dos quais nenhum faz parte do CA ou CF.

A composição da CROS, bem como a data do termo de mandato, encontra-se identificada no quadro seguinte.

Membros	Mandato	Cargos
Simão Fonseca	2022 - 2025	Presidente
Juvelino Domingos	2022 - 2025	Membro
Carlos Guerra	2022 - 2025	Membro

A CROS reuniu-se 2 (duas) vezes.

As competências da CROS estão estabelecidas no respectivo Regulamento Interno.

4.6 Secretário da Sociedade

A ÁUREA não tem a data um secretário da sociedade nomeado.

4.7 Auditor externo

A função de auditor externo da ÁUREA, actualmente é desempenhada pela firma UHY - A. Paredes e Associados - Angola - Auditores e Consultores, S.A. tendo sido nomeada a 3 de Junho de 2022, para o quadriénio de 2022 - 2025, nos termos da legislação em vigor.

O auditor externo, encontra-se registado na CMC sob o número 001/AE/CMC/08-2018, sendo representado pelo seu sócio Gouveia Leite das Neves, Perito Contabilista n.º 20151936.

4.7.1 Política e periodicidade da rotação do auditor externo

Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 236.º da LRGIF, e do Regulamento n.º 1/22 de 9 de Fevereiro sobre os Auditores Externos, o auditor externo contratado, não pode exercer as referidas funções por um período superior a 4 anos, findos os quais, só pode vir a ser novamente seleccionável, decorrido igual período.

4.7.2 Indicação do órgão responsável pela avaliação do auditor externo e periodicidade com que essa avaliação é feita

Cabe ao CF, garantir a independência e nomeação do Auditor Externo, conforme descrito no ponto 4 do artigo 7.º conjugado com a alínea I) do n.º 1 do artigo.º 8, ambos do Regulamento do Conselho Fiscal.

4.7.3 Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados pelo auditor externo e a remuneração anual paga pela ÁUREA ao auditor externo

Os trabalhos distintos dos de auditoria, realizados pelo auditor externo, e que tenham sido contratados durante o ano de 2025, bem como o respectivo montante da remuneração, encontra-se identificado no quadro seguinte:

<i>(em milhares de Kwanzas)</i>		
Descrição	Montante	%
ÁUREA SDVM, S.A.		
Valores dos serviços de garantia de fiabilidade	20 499 996	100%
Total – serviços de auditoria	20 499 996	100%
Valores dos serviços de consultoria fiscal	-	-
Valores de outros serviços que não de revisão de contas	-	-
Total outros serviços	-	-
Total	20 499 996	100%

5. Organização interna

5.1 Alteração dos Estatutos

Relativamente às regras aplicáveis à alteração dos Estatutos, remete-se para o ponto 4.1.5. “Deliberações accionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada”.

5.2 Comunicação de irregularidades

Os canais de comunicação de irregularidade, bem como as directrizes a observar no tratamento das mesmas, estão estabelecidos na Política de Comunicação de Irregularidades disponível para consulta no [portal institucional](#) da ÁUREA. Em 2025, a ÁUREA não recepcionou quaisquer comunicações de irregularidades, nos canais estabelecidos.

5.3 Controlo interno e gestão do risco

5.3.1 Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e pela implementação de sistemas de controlo interno

O sistema de controlo interno eficaz constitui uma componente crítica da gestão e uma base para a actividade sólida e segura da ÁUREA. Neste contexto, a ÁUREA estabeleceu um sistema de controlo interno em linha com as exigências da LRGIF e do Regulamento n.º 2/25 Sobre os Agentes de Intermediação e Serviços de Investimento, que permite assegurar a gestão e controlo efectivo dos riscos inerentes à actividade, assente num ambiente de controlo adequado que envolva todos os colaboradores, cientes do seu papel no sistema em questão.

As responsabilidades endereçadas a cada um dos intervenientes no sistema de gestão do risco são operacionalizadas por uma estrutura de controlo interno definida por três linhas:

- a primeira linha é composta pelas áreas tomadoras de risco, as quais devem assegurar a efectiva gestão do risco dentro do escopo das suas responsabilidades organizacionais directas, nomeadamente, informar, controlar, planear e otimizar;
- a segunda linha consiste no processo de revisão independente realizado pelas áreas de controlo, excluindo a auditoria interna;
- a auditoria interna é a terceira e última linha da ÁUREA e cabe-lhe avaliar regularmente as políticas, metodologias e procedimentos para garantir que são adequados e aplicados de forma eficaz.

Os responsáveis pelas funções de controlo interno dispõem dos poderes necessários ao desempenho das suas funções, e exercem as suas funções em regime de exclusividade e de forma independente, prestando informação directa e aconselhamento regular ao CA.

O número de colaboradores afectos às áreas de controlo ascendia a:

	2023	2024	2025	Variação
Gabinete de Gestão do Risco	3	4	4	0
Gabinete de <i>Compliance</i>	1	3	4	1
Gabinete de Auditoria Interna	1	3	3	0
Total	5	10	11	1

Os processos respeitantes à nomeação, remuneração, substituição ou sanção dos responsáveis pelas funções de controlo interno dependem de decisão fundamentada do CA, mediante parecer prévio vinculativo da Comité de Controlo Interno (CCI) em alinhamento com o descrito na alínea e) do n.º 1 do artigo 4.º do Regulamento do CCI:

- em caso de substituição de responsável por uma função de controlo interno, é elaborado o relatório de avaliação da adequação do substituto, nos termos do artigo 68.º da LRGIF;
- deve ser comunicado ao CMC (i) a nomeação e exoneração do responsável pela auditoria interna e (ii) sempre que haja um processo de sanção ao responsável pela função de *compliance*.

5.3.2 Gestão do risco

Informação disponível no “*Capítulo 6 do Relatório de Gestão*”.

5.3.3 Compliance

Informação disponível no “*Capítulo 6 do Relatório de Gestão*”.

5.3.3.1 Segurança da informação e investigação digital

A função de Segurança da Informação e Investigação Digital na ÁUREA é desempenhada pelo Gabinete de Tecnologias de Informação (GTI).

5.3.3.2 Identificação e descrição dos principais tipos de riscos, identificação, avaliação, acompanhamento, controlo e realização de testes de esforço, descrição dos processos de gestão de riscos

Informação disponível no “*Capítulo 6 do Relatório de Gestão*”.

5.3.4 Auditoria interna

Informação disponível no “*Capítulo 6 do Relatório de Gestão*”.

6. Apoio ao investidor

A ÁUREA, na qualidade de agente de intermediação financeira, implementou canais de apoio aos seus clientes, bem como, assegurou que, a cada operação colocada no âmbito do serviço de colocação, existam canais de apoio aos investidores das referidas operações.

CANAL BODIVA

E-mail: bodiva24@aurea.ao

CANAL ENSA

E-mail: ensa2024@aurea.ao

CANAL BFA

E-mail: bfa2025@aurea.ao

CANAIS ÁUREA

E-mail: apoio.cliente@aurea.ao

Telefone: 923 190 060

Site da sociedade na internet: www.aurea.ao

6.1.1 Funções do responsável pelas relações com o mercado

O responsável pelas relações com o mercado (RRM) recebe, analisa e responde os pedidos de informação e esclarecimentos efectuados pelos investidores, analistas e entidades reguladoras. No âmbito do cumprimento das obrigações legais e regulamentares de reporte, a ÁUREA prosseguiu uma ampla actividade de comunicação com o mercado, adoptando as recomendações da CMC.

6.1.2 Representante para as relações com o mercado

Para efeito de relações com o mercado, está registado na CMC, desde 17/10/2022, o Sr. Kelson Cardoso, ADM do Conselho de Administração.

6.1.3 Informação sobre a proporção e o prazo de resposta aos pedidos de informação

A ÁUREA recebeu, essencialmente por e-mail e telefone, diversos pedidos de informação por parte de investidores. No decurso do ano, a ÁUREA deu início a implementação de um mecanismo de controle e mensuração dos pedidos de informação. Em 2025, foram registadas 26714 interações: (10616) 40% ocorreram via e-mail; (12616) 47% dos contactos foram realizados através do canal de voz; e, (3482) 13% foram realizados pelas redes sociais.

7. Remunerações

7.1 Competência para a determinação

A CROS é o órgão com competência para determinar a remuneração dos membros dos Órgãos Sociais.

7.2 Composição do CROS

Informação disponível no ponto 4.4 referente a “*Comissão de Remunerações dos Órgãos Sociais (“CROS)”*”.

7.3 Conhecimentos e experiência dos membros do CROS

O Presidente do CROS e seus membros, desempenham actualmente e desde há vários anos cargos em comissões de remunerações, ou em comissões equivalentes em outras sociedades o que lhes confere experiência profissional, conhecimentos e perfil adequado no que concerne à matéria de política de remunerações.

8. Descrição da Política de Remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização

A Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos Sociais, é elaborada e submetida à aprovação da AG pela CROS, que segue as regras consagradas no artigo 191.º da LRGIF e no respectivo regulamento desta comissão.

A referida Política, governa a estrutura da remuneração e outros benefícios de natureza análoga, respeitantes aos administradores, executivos e não executivos, membros da Mesa da Assembleia Geral e membros do CF.

8.1 Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da ÁUREA

Informação disponível no ponto anterior.

8.2 Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros dos órgãos sociais da sociedade, incluindo remuneração fixa e variável e, relativamente a esta, menção às diferentes componentes que lhe deram origem

Informação disponível na “nota n.º 15 do Anexo às Demonstrações Financeiras”.

8.3 Montantes a qualquer título pagos por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum

Os montantes a qualquer título pagos por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum são divulgados nos

respectivos Relatórios e Contas, conforme as exigências legais e regulamentares das jurisdições onde se encontram sediadas.

8.4 Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios

A remuneração referente a prémios paga no exercício, remete-se para a informação disponível na rubrica Outras remunerações da “nota n.º 15 do Anexo às Demonstrações Financeiras”. A ÁUREA não paga qualquer remuneração sob forma de participação nos lucros.

8.5 Indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício

No exercício a que este Relatório reporta, não foi paga, nem era devida qualquer indemnização a ex-administradores, relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.

8.6 Acordos com implicações remuneratórias

Não existem quaisquer acordos entre a sociedade e os membros do CA, dirigentes, ou qualquer outro colaborador com reporte directo à administração que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho, na sequência de uma mudança de controlo da sociedade.

9. Planos de atribuição de acções ou opções sobre acções (stock options)

Não aplicável.

10. Transacções com partes relacionadas

10.1 Mecanismos e procedimentos de controlo

Os membros do CA e CF, bem como os detentores de participações qualificadas ou não, e entidades com eles relacionadas estão identificados numa base de dados por categoria.

10.2 Indicação das transacções que foram sujeitas a controlo no ano de referência

Remete-se, neste ponto, para a informação disponível na “Nota 24 do Anexo às Demonstrações Financeiras”.

10.3 Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos da avaliação prévia dos negócios a realizar entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação

Nos termos da Política de Transacções com Partes Relacionadas, as transacções que envolvam partes relacionadas, devem ser aprovadas por maioria de, pelo menos 2/3 dos membros do Conselho de Administração, considerando o parecer prévio e favorável do Conselho Fiscal.

10.4 Elementos relativos aos negócios

Remete-se, neste ponto, para a informação disponível na “Nota 24 do Anexo às Demonstrações Financeiras”.

11. Avaliação do governo societário

11.1 Identificação do código de governo das sociedades adoptado

Para efeitos do presente relatório e da análise de cumprimento da recomendação que se segue, a ÁUREA, teve por referência o Guia de Boas Práticas divulgado na [página da CMC](#).

11.2 Análise de cumprimento do código de governo das sociedades adoptado

A ÁUREA, declara, nos termos do artigo 145.º do Cód.VM que acolheu voluntariamente o Guia de Boas Práticas divulgado pela CMC, conforme consta do presente anexo, explicando a razão do não acolhimento sempre que aplicável.

Anexo

Declaração sobre o acolhimento do Guia de Boas Práticas de Governo Societário

	Recomendações da CMC	Declaração	Informação remissiva
1.	Em articulação com o órgão de gestão executiva, o órgão de administração é responsável pela boa execução do modelo de governo em vigor na sociedade, devendo zelar para que, em respeito pelas suas especificidades, designadamente a sua dimensão, complexidade, natureza dos riscos inerentes aos principais negócios e demais factores relevantes, sejam cumpridas parte ou a totalidade das recomendações do presente guia.	Acolhe	Não aplicável (N/A)
2.	O órgão de administração deve responder perante a Assembleia Geral pelo cumprimento das boas práticas no governo societário e, se for o caso, perante os reguladores sectoriais, em respeito pelo princípio “ <i>comply or explain</i> ”.	Acolhe	
3.	A sociedade elabora um Relatório Anual de Governo Societário, que integra ou não o respectivo Relatório de Gestão e as Contas do Exercício, informando o mercado sobre:		
a.	A forma como cumpre as recomendações e, sempre que não cumpra alguma, dando a conhecer as razões pelas quais não cumpre, devendo, neste caso, e se for o caso, informar sobre a forma pela qual levou a cabo comportamentos ou procedimentos alternativos para acolher os princípios subjacentes às recomendações não cumpridas, ou a forma como encetou os procedimentos e o processo para o cumprimento dessas recomendações não acatadas;	Acolhe parcialmente	
b.	As demais questões, cuja divulgação contribua para melhor esclarecer os accionistas e a comunidade em geral sobre a forma como a sociedade se organiza, em matéria de supervisão, gestão executiva, fiscalização, gestão dos riscos da actividade, relação em geral com os seus <i>stakeholders</i> e todas as outras matérias que consubstanciam a <i>corporate governance</i> .		
4.	A sociedade deve criar e manter actualizado um sítio na <i>internet</i> , onde, dentre outras, devem estar publicadas as informações sobre a sociedade que permitam um claro, rigoroso e actual conhecimento, por parte do público, dos negócios, dos principais indicadores de desempenho e da informação financeira relevante, bem como da demais informação que, por força da aplicação do presente quadro recomendatório, deva ser prestada ao público.	Acolhe parcialmente	
5.	A sociedade deve manter no sítio da <i>internet</i> um arquivo digital com informação histórica sobre a sociedade, mantendo-se aí acessível durante pelo menos 5 anos e contendo, designadamente, a seguinte informação:		
a.	Os Relatórios de Gestão, as Contas do Exercício e o Relatório de Governo Societário;		
b.	Actas das reuniões das Assembleias Gerais;		
c.	A composição dos Órgãos Sociais e das comissões constituídas;		
d.	Os regulamentos internos de funcionamento dos Órgãos Sociais e das comissões constituídas;	Acolhe parcialmente	
e.	Um quadro com os principais indicadores históricos sobre o desempenho financeiro e de negócios da empresa;		
f.	O regulamento sobre o sistema de comunicação de irregularidades, com expressa menção aos endereços – postal e electrónico – que devem ser usados para comunicação de irregularidades;		
g.	O regulamento sobre o tratamento ao ser dado em caso de existência de conflitos de interesses de membros dos órgãos sociais e das comissões constituídas.		
6.	Sem prejuízo de serem usados outros meios de divulgação, as convocatórias das Assembleias Gerais e as respectivas propostas devem ser de imediato publicadas no sítio da internet, bem como uma explicação clara sobre o regime de acesso à Assembleia Geral e os procedimentos da reunião, incluindo as minutas de toda a documentação necessária para o efeito contendo instruções de preenchimento.	Não aplicável	
7.	Sempre que a dispersão do capital o justifique, a sociedade deve proceder à publicação em órgão de comunicação social escrita:		
a.	Das convocatórias das Assembleias Gerais e as respectivas ordens de trabalho e suas adendas, sempre que for o caso;	Não aplicável	
b.	Do balanço e de uma síntese das demonstrações de resultados anuais, aprovadas em Assembleia Geral.		

Recomendações da CMC	Declaração	Informação remissiva
8. Sempre que se trate de uma sociedade aberta e/ou emitente de outros valores mobiliários admitidos à negociação em mercado regulamentado, e sempre que a dispersão do respectivo capital o justifique, deverá ser instituída uma estrutura interna (Gabinete de Apoio aos Investidores) apta a dar resposta às solicitações que os investidores e o mercado em geral formulem sobre a sociedade, os seus negócios e a respectiva performance financeira.	Não aplicável	
9. As sociedades devem aprovar em Assembleia Geral as suas políticas de desenvolvimento sustentável, devendo divulgar anualmente informação sobre as respectivas execuções, designadamente: a. O posicionamento da empresa em matéria ambiental, seja ao nível dos princípios, seja ao nível das práticas prosseguidas; b. As políticas da empresa que visem a salvaguarda da sua competitividade futura, designadamente no que toca à integração de novas tecnologias e de novos produtos, serviços ou processos; c. As políticas de estímulo à investigação e à inovação.	Não aplicável	
10. As empresas devem aprovar em Assembleia Geral as suas políticas de responsabilidade social devendo divulgar anualmente informação sobre as respectivas execuções, designadamente: a. A natureza, o âmbito e o alcance das iniciativas desenvolvidas; b. Os recursos alocados; c. A política de capacitação e valorização profissional e pessoal dos trabalhadores; d. Em geral, as políticas e acções de retenção de conhecimento e de captação de talento.	Não aplicável	
11. As sociedades devem instituir e manter sistemas de tratamento de informações que assegurem uma rigorosa, simétrica e atempada produção e divulgação da informação sobre a empresa designadamente a informação relevante com impacto na formação do preço, por exemplo, sobre os seus negócios e a performance financeira. A divulgação da informação deve impedir o uso assimétrico da informação e dar ao mercado o tempo razoável para a absorver e fazer reflectir no preço os potenciais impactos que ela pode gerar.	Não aplicável	
12. Os sistemas de tratamento de informações da sociedade devem ser auditados periodicamente, no sentido de garantir a qualidade, a simetria e a tempestividade dos processos de libertação da informação, devendo o órgão de fiscalização assegurar que são cumpridos os necessários standards de fiabilidade e robustez.	Acolhe	
13. As sociedades devem garantir que, antes da divulgação pública, a informação é tratada de forma reservada, assegurando que não existe acesso privilegiado à mesma por parte de quem dela possa tirar partido, em detrimento da sociedade e/ou de quaisquer partes interessadas. Os investidores com acesso a informação relevante devem abster-se de qualquer intervenção durante um razoável período, nomeadamente no que respeita a compras e vendas, de acções ou de produtos derivados sobre elas construídos.	Acolhe	
14. Sempre que se trate de uma sociedade aberta e/ou emitente de outros valores mobiliários admitidos à negociação em mercado regulamentado, e sempre que a dimensão da sociedade, a dispersão do capital e a facilidade de acesso ao estatuto de accionista o justifiquem, as sociedades devem criar e manter actualizada uma lista de pessoas que têm acesso a informação sobre os negócios e o desempenho financeiro, de forma a garantir que não existe acesso a essa informação por pessoas não identificadas, previamente à divulgação da informação.	Não aplicável	
15. O órgão de administração deve aprovar um quadro de valores que suportam a acção dos órgãos sociais e de todos os colaboradores da empresa.	Acolhe	Portal institucional
16. O referido quadro de valores deverá inspirar e informar a elaboração de um código de ética ou de conduta que, sob proposta do órgão de gestão executiva, deverá ser aprovado pelo órgão de administração.	Acolhe	Portal institucional
17. Tal código deverá, dentre outras matérias, estabelecer limitações à aquisição de títulos emitidos pela sociedade, relativamente a pessoas que tenham informação sensível sobre a empresa em determinados períodos, designadamente aquando da proximidade da divulgação de factos relevantes, mesmo que tal não configure uma conduta criminosa, e limitações à actividade, fixando incompatibilidades com o exercício de outras actividades.	Não aplicável	
18. Os Órgãos Sociais e quaisquer comissões que sejam constituídas devem dispor de regulamentos internos que rejam as matérias mais relevantes, nomeadamente as competências que lhes impendem e a forma de exercício das respectivas atribuições, as incompatibilidades funcionais dentro da organização, se existirem, o conteúdo de uma agenda anual indicativa de trabalhos, a eleição ou a designação do presidente, a periodicidade e forma de convocação de reuniões e o quadro de deveres dos seus membros.	Acolhe	

Recomendações da CMC	Declaração	Informação remissiva
19. Os regulamentos dos Órgãos Sociais e comissões constituídas, e as respectivas composições, devem ser divulgados no sítio da sociedade na internet e no Relatório de Governo Societário.	Acolhe parcialmente	
20. Todos os Órgãos sociais e comissões constituídas devem fazer aprovar actas das respectivas reuniões, com informação que permita entender com suficiente clareza os temas tratados e as deliberações tomadas.	Acolhe	
21. As comissões constituídas deverão reportar aos órgãos de administração, com frequência definida, informação sobre a sua actividade e os seus resultados alcançados.	Acolhe	
22. O órgão de administração e as suas comissões deverão levar a cabo um exercício de auto-avaliação anual da respectiva actividade, devendo, na sua sequência, aprovar planos que visem introduzir melhorias nos respectivos funcionamentos.	Acolhe parcialmente	
23. Dentre as políticas e mecanismos de detecção de irregularidades que a sociedade adopte, deve constar a institucionalização de um sistema de comunicação de irregularidades, ao qual tenham acesso os respectivos colaboradores e o público em geral, que garanta os meios adequados para a comunicação e tratamento das mesmas com salvaguarda da confidencialidade das informações transmitidas e, quando solicitada, a identidade do denunciante.	Acolhe	
24. O sistema de comunicação de irregularidades deverá constar de regulamento interno, publicado no sítio da sociedade na internet, devendo ser criado um endereço electrónico próprio para a recepção das participações, de forma a facilitar a veiculação das denúncias.	Acolhe	
25. Através de regulamento interno, a sociedade deve impor um conjunto de obrigações de informação sobre conflitos de interesses actuais e potenciais, devendo este regulamento estar publicado no sítio da sociedade na internet e, sem prejuízo de outras, deverá contemplar as seguintes disposições gerais:	Acolhe parcialmente	
a. Os membros dos Órgãos Sociais ou de quaisquer comissões, estatutária ou informalmente constituídas, devem informar o respectivo órgãos da existência de factos ou circunstâncias que possam constituir ou vir a constituir um conflito entre os respectivos interesses pessoais (ou de pessoas e entidades consigo relacionadas) e os interesses da sociedade.		
b. O membro em conflito não deverá participar ou interferir no processo de decisão, sem prejuízo do dever de prestação de informações que lhe sejam solicitadas pelo órgão social ou comissão a que pertence, ou de poder ser autorizado ou solicitado a participar na reflexão e discussão sobre as matérias em apreciação pelo órgão ou comissão;		
c. O reconhecimento de uma situação de conflito de interesses deverá ser feito pelo órgão de fiscalização da sociedade sempre que uma votação no sentido de considerar inexistente qualquer conflito não tenha sido unanimemente tomado pelo órgão ou comissão onde o conflito de interesses foi inicialmente analisado.		
26. O Presidente da Mesa da Assembleia Geral deve ser uma pessoa independente dos interesses dos accionistas e gestores executivos, conduzindo os trabalhos da Assembleia Geral com isenção e equidistância em relação a quaisquer interesses e com eficácia e eficiência de meios e de tempo.	Não acolhe	
27. Sempre que a sociedade planeie proceder à dispersão do seu capital, deverá assegurar-se previamente de que os estatutos consagram o princípio de “uma acção um voto”.	Não aplicável	
28. As transacções da sociedade que sejam feitas com accionistas com posições – directas ou indirectas – superiores a 2% do capital ou dos direitos de voto, ou com terceira entidade com quem estes mantenham interesses comerciais comuns relevantes, deverão:	Não aplicável	
a. Ser deliberadas pelo órgão de administração em conjunto com uma análise detalhada sobre as condições de mercado das transacções em causa;		
b. Ser objecto de contrato escrito;		
c. Ser anualmente comunicadas aos restantes accionistas, devendo igualmente ser reportada informação sobre os procedimentos que a sociedade adoptou para salvaguardar os superiores interesses da sociedade sempre que as referidas transacções não tenham sido feitas em condições de mercado.		
29. O órgão de administração deverá aprovar e submeter à Assembleia Geral, para apreciação e deliberação, uma Política de Dividendos de médio ou longo prazo.	Acolhe	Os princípios referentes à distribuição de dividendos são apreciados anualmente pela AG aquando da deliberação da proposta de aplicação dos resultados.
30. Sempre que se trate de uma sociedade aberta e/ou emitente de outros valores mobiliários admitidos à negociação em mercado regulamentado, e sempre que a dimensão da	Não aplicável	

Recomendações da CMC	Declaração	Informação remissiva
sociedade, a dispersão do capital e a facilidade de acesso ao estatuto de accionistas o justifiquem, a sociedade deve: a. Incorporar no órgão de administração membros não executivos, assegurando ainda que o número de membros do órgão de fiscalização seja adequado à dimensão da sociedade, à complexidade dos riscos inerentes à sua actividade e ao exercício das funções que lhes estão cometidas; b. Assegurar que, dentre os membros não executivos do órgão de administração, existe um número adequado de administradores independentes, calculado em função da respectiva dimensão, da natureza e complexidade dos negócios e da percentagem de dispersão accionista. No mínimo, deve sempre existir um administrador não executivo independente, devendo esse número corresponder a, pelo menos, 25% dos membros do órgão de administração da sociedade, assim tal dimensão e dispersão de capital registem valores expressivos; c. Constituir uma comissão de auditoria, de cuja composição devem fazer parte os membros não executivos do órgão de administração, com a especial missão de zelar pela independência dos auditores externos.		
31. A comissão de auditoria deverá ser presidida por um administrador independente, sempre que este exista.	Não aplicável	
32. À comissão de auditoria cabe a contratação e destituição dos auditores externos e a definição do âmbito e profundidade dos respectivos trabalhos, devendo ainda assegurar-se de que àquelas são dadas as condições e o acesso à informação relevante para levarem a cabo a sua função.	Não aplicável	
33. A comissão de auditoria deve ser o principal interlocutor da sociedade com os auditores externos, devendo ser o primeiro e principal destinatário de toda a informação e relatórios produzidos por aqueles.	Não aplicável	
34. A comissão de auditoria deverá promover uma adequada interligação entre o trabalho dos auditores externos e as acções que sejam desenvolvidas na empresa em matéria de auditoria e controlo interno.	Não aplicável	
35. Adicionalmente, a comissão de auditoria deverá assegurar-se que as recomendações e os relatórios e conclusões dos auditores externos e da auditoria interna são tidos em consideração na actividade da empresa em geral e, em particular, no relato financeiro.	Não aplicável	
36. Sem prejuízo da informação regular que a comissão de auditoria deverá prestar ao órgão de administração sobre a sua actividade e resultados, esta comissão deverá aprovar um relatório anual de actividades, que deverá integrar o relatório anual de gestão da sociedade.	Não aplicável	
37. Para efeitos do presente quadro de recomendações, não pode ser considerado independente o membro do órgão de administração que:		
a. Não possa ser eleito ou designado membro do Conselho Fiscal da sociedade, por efeitos do n.º 1 do artigo 434.º da Lei das Sociedades Comerciais, com excepção da segunda parte da alínea a) do n.º 1; b. Tenha desempenhado, nos últimos 3 anos, funções de membro do órgão de administração com outro estatuto que não o de independente; c. Tenha sido reeleito por mais de dois mandatos; d. Seja titular ou actue em nome e por conta de titulares de participação, directa ou indirecta, igual ou superior a 2% do capital social da sociedade.	Não aplicável	
38. Os membros não executivos do órgão de administração deverão assegurar que é levado a cabo um processo de avaliação anual do desempenho do órgão de gestão executiva.	Acolhe	
39. Aos membros não executivos do órgão de administração deve ser facultada toda a informação sobre a empresa e sobre o funcionamento do órgão de gestão executiva, designadamente as agendas e as actas das reuniões deste órgão, bem como o calendário anual e as convocações de reuniões extraordinárias, devendo estes poder estar presentes nas reuniões da comissão executiva sem qualquer pré-aviso.	Acolhe	
40. A sociedade deve disponibilizar aos administradores não executivos, aos membros da comissão de auditoria e aos membros do órgão de fiscalização os meios que estes considerem necessários para o cumprimento das suas funções.	Acolhe parcialmente	
41. A sociedade deverá fornecer informação actualizada sobre os membros dos órgãos sociais da sociedade, nomeadamente os elementos curriculares, as demais ocupações profissionais, remuneradas ou não, e informação sobre a respectiva relação, quando exista, com accionistas a quem sejam imputáveis mais de 2% dos votos ou com fornecedores ou clientes com quem a sociedade tenha relações comerciais regulares e significativas. A presente informação deverá constar do Relatório de Governo e do sítio da empresa na internet.	Acolhe parcialmente	
42. Nas sociedades que, designadamente por força da sua dimensão, não tenham condições para terem comissões de auditoria, deve o órgão de administração adoptar os	Não aplicável	

Recomendações da CMC	Declaração	Informação remissiva
procedimentos necessários para que, com as necessárias adaptações, caiba ao conselho fiscal o desempenho das funções que no presente quadro recomendatório são cometidas às comissões de auditoria.		
43. O órgão de fiscalização deve assegurar-se de que os órgãos de administração e de gestão executiva cumprem com as suas obrigações legais e estatutárias.	Acolhe	
44. Sempre que a dimensão da sociedade e a complexidade dos negócios o justifique, o órgão de administração deve delegar a gestão corrente da sociedade, de forma a garantir uma mais efectiva segregação entre as funções de administração, supervisão e controlo relativamente às funções de gestão executiva da sociedade.	Acolhe	
45. A segregação entre as funções de supervisão e as de gestão executiva deve ser feita, privilegiadamente, com recurso à criação de um órgão de gestão executiva colegial. A respectiva composição deve garantir pluralidade de pontos de vista, experiências, formações e competências (vide recomendação 25) fomentando que a análise, a discussão e a tomada de decisões sejam suportadas em procedimentos que qualificam a decisão, contribuindo para a uma responsabilização plural, multifacetada e partilhada.	Acolhe	
46. A deliberação do órgão de administração sobre a criação de um órgão de gestão executiva deve igualmente aprovar o respectivo regulamento interno de funcionamento, dispondo sobre as atribuições e demais aspectos do seu funcionamento, nomeadamente, a eleição do respectivo presidente, sempre que o órgão de administração não tenha procedido, desde logo, à sua nomeação ou o regime de autorização para exercício de funções executivas em outras sociedades.	Acolhe	
47. O órgão de gestão executiva deve manter o órgão de administração cabalmente actualizado sobre toda a informação e factos relevantes da actividade da empresa, remetendo a estas cópias das actas das respectivas reuniões e demais informação que lhe seja solicitada.	Acolhe	
48. A sociedade deve fazer aprovar em Assembleia Geral uma Política de Remuneração para os membros dos Órgãos Sociais.	Acolhe	
49. Os membros do órgão de gestão executiva devem auferir uma remuneração fixa e uma variável. Ambas as componentes devem tomar em consideração a dimensão da sociedade e a complexidade dos seus negócios, devendo a expressão da remuneração variável ser molde a não fomentar a adopção de políticas agressivas de gestão de riscos ou de definição de estratégias que, limitando-se aos ciclos eleitorais dos órgãos executivos, não tomem em conta a necessária sustentabilidade dos negócios da sociedade.	Acolhe	
50. O presidente da Mesa da Assembleia Geral, os membros não executivos independentes do órgão de administração e os membros do órgão de fiscalização deverão auferir somente uma remuneração fixa, retribuindo a disponibilidade, a competência e a experiência, em valor que não afecte a necessária independência da respectiva actuação.	Acolhe	
51. Sob proposta do órgão de gestão executiva, o órgão de administração deve aprovar o plano estratégico de médio e longo prazo, fazendo aprovar, anualmente, a respectiva revisão e actualização.	Acolhe	
52. Sob proposta do órgão de gestão executiva, o órgão de administração deve aprovar a política de risco da sociedade e um sistema de gestão dos principais riscos inerentes às respectivas actividades, consistentes com a estratégia aprovada.	Acolhe	
53. O sistema de gestão de riscos deve identificar a probabilidade de ocorrência dos mesmos e os procedimentos e instrumentos que devem ser adoptados tendo em vista a respectiva identificação, gestão e mitigação.	Acolhe	
54. Através do relatório de governo, a sociedade deverá tornar pública a informação sobre os riscos relevantes que impendem sobre a sua actividade, bem como a forma como avalia o sistema de gestão e mitigação de riscos implementado.	Acolhe	Informação incluída no Relatório e Contas
55. Sempre que a dimensão, a complexidade e a natureza dos respectivos riscos o exijam, a sociedade deve adoptar procedimentos de auditoria interna, levada a cabo por órgão situado na directa dependência do Presidente do órgão de administração, e de forma a garantir a fiabilidade e a robustez dos mecanismos de gestão dos riscos, controlo das operações e demais procedimentos de avaliação e melhoria do modelo de governo de empresa.	Acolhe	
56. A sociedade deve alocar à operacionalização do plano anual de iniciativas de auditoria interna os recursos necessários à sua boa execução, devendo o plano e os recursos serem aprovados pelo órgão de administração, depois de colhida a opinião favorável do órgão de fiscalização.	Acolhe parcialmente	
57. O órgão de gestão executiva da sociedade deve definir e implementar processos adequados a conferirem uma segurança razoável acerca da eficácia e eficiência das operações que suportam os negócios da empresa, a fiabilidade dos sistemas de reporte financeiro e o cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis à sociedade e aos seus negócios.	Acolhe	
58. Sempre que a dimensão, a complexidade e a natureza dos respectivos riscos o exijam, a sociedade deve reforçar os mecanismos de auditoria interna do reporte financeiro, de	Acolhe	

Recomendações da CMC	Declaração	Informação remissiva
aplicação dos adequados princípios contabilísticos e, em geral, de análise da fiabilidade da informação financeira publicada, recorrendo a auditores externos que assegurem essa análise e esses procedimentos.		
59. O órgão de fiscalização, a comissão de auditoria, quando exista, ou, na sua ausência, os membros não executivos do órgão de administração, devem assegurar-se de que os auditores externos exercem a sua actividade com independência devendo aqueles órgãos e estes administradores elaborar relatórios anuais sobre a actividade dos auditores externos e os procedimentos levados a cabo para avaliar da referida independência, os quais devem constar do Relatório de Governo e integrar a informação divulgada pela sociedade no seu sítio da internet.	Acolhe	
60. A selecção e recrutamento de auditores externos deverá ser feita pela comissão de auditoria, e, quando não exista, pelo órgão de fiscalização.	Acolhe	
61. A comissão de auditoria ou, na ausência, o órgão de fiscalização, deve aprovar um regulamento interno que estabeleça o regime aplicável à contratação dos auditores externos de serviços adicionais para além dos serviços de auditoria contratados; o referido regime deverá impedir que a sociedade contrate serviços que ponham em causa a independência dos auditores externos, induzindo conflitos de interesses, designadamente pela via da atribuição àqueles de funções de análise, avaliação ou certificação de procedimentos ou sistemas em cuja concepção ou implementação estiveram envolvidos, ou situações equiparadas que constituam <i>self review</i> .	Não aplicável	
62. O auditor externo deve elaborar, anualmente, um relatório atestando a conformidade das remunerações praticadas na empresa relativamente aos membros dos órgãos sociais com as disposições legais aplicáveis e, se for o caso, com a conformidade relativamente às presentes recomendações.	Não acolhe	